



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS (CCA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (PPGCONT)

ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO E QUALIDADE DA AUDITORIA: ANÁLISE DAS
EMPRESAS LISTADAS NA B³, NO PERÍODO PRÉ E PÓS-CONVERGÊNCIA ÀS
NORMAS INTERNACIONAIS

TÉRSIO ARCÚRIO JÚNIOR

BRASÍLIA – DF

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Helena Eri Shimizu

Decana de Pós-graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor José Antônio de França

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva

Coordenador de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

TÉRSIO ARCÚRIO JÚNIOR

ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO E QUALIDADE DA AUDITORIA: ANÁLISE DAS
EMPRESAS LISTADAS NA B³, NO PERÍODO PRÉ E PÓS-CONVERGÊNCIA ÀS
NORMAS INTERNACIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (PPGCONT/UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves

BRASÍLIA- DF
2018

Ficha Catalográfica

ARCÚRIO JÚNIOR, Tércio

Assimetria de informação e qualidade da auditoria: análise das empresas listadas na B^3 , no período pré e pós-convergência às normas internacionais / Tércio Arcúrio Júnior – Brasília, 2018.

72 f.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE, 2018.

1. Informação contábil 2. Assimetria de informação 3. Qualidade da auditoria I. Departamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. II. Título

TÉRSIO ARCÚRIO JÚNIOR

ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO E QUALIDADE DA AUDITORIA: ANÁLISE DAS
EMPRESAS LISTADAS NA B³, NO PERÍODO PRÉ E PÓS-CONVERGÊNCIA ÀS
NORMAS INTERNACIONAIS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília.

Data da aprovação: ___/___/_____

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves

Orientador – (PPGCont-UnB)

Prof. Dr. Prof. Jorge Katsumi Niyama

Membro Examinador Interno – (PPGCont-UnB)

Prof. Dr. Paulo Roberto da Cunha

Membro Examinador Externo – (PPGCC-FURB)

Brasília, DF

2018

*Dedico ao meu irmão,
Rafael (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

À Deus, primeiro, sempre e por tudo.

À minha esposa Michelle, apesar não existirem palavras de agradecimento que possam expressar fielmente toda a minha gratidão, mencionarei algumas. Obrigado por me: incentivar, motivar, apoiar, suportar, abraçar, aceitar, alicerçar, ajudar, colaborar, auxiliar, amparar, socorrer, instigar, encorajar, animar, provocar, impulsionar, guiar, acompanhar, amar...

Aos meus filhos, Lucas e Daniel, agradeço imensamente por tudo que vocês são, pelo fato de vocês existirem, por me agraciarem com a alegria genuína e com indescritíveis sorrisos ao me receberem em casa ao final de cada dia. Contudo, não somente agradeço, mas verdadeiramente suplico perdão por minha ausência nesses últimos dois anos.

Aos meus pais, Sra. Val e Sr. Tércio, por me ensinarem o caminho dos estudos, o qual não devo me afastar.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves. Certamente essa pesquisa não teria se concretizado sem sua enorme disponibilidade, sem seus valiosos e inúmeros esclarecimentos, auxílios e contribuições.

Agradeço também aos meus colegas de sala: Aiane, Aline, André, Cleiton, Daniel, Elmo, Géssica, Jáder, Natália, Leandro, Leila, Lilian, Marina, Marília, Vanessa e Pablo, por compartilharem os momentos de luta e de glória nessa caminhada. Ficam sobrestados os agradecimentos ao Bruno e ao Edilson, os quais serão devidamente realizados quando da execução do acordo relacionado à foto de comemoração.

Agradeço à Inês, à Sara, aos professores do PPGCONT e à UnB, por me acolherem durante essa importante etapa da minha vida.

Por fim, faço um agradecimento especial ao meu irmão Rafael (*in memoriam*), pois uma parte do que eu sou foi forjada pela nossa convivência. Afinal, até hoje você foi a pessoa com quem mais dividi um quarto, mais joguei futebol, sinuca, “ping pong”, “totó”, vídeo game, com quem mais eu briguei, em quem mais bati e de quem mais apanhei. Com você eu chorei, eu sorri, eu vivi. Enfim, fui seu irmão e tive o privilégio de você ser o meu. Obrigado!

“Em tudo dai graças”.

1 Ts 5:18

RESUMO

A literatura destaca que a auditoria é o elo entre a informação contábil e o usuário da informação, de modo que a auditoria independente está associada ao objetivo de garantir maior qualidade das demonstrações contábeis divulgadas ao mercado. Além disso, a convergência às normas internacionais de contabilidade tem sido outro aspecto relacionado à maior qualidade da divulgação da informação contábil. Portanto, uma maior qualidade da auditoria e a adoção das normas internacionais de contabilidade estariam associadas ao poder informativo das demonstrações contábeis, à transparência, à menor suavização de resultados, ao menor gerenciamento de resultado e à divulgação mais tempestiva. Nesse contexto, o presente estudo buscou investigar em que medida os elementos de mensuração da qualidade da auditoria contribuem para a redução da assimetria de informação nas empresas listadas da B³, no período pré e pós-convergência às normas internacionais. Para tanto, fez-se necessário a definição de um modelo de mensuração de qualidade da auditoria, assim como a escolha de um modelo de mensuração da assimetria de informação adequado à pesquisa. Sendo assim, foi possível construir quatro modelos regressões lineares múltiplas para testar a relação entre a assimetria de informação e os diversos fatores de qualidade da auditoria, abrangendo dois períodos, pré e pós-convergência às normas internacionais de contabilidade. A amostra final dessa pesquisa foi de 82 empresas, com dados coletados de 2001 a 2007, referente ao período pré-convergência e, de 2010 a 2016, correspondente ao período pós-convergência. Como principais resultados da pesquisa podem ser destacados: a) existe uma relação significativa e negativa entre elementos de mensuração de qualidade da auditoria (BIG4, TA e DELAY) e a assimetria de informação; b) existe uma relação significativa e negativa das variáveis de controle cobertura de analistas, internacionalização das empresas e listagem no novo mercado do BOVESPA, em relação à assimetria de informação e; c) existe maior relevância da qualidade da auditoria na redução da assimetria de informação no período pós-convergência em relação ao período pré-convergência. Os resultados ainda sugerem que no período pós-convergência, quanto maior a empresa de auditoria e/ou o seu nível de especialização, maior será a qualidade da auditoria e menor será a assimetria de informação, enquanto no período pré-convergência, quanto maior for o atraso na emissão do relatório de auditoria e o tempo de auditoria, maior será a qualidade da auditoria e menor a assimetria de informação. Em relação às variáveis de controle, a cobertura de analistas e a participação no mercado internacional indicam menor assimetria de informação nos dois períodos, assim como para as empresas listadas no Novo Mercado da Bovespa no período pré-convergência.

Palavras-chave: Qualidade da informação; Qualidade da auditoria; Assimetria de informação.

ABSTRACT

The literature emphasizes that auditing is the link between accounting information and the information user, so that the independent audit is associated to the objective of guaranteeing a better quality of the financial statements disclosed to the market. In addition, convergence to international accounting standards has been another aspect related to the improved quality of the disclosure of accounting information. Therefore, higher quality of the audit and adoption of international accounting standards would be associated with the informative power of the financial statements report, higher transparency, less income smoothing, lower earnings management and more timely disclosure. In this context, the present study sought to investigate the extent to which elements of audit quality contribute to the reduction of information asymmetry in B³ listed companies in the pre and post-convergence period related to international accounting standards. To do so, it was necessary to define an audit quality measurement model, as well as the choice of a model for measuring information asymmetry appropriate to the research. Thus, it was possible to construct four multiple linear regression models to test the relationship between information asymmetry and the various audit quality factors, covering two periods, pre and post convergence to international accounting standards. The final sample of this research was 82 companies, with data collected from 2001 to 2007, referring to the pre-convergence period and, from 2010 to 2016, corresponding to the post-convergence period. The main results of the research can be highlighted: a) there is a significant and negative relationship between audit quality measurement elements (BIG4, TA and DELAY) and information asymmetry; b) there is a significant and negative relationship between the coverage of analysts, the internationalization of companies and being listed in the new BOVESPA market, in relation to information asymmetry and, c) there is a higher relevance of audit quality in reducing information asymmetry in the post-convergence than in the pre-convergence period. The results still suggest that in the post-convergence period, the higher audit firm and/or its level of expertise, the higher the quality of the audit and the lower the information asymmetry, while in the pre-convergence period, the higher the delay in issuing the audit report, and the higher the audit time, the higher is the quality of the audit and the shorter is the information asymmetry. Regarding the control variables, the higher analysts' coverage and the participation in the international market indicate lower information asymmetry in both periods, as well as for companies listed on the Novo Mercado of Bovespa, in the pre-convergence period.

Keywords: Quality information; Quality audit; Asymmetry information

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Níveis de regulação contábil	24
Quadro 2: Características de Sistema Contábil	26
Quadro 3: Estudos anteriores sobre conservadorismo	54
Quadro 4: Resumo das variáveis utilizadas nos modelos de regressão da pesquisa	77
Quadro 5: Resultados dos testes de robustez e da especificação dos modelos de regressão ...	92
Quadro 6: Resultados esperados e observados entre as variáveis dependentes SPREAD e as variáveis independentes.....	103

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: População e amostra da pesquisa	62
Tabela 2: Classificação Econômica Bovespa.....	62
Tabela 3: Estatística descritiva das variáveis no período pré-convergência	82
Tabela 4: Estatística descritiva das variáveis no período pós-convergência.....	84
Tabela 5: Teste de Raiz Unitária para ESP e TAM no período pré-convergência.....	87
Tabela 6: Teste de Raiz Unitária no período pré-convergência	87
Tabela 7: Teste de Raiz Unitária para TA, HON, TAM e FLOAT no período pós- convergência.....	87
Tabela 8: Teste de Raiz Unitária no período pós-convergência.....	88
Tabela 9: Teste de multicolinearidade do período pré e pós-convergência	89
Tabela 10: Teste de Q do período pré e pós-convergência	90
Tabela 11: Teste de Hausman para especificação do modelo entre Efeitos Fixos x Efeitos Aleatórios	91
Tabela 12: Resultados das estimações no período pré e pós convergência	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Autocorrelação

ADR - *American Depositary Receipt*

AP - Autocorrelação parcial

Big Four - as quatro maiores empresas especializadas em auditoria

Big N - expressão genérica que designa as maiores empresas de auditoria

Big Six - as seis maiores empresas especializadas em auditoria

B³ - Brasil Bolsa Balcão

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

FRC - *Financial Reporting Council in the United of Kingdom*

HME - Hipótese de Mercado Eficiente

IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*

IAS - *International Accounting Standard*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

MQG – Mínimos Quadrados Generalizados

NBC TA - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente

NRA - Novo Relatório do Auditor Independente

PAA - Principais Assuntos de Auditoria

PIN - *Probability of Informed Trading*

PwC - PricewaterhouseCoopers

SOX - Lei Sarbanes-Oxley

SUR- *Seemingly Unrelated Regressions*

TFV - *True and Fair View*

US GAAP - *Generally Accepted Accounting Principles in the United States*

VIF - *Variance Inflation Factor*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Contextualização	15
1.2	Objetivos.....	19
1.3	Justificativa.....	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1	O papel da informação contábil na redução da assimetria de informação	23
2.1.1	A visão justa e verdadeira em contabilidade.....	23
2.1.2	Assimetria de informação	29
2.1.3	A informação contábil e a assimetria de informação	31
2.2	O papel da auditoria na qualidade da informação contábil.....	34
2.2.1	O papel da auditoria independente.....	34
2.2.2	Qualidade da auditoria	36
2.2.2.1	Modelo <i>Financial Reporting Council</i> (FRC, 2008)	38
2.2.2.2	Modelo Francis (2011)	39
2.2.2.3	Modelo Knechel et al. (2013).....	40
2.2.2.4	Modelo do <i>International Auditing and Assurance Standards Board</i> – IASSB (2014).....	40
2.2.2.5	Modelo Hu (2015)	41
2.2.3	Variáveis de mensuração da qualidade de auditoria	42
2.2.3.1	Tamanho da empresa de auditoria	43
2.2.3.2	Tempo de auditoria	44
2.2.3.3	Especialização da auditoria	46
2.2.3.4	Comitê de auditoria	47
2.2.3.5	Distância entre a data do relatório de auditoria e a publicação das demonstrações contábeis	48
2.2.3.6	Honorários de auditoria	49
2.2.3.7	Conservadorismo	51
2.2.4	Qualidade da auditoria e assimetria de informação.....	58
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
3.1	Universo e amostra da pesquisa	61
3.2	Procedimentos de coleta de dados	63
3.2.1	<i>Proxy</i> para assimetria de informação	63
3.2.2	Modelo de mensuração da qualidade da auditoria	68
3.3	Limitações do estudo	79
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	81
4.1	Análise da estatística descritiva.....	81
4.2	Regressão das estimações com dados em painel.....	86

4.2.1 Testes de robustez e especificação do modelo.....	86
4.2.2 Resultados e análise das estimações com dados em painel	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES	123

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A Contabilidade brasileira, até o ano de 2007, era pautada por aplicação de regras nacionais (ANTUNES et al., 2012). A partir da promulgação da Lei nº 11.638/2007, o Brasil iniciou o processo convergência às normas internacionais de contabilidade. Portanto, o país passou a adotar as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, órgão que tem por objetivo emitir normas contábeis internacionais padronizadas que forneça informações úteis para a tomada de decisões econômicas.

Sob esse contexto, nota-se que a convergência às normas internacionais de contabilidade busca alcançar maior qualidade da divulgação da informação contábil, possibilitar o processo comparativo (SALTER; ROBERTS; KANTOR, 1996; SANTOS et al., 2011) e melhorar a precificação dos ativos (ASHBAUGH, 2001), uma vez que as informações são reportadas sob um mesmo padrão contábil entre diversas empresas, nacionais e internacionais (SALTER; ROBERTS; KANTOR, 1996; SANTOS et al., 2011).

Além disso, Barth, Landsman e Lang (2008) mencionam que para atingir o objetivo de promover a qualidade da informação contábil, a convergência tem como objetivos limitar o uso de alternativas contábeis e fornecer aos investidores informações adequadas para a tomada de decisão.

Desse modo, entende-se que a qualidade da informação está relacionada à relevância de sua influência na decisão do usuário da informação, sendo associada ao poder informativo sobre o desempenho financeiro da empresa (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010), ou seja, informações contábeis mais transparentes (COELHO, NIYAMA; RODRIGUES, 2011), que representem fidedignamente a entidade reportada e, conseqüentemente, informações com menor suavização do resultado, menor gerenciamento de resultado, mais tempestiva e maior associação dos números contábeis ao valor/retorno das ações (EWERT; WAGENHOFER; 2005; BATH, LANDSMAN; LANG 2008; PAULO, 2012).

Assim, como um dos objetivos da convergência é buscar maior qualidade da informação contábil, entende-se que pode haver maior qualidade da informação no período pós-convergência quando comparado ao período pré-convergência. Corroborando com esse entendimento, Bartov, Goldberg e Kim (2005) e Barth, Landsman e Lang (2008) encontraram

evidências de que empresas que estão em conformidade com as normas contábeis internacionais demonstram maior qualidade da informação divulgada.

Ademais, ante a importância da qualidade da informação contábil, sua divulgação tem se destacado como mecanismo de disseminação, onde a maior qualidade da divulgação contábil tem sido utilizada para suprir as necessidades dos investidores do mercado de capitais, seja para quem compra ou vende ativos. No entanto, vale destacar que somente a maior qualidade da divulgação parece não resolver todos os problemas dos investidores. A assimetria de informação, por exemplo, tem sido um problema que a divulgação contábil, apesar de ser referenciada como medida de redução da assimetria de informação (LEV, 1988; WELKER, 1995; VERRECCHIA, 2001; BIDDLE; HILARY, 2006), não consegue eliminá-la (BEATTY; HARRIS, 1998).

Vale mencionar que a assimetria de informação, inicialmente abordada por Demsetz (1968), é definida por Lev (1998) como sendo a diferença de informação entre os investidores, ou seja, quando “um dos participantes possui melhores (ou mais) informações do que outro(s) participantes(s)” (PAULO; CAVALCANTE; MELO, 2012, p. 4).

Além disso, Paulo, Cavalcante e Melo (2012) argumentam que a origem dessa assimetria está relacionada a fatores econômicos, sociais, políticos e comportamentais, os quais propiciam um ambiente em que investidores possuam informações quantitativamente e qualitativamente distintas sobre um mesmo ativo.

Assim, considerando que no mercado acionário os investidores levam em consideração as informações disponíveis para a tomada de decisão de compra ou venda de ativos, um ambiente de informação assimétrica pode provocar reações distintas entre os investidores, o que segundo Beaver (1968), poderia afetar o preço de preço do ativo, ou seja, a assimetria de informação pode alterar o valor de uma negociação, pois o investidor utiliza a informação como ferramenta para tomada de decisão.

Dessa forma, é importante que todos investidores tenham todas as informações sobre determinado ativo para a tomada de decisão, o que para Fama (1970) seria o “*fair game*”, isto é, deveria haver uma simetria informacional, uma igualdade de informações entre todos os investidores (LEV, 1988).

Desse modo, a fim de propiciar uma maior simetria informacional entre os investidores, alcançando um ambiente de negociação mais justo, surge a auditoria independente com a função de aumentar o grau de confiança das informações contábeis,

mediante opinião em relação à conformidade na elaboração das demonstrações contábeis, em todos os aspectos relevantes, com uma estrutura de demonstração contábil aplicável (NBC TA 200), de modo a assegurar que as demonstrações contábeis preparadas pela administração da empresa estejam livres de distorção relevante (FAFATAS, 2010), promovendo qualidade das demonstrações contábeis (HU, 2015).

Nesse aspecto, diante de informações contábeis de maior qualidade, decorrentes de números auditados e reportados sem distorções, omissões ou vieses relevantes, as informações disponíveis aos investidores estariam mais equalizadas, com menor assimetria e adequadas para a tomada de decisão. Portanto, a auditoria atua como intermediária das informações contábeis, agindo no sentido de dar maior qualidade à informação contábil e, conseqüentemente, reduz a assimetria informacional (HEALY; PAPELU, 2001).

Nesse sentido, com a atuação da auditoria haveria uma menor possibilidade das informações contábeis refletirem os desejos pessoais dos gestores, haja vista que, conforme menciona Watts (2003), a auditoria se utiliza de mecanismos, tais como análise conservadora dos eventos econômicos, que mitigam a divulgação de informações contábeis com distorções.

Desse modo, subsidiados por informações confiáveis e sem distorções, premissas inerentes à qualidade da auditoria, entende-se que os direitos e interesses dos potenciais investidores e demais usuários da informação contábil poderiam ser atendidos, de modo que as informações divulgadas pela empresa poderiam ser adequadas para auxiliar os tomadores de decisão (SALEHI; MORADI; PAIYDARMANESH, 2017).

Não obstante, deve-se destacar que a relevância da emissão de demonstrações contábeis de qualidade é percebida, principalmente, após a vivência de casos de falência, fraudes ou crises financeiras, conforme asseverado por Chadegani (2011), Iatridis (2012), Girão e Machado (2013), Dantas e Medeiros (2015) e Salehi, Moradi e Paiydarmanesh (2017).

Sobre o tema em pauta, casos como das empresas Enron em 2001 e da WorldCom em 2004, segundo Salehi, Moradi e Paiydarmanesh (2017), demonstram que a representação fidedigna dos números que compõem as demonstrações contábeis tem sido seriamente afetada, de modo a gerar desconfiança dos investidores quanto às demonstrações contábeis preparadas pela administração.

O caso da Enron, por exemplo, é tido como um dos maiores impactos da assimetria informacional relacionado às fraudes e manipulações de informações contábeis, uma vez que

os diretores da companhia não divulgaram ou mascararam as reais informações contábeis, fazendo com quem tinha acesso a essas informações, vendesse suas ações, obtendo lucro antes do escândalo se tornar público, enquanto que para quem não tinha as referidas informações sobrevieram prejuízos (GIRÃO; MACHADO, 2013).

Sob essa perspectiva, Chadegani (2011) cita que os escândalos corporativos, como a falência da Enron e o colapso da Andersen, apontam para importância que se deve atribuir aos diferentes fatores que podem afetar a mensuração da qualidade da auditoria, tais como o tamanho da empresa de auditoria, os honorários, a reputação do auditor, o litígio e os *accruals* (provisões ou estimativas).

No Brasil, podem-se citar como exemplos as falhas de auditoria que resultaram em questionamentos em relação aos auditores - KPMG, PWC e Deloitte - em decorrência das fraudes praticadas pelo Banco Nacional e Banco Noroeste em 1995 e pelo Banco Panamericano em 2010, respectivamente (DANTAS; MEDEIROS, 2015).

Nesse contexto, com o fito de mitigar eventuais falhas, a auditoria deve conter atributos que assegurem a qualidade do trabalho realizado. Para Salehi, Moradi e Paiydarmanesh (2017), a qualidade da auditoria está relacionada ao trabalho que busque maior acurácia, que seja mais completo, baseada em padrões que reduzam a manipulação de informações e, por fim, que melhore a qualidade das informações divulgadas.

O *Financial Reporting Council (FRC)* (2008, p.2) aponta cinco fatores para identificar a qualidade da auditoria, quais sejam: (i) a cultura dentro de uma empresa de auditoria; (ii) as competências e qualidades pessoais dos parceiros e do pessoal de auditoria; (iii) a eficácia do processo de auditoria; (iv) a confiabilidade e utilidade dos relatórios de auditoria; e (v) os fatores fora do controle dos auditores que afetam a qualidade da auditoria, tais como a existência de comitê de auditoria e a governança corporativa focada na divulgação contábil e no processo de auditoria.

Para Chadegani (2011), os atributos pessoais do auditor, tais como a habilidade, a experiência e os valores éticos do auditor contribuem para a qualidade da auditoria. Já Brown-Liburd, Cohen e Trompeter (2013) argumentam que a ética influencia o ceticismo profissional do auditor, apresentando evidências de que existe uma relação entre ceticismo, auditoria e conservadorismo, onde os auditores conservadores são mais céticos, éticos e resolutos.

Assim, o conservadorismo pode ser um atributo de qualidade do auditor, ou seja, características qualitativas do perfil do profissional de auditoria podem ser associadas ao

conservadorismo e, por consequência, à qualidade da informação contábil (BROWN-LIBURD; COHEN; TROMPETER, 2013). Além disso, vale ressaltar que diversos mecanismos, como por exemplo, o processo de recrutamento, de treinamento, de avaliação de desempenho e promoção, de revisão e de rotatividade de auditores podem ser utilizados por empresas de auditoria para trazerem maior ceticismo profissional aos auditores (NELSON, 2009) e, conseqüentemente, maior qualidade à informação contábil.

Nota-se assim a importância da existência da contabilidade e da auditoria no sentido de fornecerem informações oportunas e relevantes aos usuários da informação contábil, de modo a reduzir a assimetria de informações entre empresas e usuários externos.

Conforme informações descritas anteriormente, notadamente quanto ao elo entre a qualidade da auditoria, a assimetria de informação e à necessidade de prestação de informações de qualidade aos usuários das informações contábeis, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: **em que medidas os elementos de mensuração da qualidade da auditoria contribuem para a redução da assimetria de informação nas empresas listadas da B³, no período pré e pós-convergência às normas internacionais de contabilidade?**

1.2 Objetivos

De acordo com o problema proposto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a influência das variáveis de mensuração da qualidade da auditoria na assimetria de informação nas empresas abertas listadas na B³, no período pré e pós-convergência às normas internacionais de contabilidade.

Como objetivos específicos têm-se:

- Definir o comportamento dos elementos que mensuram a qualidade da auditoria e compará-los entre o período pré e pós-convergência;
- Investigar se a assimetria de informação é impactada pela emissão do relatório de auditoria e das demonstrações contábeis.
- Testar elementos que podem estar associados à assimetria de informação no período pré e pós-convergência;

1.3 Justificativa

No Brasil, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade introduziu a aplicação de um modelo contábil baseado em princípios, aumentando o ambiente de subjetividade de julgamento profissional e, ainda, sem a devida discussão acadêmica, conforme mencionado por Dantas et al. (2014).

Sob esse aspecto, segundo Slowski (2009), a importância do conhecimento científico está alicerçada na multiplicidade de procedimentos, técnicas e pressupostos epistemológicos de investigação e indagações que podem trazer confiabilidade aos resultados dos estudos. Desse modo, a contribuição acadêmica é no sentido de fornecer maior entendimento do impacto da convergência no contexto brasileiro.

No que tange à subjetividade, acredita-se que em decorrência de diferentes critérios de avaliação, por exemplo, a mensuração de determinado valor em uma transação pode conter um viés pessoal do avaliador (FUJI; SLOMSKI, 2003). Desse modo, a subjetividade possibilita distorções nas informações contábeis divulgadas, ou seja, gerando informações de baixa qualidade e assimetria informacional entre os agentes de mercado.

Desse modo, para assegurar a fidedignidade das informações contábeis, os auditores atuam no sentido de realizar uma auditoria de maior qualidade, a fim de assegurar maior acurácia da informação contábil, de modo que as informações sejam divulgadas livres de distorções, omissões ou vieses relevantes, o que, por consequência, reduziria a assimetria informacional (SANTANA et al., 2014).

Cumprе destacar que a assimetria de informações tem a capacidade de afetar milhões de pessoas, além de reduzir a credibilidade de todo um mercado (GIRÃO; MACHADO, 2013). Em decorrência disso, percebe-se a importância de estudos sobre a assimetria de informação na área de pesquisas contábeis, sendo os casos da Enron e a crise de 2008 exemplos que podem ser mencionados.

Assim, a simetria informacional, ou seja, a equidade, a equalização das oportunidades, onde todos os investidores teriam as mesmas informações (LEV, 1988), está ou deveria estar diretamente relacionada à contabilidade, uma vez que as decisões dos usuários da informação contábil se baseiam nessas informações para a tomada de decisão.

Na literatura acadêmica há diversos estudos a respeito da assimetria de informação, sendo, portanto, um indicativo de sua importância. Tais estudos buscam abordar: o *bid-ask spread* com a assimetria de informação (LEV, 1988); a assimetria de informação e

comportamento estratégico dos detentores de informação (BHATTACHARYA; SPIEGEL, 1991); a assimetria de informação, divulgação contábil, liquidez e custo de capital (DIAMOND, VERRRECCHIA, 1991); a assimetria de informação, políticas de divulgação e liquidez no mercado de capitais (WELKER, 1995); títulos do tesouro americano e o *bid-ask spread* (FLEMING, 1997); os efeitos dos impostos, da assimetria de informação e dos custos de agência no gerenciamento de resultados (BEATTY; HARRIS, 1998); a divulgação contábil, a assimetria de informação e o mercado de capitais (HEALY; PALEPU, 2001); a assimetria de informação e a captação de financiamento (BIDDLE; HILARY, 2006); os efeitos da grande participação de acionistas na assimetria de informação e na liquidez do mercado acionário (ATTIG et al., 2006); a função da assimetria de informação e da qualidade da divulgação contábil na negociação de empréstimos (WITTENBERG-MOERMAN, 2008); a assimetria de informação e divulgação de resultados em períodos de crise (BHAT; JAYARAMAN, 2010); a produção científica internacional sobre assimetria de informação (GIRÃO; MACHADO, 2013); relação com os investidores e a assimetria de informação (RODRIGUES; GALDI, 2017), dentre outros.

Dessa forma, nota-se que a assimetria de informação foi estudada sob diversos aspectos, conforme acima demonstrado. Porém, apesar de parecer existir uma relação negativa com a qualidade do trabalho da auditoria independente, uma vez que um dos objetivos da auditoria é a sua redução (SANTANA et al., 2014), há uma lacuna quanto a estudos que busquem analisar a relação entre a assimetria de informação e a qualidade da auditoria.

Além disso, torna-se importante pesquisar se os possíveis efeitos da convergência às normas internacionais na qualidade da auditoria e na redução da assimetria de informação, uma vez que ao assegurar o cumprimento das normas internacionais, a auditoria contribui para a melhoria da informação contábil, que deveria resultar na redução da assimetria de informação.

À vista dos fatos ora retratados e, considerando que Brasil adotou o modelo contábil baseado em princípios, o presente estudo visa contribuir no sentido de possibilitar aos agentes de mercado, tais como analistas, acionistas e investidores, uma melhor compreensão das implicações da qualidade da auditoria na assimetria de informação, ou seja, compreender em que medida o papel da auditoria tem sido exercido de modo a atender as expectativas dos usuários externos e da sociedade como um todo, que é de assegurar que as informações

contábeis divulgadas estejam livres de erro, viés e, conseqüentemente, mais fidedignas (menos assimetria).

Ademais, o estudo busca comparar períodos distintos, pré e pós-convergência, em que há uma expectativa que a partir da adoção às normas internacionais tenha-se observado um ganho quanto à maior qualidade informacional e, portanto, deveria ser observada uma diminuição da assimetria de informação. Entretanto, sabe-se que a maior discricionariedade no reconhecimento, mensuração e evidenciação torna este cenário no mínimo desafiador, realçando ainda mais o papel exercido pelos auditores.

Diante disso o presente estudo intenta contribuir no sentido de demonstrar quais elementos de mensuração da qualidade da auditoria promovem a melhoria da qualidade da informação contábil e, portanto, quais atributos de auditoria podem reduzir a assimetria de informação, considerando o período pré e pós-convergência.

Por fim, espera-se que os resultados também auxiliem os reguladores que atuam sobre o mercado de capitais e os órgãos normatizadores de práticas contábeis, ao evidenciar se o fator convergência às normas internacionais, isto é, se a adoção do padrão contábil internacional tem atingido o seu objetivo de melhorar a informação contábil, o aumento da qualidade da auditoria e a redução da assimetria de informação, fornecendo assim subsídios que permitam a tais agentes avaliar os impactos da adoção do padrão contábil internacional em relação à qualidade da informação contábil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O papel da informação contábil na redução da assimetria de informação

A qualidade da informação contábil é um elemento que pode reduzir a assimetria da informação (HEALY; PALEPU, 2001), auxiliando os usuários no processo de tomada de decisão. Nesse contexto, uma vez que a visão justa e verdadeira na contabilidade objetiva refletir a informação contábil de forma fidedigna, sem viés (COSENZA, 2003), ela fornece uma perspectiva da qualidade da informação contábil, contribuindo para a diminuição da assimetria de informação.

Assim, logo abaixo serão explorados os temas intrínsecos à visão ora relatada.

2.1.1 A visão justa e verdadeira em contabilidade

No Brasil, a partir da convergência às normas *da International Financial Reporting Standards* (IFRS), isto é, da adoção das normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, houve uma maior discussão a respeito das normas contábeis baseados em regras ou princípios (DANTAS et al., 2014; MOTA et al., 2016), ou seja aspectos relacionados à forma de regulação ou normatização contábil.

Para Alexander e Jermakowicz (2006), a normatização contábil pode ser segregada em três níveis: A, B e C. Os níveis A e B seriam considerados como princípios, representado pelos “conceitos fundamentais geralmente aceitos” abrangendo o “*true and fair view* (TFV)” (visão justa e verdadeira) e a “essência sobre a forma”, assim como pelo “conjunto de normas, convenções ou formas de pensar” abordados no *conceptual framework* do IASB e do *Financial Accounting Standards Board* (FASB). Já o nível C está relacionado ao conjunto de normas emitidas, o qual fornece detalhes quanto à aplicação e métodos a serem utilizados, conforme demonstrado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Níveis de regulação contábil

Tipo	Conteúdo	Exemplos
A	Conceitos fundamentais geralmente aceitos.	Visão verdadeira e justa, representação fidedigna, essência sobre a forma, divulgação completa.
B	Um conjunto de noções, convenções ou formas de pensar que devem ser aplicadas de forma consistente a situações familiares ou não.	Estrutura conceitual do FASB e do IASB.
C	Detalhamento de métodos específicos para o tratamento de todos os problemas e situações esperadas.	Os diversos normativos contábeis, tais como: US GAAP, IFRS, pronunciamentos do CPC's, <i>Plan Comptable</i> (Francês).

Fonte: Alexander e Jermakowicz (2006, p. 138), tradução livre.

Segundo os referidos autores, os níveis A e B seriam relacionados aos princípios, apesar de haver distinção entre os dois níveis, enquanto o nível C seria relacionado às regras. Além disso, é possível notar que tanto o modelo americano (FASB) quanto o internacional (IASB) permeiam tanto o nível B quanto o C, o que demonstra que mesmo diante de um sistema contábil baseado em princípios também existem regras, assim como diante de um sistema contábil baseado em normas também há princípios que devem ser seguidos.

Assim, em razão das relações entre o sistema baseado em princípios que utilizam regras e o sistema baseado em regras que são suportados por princípios (BENNETT; BRADBURY; PRAGNELL, 2006; MOTA et al., 2016) não há um consenso (MOTA et al., 2016) ou uma melhor definição (BENNETT; BRADBURY; PRAGNELL, 2006) dos sistemas contábeis existentes.

Nesse contexto, Alexander e Jermakowicz (2006) argumentam, por exemplo, que embora o sistema contábil do FASB sejam baseado, em grande parte, por um quadro conceitual (princípios) eles são complementados por orientação interpretativa e de implementação muito detalhada, o que o torna um sistema baseado em regras. Já Schipper (2003) argumenta que o sistema contábil do FASB é baseado em um reconhecido conjunto de princípios derivados do seu quadro conceitual, no entanto, assegura o autor, que o sistema contábil contém elementos que o faz parecer baseado em regras.

Para Nelson (2003), todos os sistemas contábeis, por possuírem uma estrutura conceitual norteadora, são sistemas baseados em princípios, sendo o que diferencia os modelos existentes são as regras subjacentes, ou seja, os critérios específicos, limites, restrições, exceções e orientação de implementação da norma.

Não obstante existam essas variedades de interpretações, Bennett, Bradbury e Prangnell (2006) comentam que o sistema contábil adotado pelo FASB tem sido considerado como sistema baseado em regras, enquanto que o sistema adotado pelo IASB tem sido considerado um sistema baseado em princípios.

De todo modo, vale ressaltar que um sistema baseado em princípios não necessariamente represente vantagens em relação a um sistema baseado em regras (NOBES, 2005; DANTAS et al., 2010) ou que se basear em princípios implique a utilização de menos regras (NOBES, 2005).

O que ocorre, porém, é que os sistemas contábeis, seja baseado em regras ou princípios, instituem uma grande quantidade de regras ao tratarem determinados assuntos, além de criarem práticas contábeis alternativas desnecessárias em decorrência da falta ou uso inadequado de um determinado princípio (NOBES, 2005).

Sobre esse tema, em estudo sobre sistema contábil baseado em princípios ou regras, Dantas et al. (2010) evidenciam que ambos os modelos possuem pontos positivos e negativos, os quais devem ser avaliados pelos usuários da informação contábil antes da tomada de decisão.

Nessa perspectiva, os sistemas contábeis devem estar direcionados para fornecer informações úteis e relevantes, uma vez que uma única informação pode ser mais útil e relevante do que várias informações que não contribuem, por exemplo, para a redução da assimetria de informação (PAULO; CARVALHO, GIRÃO, 2014). Além disso, Nobes (2005) acrescenta que o que se espera é que os sistemas contábeis sejam mais claros e levem a uma maior comparabilidade, ao mesmo tempo em que se reduz a quantidade de regras.

Adicionalmente, com o intuito de esclarecer a distinção entre os sistemas contábeis baseados em princípios e regras, Paulo, Carvalho e Girão (2014) elencam as seguintes características de cada modelo, conforme demonstrado no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Características de Sistema Contábil

Modelo Baseado em Princípios	Modelo Baseado em Regras
<ol style="list-style-type: none"> 1. As normas emanadas desse sistema estabelecem somente diretrizes básicas; 2. Utiliza-se do conceito <i>True and Fair View</i> (TFV) 3. Busca-se a melhor expressão da realidade econômica e financeira, necessitando em determinados momentos utilizar estimativas no processo de mensuração e/ou evidenciação; 4. Parte de seus procedimentos é subjetivo; 5. Necessidade de alta evidenciação das transações e eventos; 6. A essência da transação ou evento econômico é preferível à forma jurídica; 7. O profissional contábil utiliza mais frequentemente o seu juízo de valor; e, 8. Maior grau de liberdade para apresentar informações. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proporcionar maior comparabilidade das informações contábeis; 2. As normas alcançam os detalhes da operacionalização dos procedimentos contábeis; 3. Observam-se pragmaticamente os termos da norma; 4. Apresenta grande objetividade; 5. Evidenciação básica da realidade da empresa pautada, principalmente, nas exigências legais; 6. Prevalece a forma jurídica nas informações contábeis e não a essência econômica dos eventos/transações; 7. O profissional cumpre exatamente o que está expresso na norma; 8. Contêm vários testes de percentagem que podem ser utilizados inadequadamente na elaboração das demonstrações contábeis como meio para cumprir a forma da norma, mas não atende à sua essência; 9. Contêm inúmeras exceções às normas, resultando em inconsistência no tratamento contábil da transação ou evento com similar substância econômica; 10. Favorece a necessidade e a demanda pela implementação de um guia altamente detalhado na aplicação de normas, gerando complexidade e incerteza sobre a sua aplicação; 11. Perda do foco nos objetivos da contabilidade inerentes à norma.

Fonte: Paulo, Carvalho e Girão (2014, p. 26).

Assim, percebe-se que as normas baseadas em princípios estariam direcionadas para primar pela essência econômica da transação, ao invés da sua forma jurídica (MOTA et al., 2016). No que concerne às normas baseadas em regras, estas estariam relacionadas ao uso de numerosas exceções, guias de implementação e orientação, assim como instituição de regras bem definidas (ALEXANDER; JERMAKOWICZ, 2006).

Ademais, diante do quadro apresentado, nota-se que o TFV refere-se a uma característica presente somente nas normas baseadas em princípios, ou seja, um conceito que

está fundamentado na divulgação de informações contábeis verdadeiras e justas (CHAMBERS; WOLNIZER, 1991), na busca pela expressão da realidade econômica das transações nas demonstrações contábeis, por meio da utilização sistemática e regular dos princípios e normas contábeis (COSENZA, 2003).

Similarmente, Mota et al. (2016) relacionam o TFV com a divulgação das informações contábeis em que os eventos devem ser representados de acordo com a essência econômica da transação e não conforme a sua forma legal, o que para Nelson (2003) seria a necessidade de que a transação contábil reflita a substância econômica subjacente.

Nesse sentido, para refletir a realidade da transação, o TFV se baseia no princípio que estabelece a essência sobre a forma (WEFFORT, 1998), pois prioriza o registro da essência da transação contábil e não nos documentos utilizados para formalizar a transação, buscando assegurar que a informação disponibilizada ao usuário seja a mais correta e fidedigna possível, o que se alinha com o objetivo da contabilidade de fornecer informações úteis aos usuários para a tomada de decisão.

Desse modo, a adoção do conceito do TFV nas demonstrações poderia assegurar informações contábeis preparadas sem distorções relevantes, erros ou omissões materiais, representando o patrimônio com fidedignidade e sem viés, assegurando a qualidade informacional.

Além disso, tendo em vista que o TFV requer maior julgamento profissional sobre os eventos contábeis, tanto dos preparadores das demonstrações contábeis quanto dos auditores, o uso do sistema contábil baseado em princípios pode aumentar a expertise dos contadores e auditores (SCHIPPER, 2003), de forma a auxiliar a melhoria da qualidade da informação contábil.

Aliado à essa perspectiva, considerando que as IFRS são baseadas em princípios e não em regras, seria razoável esperar que a sua adoção fosse adequada para assegurar a qualidade das informações contábeis, ou seja, a elaboração de demonstrações contábeis verdadeiras e justas (LEIBLER, 2003). Entretanto, não é possível assegurar tal hipótese, uma vez que, mesmo seguindo padrões contábeis baseados em princípios, por possibilitar maior subjetividade na escolha de práticas contábeis (MACÊDO et al. 2010), as demonstrações podem ser manipuladas com o fim de: (i) evitar a divulgação de perdas (REIS; LAMOUNIER; BRESSAN, 2015); (ii) minimizar a volatilidade dos resultados (MYERS, MYERS; SKINNER, 2007); (iii) melhorar a remuneração dos administradores (HEALY;

WHALEN, 1999; DECHOW; SKINNER, 2000); (iv) influenciar o mercado acionário, facilitar a obtenção de empréstimos e atender à fiscalização ou monitoramento de agências reguladoras (HEALY; WHALEN, 1999) e; (v) captar recursos por meio de oferta de ações no mercado de capitais (DARROUGH; RANGAN, 2005); fatores que, por sua vez, podem influenciar negativamente na qualidade da informação contábil.

Entende-se, portanto, que a maior discricionariedade permitida pelas normas internacionais pode contribuir para a formação de um ambiente em que as informações contábeis apresentem distorções relevantes, de modo a não refletir, de fato, a realidade econômica da empresa (BAPTISTA, 2009).

Para Claudia-Câtalina (2017), o TFV também tem sido utilizado como pretexto para que os gestores atendam aos seus desejos pessoais, ou seja, com o intuito de adotarem práticas que favoreçam o gerenciamento de resultados.

De modo similar, Weffort (1998) comenta que a adoção do TFV possibilita um maior julgamento profissional sobre um evento contábil, de tal modo que o gestor o utiliza como mecanismo para atender seus interesses pessoais.

Desse modo, notam-se pelo menos dois aspectos relacionados ao TFV:

I) o primeiro relacionado à busca por refletir as informações contábeis de acordo com a realidade, gerando informações fidedignas e sem viés, buscando-se a essência contábil da transação para divulgar fidedignamente as informações contábeis.

Nesse cenário, por possuírem maior conhecimento sobre as operações da empresa, os gestores podem deixar de aplicar regras contábeis e adotar princípios que tornem a divulgação contábil mais aderente à realidade dos negócios da empresa, ou seja: a subjetividade na mensuração, reconhecimento e evidenciação da informação contábil não implica necessariamente em informações menos fidedignas (WEFFORT, 1998).

II) O segundo, relacionado à subjetividade da adoção de práticas contábeis, onde, a partir desta, os gestores utilizam mecanismos para atingir seus próprios interesses.

Portanto, em decorrência dos aspectos negativos já mencionados (evitar a divulgação de perdas, minimizar a volatilidade dos resultados, melhorar a remuneração dos administradores, influenciar o mercado acionário, facilitar a obtenção de empréstimos e atender à fiscalização ou monitoramento de agências reguladoras e emitir ações no mercado de capitais) relacionados à subjetividade da TFV, a informação contábil pode ser distorcida e,

consequentemente, prejudicar os usuários externos, haja vista que suas decisões econômicas podem ser influenciadas por demonstrações contábeis que apresentem omissões e/ou distorções (CPC 26) relevantes, ou seja, demonstrações contábeis com baixa qualidade informacional.

Entretanto, em que pese a possibilidade de disfunções que restringem a visão justa e verdadeira da informação contábil, as quais trazem maior grau de subjetivismo e implica maiores riscos aos usuários da informação (MACÊDO et al. 2010), acredita-se que tais aspectos negativos devem ser tratados pela auditoria. Sabendo-se que a auditoria tem como função precípua atuar com fim de mitigar a cultura da complacência (LEIBLER, 2003), torna-se possível, portanto, mitigar os aspectos negativos que causam essas omissões e distorções relevantes e, assim, assegurar a qualidade da informação contábil.

Sob essa perspectiva, faz-se oportuno explorar a assimetria de informação de forma sequencial, tendo em vista que esta é um possível desdobramento das distorções ora mencionadas que prejudicam a qualidade informacional (DIAMOND, VERRRECCHIA, 1991; WELKER, 1995; DECHOW ET AL. 1996; AFFLECK-GRAVES; CALLAHAN; CHIPALKATTI, 2002; OLIVEIRA; PAULO; MARTINS, 2013; MARTINS; PAULO, 2014).

2.1.2 Assimetria de informação

A Hipótese de Mercado Eficiente (HME) está relacionada ao fato de que o mercado acionário é eficiente quando as informações sobre determinada ação são completamente refletidas no seu preço, ou seja, mercado eficiente é aquele em que os preços sempre refletem inteiramente as informações disponíveis (FAMA, 1970).

Nesse aspecto, um ambiente de informação assimétrica no mercado de acionário, quando uma das partes envolvidas em uma transação tem mais e/ou melhores informações para tomar decisões, pode alterar a expectativa dos investidores, de forma a ser capaz de induzir a sua mudança opinião (BEAVER, 1968), podendo refletir no preço da ação.

Nessa temática, Beatty e Harris (1998) esclarecem que a assimetria de informações é derivada do oportunismo de uma das partes envolvidas, quando um ou mais interessados tem a oportunidade de promover seu próprio interesse, quando há diferença na quantidade de informações entre os agentes envolvidos (RODRIGUES; GALDI, 2017), ou ainda quando uma das partes possui um conjunto mais completo de informações (BEATTY; HARRIS, 1998), sendo estes fatos causadores de efeitos adversos no mercado (AKERLOF, 1970).

Assim, pode-se citar que um dos impactos no mercado que pode ser causado pela assimetria de informação é a diminuição do número de negociações (LEV, 1988; BHATTACHARYA; SPIEGEL, 1991), tendo em vista que quem tem pouca informação pode não querer negociar com quem possui muita informação (BHATTACHARYA; SPIEGEL, 1991), isto é, o comprador pode perder o interesse em transacionar um ativo por não ter as mesmas informações que o vendedor.

Além disso, a assimetria de informação no mercado acionário (o qual, de acordo com Bagehot (1971), possui dois tipos de investidores: os informados e os desinformados) possibilita que o investidor que porventura tenha prejuízo ao negociar com outro investidor informado, posteriormente possa recuperar a perda realizando uma negociação com um investidor desinformado. Nota-se assim como a assimetria de informações permeia o mercado acionário, notadamente no que tange à tomada de decisão de compra e venda de ativos.

Adicionalmente, por apresentar diferenças quantitativas e qualitativas informacionais entre os investidores, a assimetria de informação pode possibilitar àqueles que possuem maiores e melhores informações, a condição de tomada de melhores decisões econômicas, ou seja, maiores possibilidades de sucesso na alocação de recursos.

Nesse contexto, Watts e Zimmerman (1986) comentam que os indivíduos buscam maximizar o valor esperado da função utilidade, adotando procedimentos que tem o fito de trazer maior bem-estar a si próprio. Sob essa perspectiva, em um mercado acionário, o comprador sempre buscará comprar um ativo por um preço mais baixo, enquanto o vendedor sempre buscará vender o ativo por um preço mais alto, ambos buscando obter o maior benefício.

A crise de 2008, por exemplo, é um evento que pode ser citado de como ocorre a assimetria de informação, e seus efeitos. Bhat e Jayaraman (2010) demonstram que durante a crise havia uma maior assimetria de informação em comparação ao período posterior à crise, sendo que os bancos que detinham os *sub-prime* possuíam maior assimetria. Tal fato revela o risco que um ambiente assimétrico pode trazer e a importância que deve ser atribuída à qualidade da informação contábil, ou seja, informações sem distorções, omissões ou vieses relevantes.

Desse modo, os investidores devem possuir todas as informações sobre determinado ativo para a tomada de decisão, que haja uma simetria informacional, que a disseminação de

informações, tanto em quantidade quanto em qualidade, entre todos os usuários sejam iguais, assegurando o acesso à informação de forma igualitária.

Ademais, é importante esclarecer que a literatura sugere diversas formas de se mensurar a assimetria de informação, sendo o *bid-ask spread* a forma mais utilizada (GIRÃO; MACHADO, 2013). O *bid-ask spread* pode ser entendido como a diferença entre a maior oferta de compra (*bid*) e a menor oferta de venda (*ask*) imediatamente antes da negociação (DEMSETZ, 1968), isto é, no mercado acionário, refere-se à diferença entre o maior valor ofertado para comprar um ativo e o menor valor ofertado para a venda de um ativo (FLEMING, 1997).

Dessa forma, a assimetria de informação está associada ao alargamento do *bid-ask spread* (RODRIGUES; GALDI, 2017), ou seja, a assimetria de informação nos mercados de capitais serão refletidas nos tamanhos dos *bid-ask spreads*. Portanto, quanto mais severa for a assimetria, maior será o *bid-ask spread*.

2.1.3 A informação contábil e a assimetria de informação

A relevância da simetria de informação reside no fato de que a informação é capaz de alterar a decisão do investidor, afetando o preço do ativo e, conseqüentemente, alterando o preço da transação (BEAVER, 1968). Nesse sentido, caso não houvesse assimetria de informação no período de 2008, possivelmente não haveria crise, já que os investidores não teriam adquiridos os títulos de baixa qualidade como se fossem títulos de qualidade.

Ademais, vale salientar que a assimetria de informação não se restringe somente às diferenças de informações entre investidores e/ou entre investidores e gestores. Diversas outras relações também podem ser destacadas, tais como: clientes e gestores, governo e gestores, comunidade e gestores, acionistas e auditores externos, entre outras.

Nesse sentido, ao considerar o conjunto de relações mencionado, é importante destacar que a busca pela redução da assimetria de informação pode estar relacionada a diversos fatores: para a captação de recursos, onde é válida a intuição de que uma maior qualidade da informação contábil reduz a assimetria de informações entre gerentes e fornecedores externos de capital e, conseqüentemente, aumenta-se o investimento (BIDDLE; HILARY, 2006; DIAMOND, VERRRECCHIA, 1991); tornar o financiamento menos oneroso (DIAMOND, VERRRECCHIA, 1991; BEATTY; HARRIS, 1998; AFFLECK-GRAVES; CALLAHAN; CHIPALKATTI, 2002; FU; KRAFT; ZHANG, 2012; MARTINS; PAULO, 2014), evitando

que os agentes renunciem projetos de valor presente líquido positivo (BEATTY; HARRIS, 1998); e dar maior liquidez ao mercado (DIAMOND, VERRRECCHIA, 1991; ATTIG et al., 2006), haja vista que o investidor racionaliza o capital para se proteger do ambiente assimétrico (BIDDLE; HILARY, 2006).

Nesse contexto, em decorrência dos interesses existentes entre os diversos usuários da informação contábil, surge um ambiente propício de assimetria de informação (JENSEN; MECKLING, 1976), o qual, segundo Verrecchia (2001), pode ser mitigado por meio do comprometimento com o mais alto nível de divulgação, assim como pela adoção de procedimentos mais transparentes quando mais de uma prática contábil for aplicável.

Desse modo, Verrecchia (2001) estabelece uma relação entre divulgação contábil e assimetria de informação, argumentando no sentido de que a eficiência da divulgação contábil está vinculada à sua redução. Assim, entende-se que por meio da divulgação contábil é possível disseminar informações completas e fidedignas aos usuários, possibilitando a redução da assimetria de informação existente entre os investidores.

No mesmo sentido, para Biddle e Hilary (2006), a fim de mitigar a assimetria de informação, deveriam ser adotados procedimentos baseados na melhoria da transparência e da divulgação contábil.

Corroborando com esse entendimento, Welker (1995) em estudo sobre a relação entre as políticas de divulgação contábil e a assimetria de informação, evidenciou que quanto maior for o nível de divulgação contábil, menor a assimetria.

Ainda nessa temática, Lev (1988) sugere que as consequências adversas da assimetria de informação podem ser atenuadas por meio da divulgação contábil, ao considerar a desigualdade no mercado de acionário como desigualdade de oportunidades ou existência de assimetrias de informação entre todos os investidores.

Além disso, a divulgação contábil ou a divulgação antecipada, além de poder reduzir a assimetria de informação, também tem o condão de poder diminuir o risco de litígio entre empresa e investidores, uma vez que evita uma única e grande queda de preço de ações (FIELD, LOWRY; SHU, 2005).

Sobre esse tema, Skinner (1994) expõe que para prevenir grandes perdas nos valores das ações nas datas de divulgação dos resultados, os gestores têm incentivos de divulgar voluntariamente perdas inesperadas, de forma a reduzir os litígios e assegurar a manutenção da reputação do gestor.

Entretanto, vale mencionar que o citado autor esclarece que a estratégia de divulgação antecipada não garante a ausência completa de litígios, assim como, segundo Beatty e Harris (1998), não resolvem definitivamente o problema da assimetria de informação.

Healy e Palepu (2001) elencam outras formas de mitigar a assimetria da informação, são elas: i) criar contratos ótimos entre principal e agente, prevendo incentivos para a divulgação completa da informação; ii) criar mecanismos de monitoramento de forma a exigir que os agentes divulguem toda a informação privada; iii) utilizar “intermediadores da informação”, tais como analistas financeiros, auditores, agências de *rating*, dentre outros.

Por fim, ao analisar os estudos sobre assimetria de informação (DIAMOND, VERRRECCHIA, 1991; WELKER, 1995; DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1996; AFFLECK-GRAVES; CALLAHAN; CHIPALKATTI, 2002; OLIVEIRA; PAULO; MARTINS, 2013; MARTINS; PAULO, 2014) relacionados tanto ao período anterior quanto ao período posterior à convergência às normas internacionais, é possível notar que a menor assimetria de informação está associada a maior qualidade da informação contábil, melhor atendimento às necessidades dos usuários da informação e, por conseguinte, proporcionando maiores benefícios para empresas.

No período anterior à convergência, há evidências de que menor assimetria implica maior investimento (DIAMOND, VERRRECCHIA, 1991), maior liquidez (DIAMOND, VERRRECCHIA, 1991; WELKER, 1995), menor custo de capital (DIAMOND, VERRRECCHIA, 1991; DECHOW et al. 1996; AFFLECK-GRAVES; CALLAHAN; CHIPALKATTI, 2002), menor gerenciamento de resultado, maior recomendação de analistas (DECHOW et al. 1996) e maior previsibilidade dos resultados (AFFLECK-GRAVES; CALLAHAN; CHIPALKATTI, 2002).

Quanto ao período posterior à convergência, Oliveira, Paulo e Martins (2013) identificaram que a dissolução de oferta pública de aquisição e formação do conselho de administração estão associadas à menor assimetria de informação, enquanto Martins e Paulo (2014) evidenciaram que quanto menor a assimetria da informação, menor risco, maior à liquidez das ações e menor o custo de capital próprio.

No mesmo sentido, Muller, Riedll e Sellhorn (2011) demonstram que a obrigatoriedade de divulgação contábil, trazida pela IFRS, resulta em uma menor assimetria de informação entre os agentes do mercado, corroborando com os achados de Leuz e Verrecchia (2000), os quais encontraram evidências de que a adoção das *International*

Accounting Standard (IAS), por exigir certos requisitos de divulgação contábil, traz como benefício a redução da assimetria de informação.

2.2 O papel da auditoria na qualidade da informação contábil

A função da auditoria, dentre outras, é assegurar a qualidade da informação s (SALEHI; MORADI; PAIYDARMANESH, 2017) e com isso reduzir a assimetria de informação (SANTANA et al., 2014). Assim, para atingir esse objetivo, a auditoria deve assegurar que as informações contábeis sejam divulgadas sem distorções, omissões ou vieses relevantes, ou seja, fatores intrínsecos à qualidade da auditoria (DeANGELO, 1981).

Desse modo, a seguir serão explorados os temas relacionados ao tema ora mencionado.

2.2.1 O papel da auditoria independente

As demonstrações contábeis, auditadas a partir de 2017, estão submetidas a um novo conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente (NBC TA), sendo possível destacar: o Novo Relatório do Auditor Independente (NRA), a Comunicação com os Responsáveis pela Governança (NBC TA 260-R2); a Continuidade Operacional (NBC TA 570); a Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis (NBC TA 700); a Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente (NBC TA 701); a Modificações na Opinião do Auditor Independente (NBC TA 705); e os Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente (NBC TA 706).

Um dos principais pontos trazidos pela nova regulamentação refere-se ao fato de que a auditoria independente deve comunicar os principais pontos-chave de seu trabalho, ou seja, deve expor os principais assuntos tratados durante a sua execução, assegurando maior transparência ao usuário da informação.

Ao proceder dessa forma, entende-se que o usuário da informação contábil poderá ter uma maior e melhor qualidade das informações relacionadas à empresa auditada, auxiliando a sua tomada de decisão.

Além disso, ao emitir opinião quanto à elaboração, quanto a todos os aspectos relevantes, em relação às praticas contábeis que devem ser seguidas, a auditoria independente

possibilita o aumento do grau de confiabilidade das demonstrações contábeis preparadas pelas empresas, pois segundo Santos et al. (2009, p. 47), “a auditoria independente realiza todo um trabalho de averiguação da adequacidade, tempestividade e conformidade dos dados apresentados nas demonstrações contábeis”.

Portanto, a opinião da auditoria independente deve buscar evidência apropriada e suficiente para fundamentar e expressar sua conclusão e opinião sobre as informações divulgadas, expressando, com segurança razoável, que as demonstrações contábeis examinadas estão livres de distorção relevante (NBC TA 700).

Assim, é esperado que o auditor possua um amplo conhecimento sobre a empresa, de forma a aumentar a possibilidade de detectar e sugerir aperfeiçoamento de procedimentos, do sistema de controle interno, de práticas de governança corporativas; melhorando a eficiência empresarial e, conseqüentemente, implicando maior credibilidade das demonstrações divulgadas.

Dessa forma, entende-se que o papel da auditoria é ser o agente entre a informação preparada pela administração e o usuário da informação (HEALY; PALEPU, 2001), onde sua função deve ser orientada no sentido de fornecer maior qualidade à informação contábil, propiciando um ambiente em que as informações divulgadas pela empresa possam ser adequadas para auxiliar os tomadores de decisão (SALEHI; MORADI; PAIYDARMANESH, 2017).

Além disso, em função do trabalho da auditoria independente, alguns benefícios podem ser gerados para a empresa em decorrência da qualidade dos trabalhos realizados, tais como: melhoria do valor institucional, uma vez que as demonstrações passaram por um processo de auditoria; melhoria do sistema de controle interno decorrente de recomendações da auditoria; ajustes em eventuais registros contábeis; melhoria de eficiência empresarial em virtude de possíveis sugestões práticas internas; mitigação de desvios de bens patrimoniais; identificação da oportunidade e tempestividade de registro de créditos e débitos (NBC TA 01), contribuindo para a melhoria da qualidade da informação contábil refletida nas demonstrações, à medida que propicia melhores informações sobre a situação econômica, financeira e patrimonial da empresa aos diversos usuários da informação.

Desse modo, a auditoria independente não se restringe somente em demonstrar a atuação da administração na gestão dos negócios da empresa ao analisar a evidenciação da posição patrimonial e financeira por intermédio da publicação das demonstrações contábeis.

Sua atuação é mais ampla, buscando assegurar que as necessidades dos diversos usuários da informação contábil sejam atendidas.

No Brasil, diante do contexto em que a normatização provida pela convergência às normas internacionais tem por objetivo fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008), a atuação da auditoria independente pode ser realçada, uma vez que uma de suas funções é assegurar a adoção das IFRS, auxiliando que o objetivo de fornecer informações úteis para a tomada de decisão, almejado pelas IFRS, seja alcançado.

Por fim, vale destacar que apesar da obrigatoriedade de divulgar diversas demonstrações contábeis e da instituição de normas que promovam a transparência das informações, não é possível assegurar que as informações refletidas nas demonstrações estejam integralmente isentas de erros, omissões materiais ou distorções relevantes, porém, conforme menciona Watts (2003), é possível mitigá-los por meio de uma auditoria de qualidade.

2.2.2 Qualidade da auditoria

Sob a perspectiva conceitual, a qualidade da auditoria pode ser entendida como a probabilidade conjunta avaliada pelo mercado de que o auditor irá descobrir e reportar uma violação do sistema contábil (DeANGELO, 1981).

Para Francis (2004) a qualidade da auditoria está relacionada à possibilidade de falhas de auditoria, a qual pode ocorrer de duas formas: pela não aplicação dos princípios contábeis e/ou pela não emissão do relatório de auditoria modificado ou qualificado nas circunstâncias apropriadas pelo auditor, gerando informações contábeis auditadas potencialmente enganosas aos usuários.

Assim, o referido autor comenta que, em uma primeira aproximação sobre o conceito de qualidade da auditoria, poder-se-ia relacioná-la ao atendimento dos requisitos mínimos legais e profissionais do auditor. Além disso, a qualidade da auditoria estaria inversamente relacionada às falhas de auditoria, ou seja, quanto maior a qualidade da auditoria, menor a probabilidade de falhas de auditoria.

Segundo Chadegani (2011), a qualidade da auditoria se refletiria em demonstrações contábeis confiáveis, tendo em vista que a alta qualidade está associada à produção de

informações financeiras sem distorções, omissões ou vieses relevantes. Assim, se a qualidade da auditoria for alta, deveria haver uma menor possibilidade informações distorcidas e, portanto, menor assimetria de informação. Portanto, a qualidade da auditoria estaria relacionada à habilidade do auditor em reduzir ou restringir práticas contábeis questionáveis que reduzam a assimetria de informação entre gestores, acionistas e demais usuários da informação contábil (BECKER et al. 1998).

Assim, nota-se que a qualidade da auditoria, relacionada ao exame das demonstrações contábeis a fim mitigar aspectos que diminuam sua qualidade, converge com o objetivo esperado pela adoção das normas emitidas pelo IASB de promover a melhoria da qualidade da informação contábil.

Contudo, nota-se que na literatura não há um consenso sobre a definição da qualidade da auditoria. Sobre esse aspecto, Hu (2015) expõe que devido à dificuldade em alcançar um consenso sobre a qualidade de auditoria, os reguladores e acadêmicos buscam defini-la de modo abrangente.

Outra questão que tem sido discutida na literatura é a forma de mensuração da qualidade da auditoria. Dantas e Medeiros (2015) ressaltam que em função da dificuldade ou impossibilidade de se mensurar e verificar objetivamente a qualidade da auditoria, utilizam-se *proxies* baseadas em algumas informações do processo de auditoria, em variáveis de mercado e em informações contábeis, ou seja, diferentes *proxies* são usadas para medir a qualidade de auditoria (CHADEGANI, 2011).

Chadegani (2011), a respeito da qualidade da auditoria, categorizou os diversos estudos em sete grupos: i) estudos medem direta ou indiretamente a qualidade da auditoria; ii) estudos baseados nas diferenças institucionais, individuais e na especialidade das empresas de auditoria; iii) estudos que dependem de entradas, processos e saídas; iv) estudos sobre aspectos organizacionais; v) estudos sobre as perspectivas comportamentais e sobre a qualidade do auditor; vi) estudos sobre as diferentes percepções de auditoria de qualidade; e vii) outros estudos.

Como resultado da supracitada revisão bibliométrica, o autor observou ainda que: a medida indireta mais comumente usada como qualidade da auditoria é relativa ao tamanho da empresa de auditoria; os honorários de auditoria e a dependência econômica dos auditores. O autor, no entanto, alerta que parecem ser itens sensíveis, tendo em vista que é improvável que um auditor assegure o mesmo nível de qualidade de auditoria para todos os seus clientes ao

longo dos anos; a escolha de auditores “BIG N” especializados em determinado setor é maior quando os níveis de proteção dos investidores e a qualidade do ambiente de informacional do mercado são mais elevados.

Francis (2004) argumenta que a qualidade da auditoria poderia ser mensurada por meio da resposta dos investidores ao *going concern report*, ou seja, a qualidade da auditoria seria alta se o relatório modificado da auditoria implicar em valor informacional aos investidores, caso gere pouco ou nenhum valor informacional, a qualidade da auditoria seria baixa. O autor comenta ainda que a qualidade da auditoria pode estar relacionada ao tamanho da empresa de auditoria, ao tempo de auditoria, ao sistema legal, aos honorários de não-auditoria, ao comitê de auditoria, à *expertise* da auditoria e à exposição do auditor a litígios processuais.

Diante desse cenário, a literatura acadêmica possui estudos a respeito da qualidade da auditoria que buscam estruturar modelos de mensuração da qualidade da auditoria, destacando-se os modelos: do *Financial Reporting Council in the United of Kingdom (FRC, 2008)*, de Francis (2011), de Knechel et al. (2013), da *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB, 2014)* e de Hu (2015).

2.2.2.1 Modelo *Financial Reporting Council (FRC, 2008)*

O *Reporting Council in the United of Kingdom (FRC, 2008)* propõe a utilização dos seguintes fatores como meio de se mensurar a qualidade da auditoria: a cultura da empresa de auditoria; as habilidades e qualidades pessoais dos auditores e do pessoal de apoio; a efetividade do processo de auditoria; a confiabilidade e utilidade dos relatórios de auditoria; e, por fim, fatores que estão fora do controle de auditores que afetam qualidade de auditoria.

Diante disso, notam-se fatores intrínsecos (*Inputs*) à auditoria, como a qualificação dos auditores e do pessoal de apoio, fatores relacionados ao produto do trabalho da auditoria (*Outputs*), como os relatórios de auditoria, fatores relacionados ao processo de auditoria (*Audit Process*), tais como o plano de trabalho e demais procedimentos que busquem apropriadas evidências de auditoria e, por fim, fatores extrínsecos à auditoria (*Context*), relacionados aos fatores ambientais que afetam a qualidade da auditoria.

Chadegani (2011) esclarece que os *Inputs*, *Audit Process* e *Outputs* podem ser entendidos da seguinte forma: os *Inputs* estariam relacionados às características da auditoria, dos requisitos que podem ser estabelecidos quando da contratação da empresa de auditoria,

tais como: habilidade, experiência e valores éticos; a *Audit Process*, refere-se às questões como: robustez da metodologia da auditoria, a eficácia das ferramentas de auditoria utilizadas e a disponibilidade de suporte técnico adequado, destinados a dar qualidade ao trabalho realizado e; os *Outputs* estão relacionados aos produtos do trabalho da auditoria, os quais estão positivamente associados à qualidade quando transmitem claramente o resultado da auditoria.

Quanto ao *Context*, refere-se ao ambiente no qual as demonstrações contábeis e as auditorias são desenvolvidas (IASSB, 2014), tais como: existência de comitê de auditoria, governança corporativa, interação entre acionistas e auditores, prazo determinado para conclusão dos trabalhos de auditoria, dentre outros.

2.2.2.2 Modelo Francis (2011)

Similarmente, segregando em seis categorias de variáveis, Francis (2011) estabelece o seguinte modelo para mensuração da qualidade da auditoria:

- *Inputs* (testes de auditoria e engajamento do pessoal da equipe de auditoria);
- *Process* (processos de auditoria e implementação de testes de auditoria);
- *Accounting Firms* (o conhecimento sobre contabilidade da equipe de apoio; o treino e a compensação financeira aos auditores da empresa de auditoria contrata; o desenvolvimento de manuais de procedimentos de teste de auditoria da empresa de auditoria; os relatórios de auditoria emitidos em nome das empresas de auditoria);
- *Audit Industry and Audit Markets* (empresas de contabilidade constituem uma indústria; a estrutura da indústria afeta os mercados e o comportamento econômico);
- *Institutions* (as instituições reguladoras e o arcabouço legal afetam auditoria, incentivam a qualidade);
- *Economic Consequences of Audit Outcomes* (os resultados da auditoria afetam os clientes e os usuários das informações contábeis).

Nota-se que, assim como o modelo do FRC (2008), o modelo de Francis (2011) utiliza a classificação de *Inputs*, *Audit Process* e *Outputs*. No entanto, o referido autor incorpora mais 3 (três) classificações específicas relacionadas; i) aos atributos da empresa de auditoria;

ii) à indústria do mercado de auditoria; e iii) às instituições que exercem a função de órgão reguladores.

Não obstante o autor estabeleça mais três classificações, é possível identificar ligações dessas classificações ao *Context* (HU, 2015). Portanto, nota-se a similaridade entre os modelos do FRC (2008) e de Francis (2011).

2.2.2.3 Modelo Knechel et al. (2013)

Knechel et al. (2013) sugerem a necessidade se estabelecer 4 (quatro) categorias para mensuração da qualidade da auditoria: *Input*, *Process*, *Output* e *Context*, a fim de vincular os atributos gerais da qualidade da auditoria à pesquisa sobre esse tema. Os autores compõem as citadas categorias da seguinte forma:

- *Inputs* (incentivos e motivação; ceticismo profissional, conhecimento e expertise, pressão interna);

- *Process* (julgamento no processo de auditoria; produção da auditoria; avaliação de risco; procedimentos analíticos; obtenção e avaliação da evidência; negociação entre auditor-cliente; revisão e controle de qualidade);

- *Context* (compensação financeira aos auditores, honorários anormais de auditoria, honorários de não auditoria, honorários de auditoria *premium* – Big N auditores e especialistas; *tenure*; e percepção do mercado sobre a qualidade da auditoria);

- *Outputs* (republicação, litígios, *accruals* discricionários, conservadorismo, relatórios de auditoria, revisão regulatória da empresa de auditoria).

Desse modo, nota-se que Knechel et al. (2013) estabeleceram categorias de *Inputs*, *Process*, *Outputs* e *Context* conforme já previstos no modelo do FRC (2008).

2.2.2.4 Modelo do *International Auditing and Assurance Standards Board* – IAASB (2014)

O modelo do IAASB (2014) determina um modelo com seis categorias: *inputs*, *process*, *outputs*, *key interactions* e *context*, compostos da seguinte forma:

- *Inputs* (valores, ética e as atitudes dos auditores, que, por sua vez, são influenciados pela cultura que prevalece na empresa de auditoria; o conhecimento, as habilidades e a

experiência dos auditores e o tempo determinado para realizar a auditoria; o nível de engajamento da auditoria; o nível da empresa de auditoria; a abrangência da empresa de auditoria).

- *Process* (procedimentos de auditoria e controle de qualidade).

- *Outputs* (relatórios dos auditores aos usuários das demonstrações financeiras auditadas; relatórios dos auditores aos responsáveis pela governança; relatórios do auditor para a gestão; relatórios dos auditores aos reguladores financeiros e prudenciais; as demonstrações financeiras auditadas; relatórios dos responsáveis pela governança, incluindo o comitê de auditoria; informações sobre auditorias individuais divulgadas por reguladores; relatórios de transparência; relatórios anuais e outros; visão agregada nos resultados das inspeções da empresa de auditoria.

- *Key interactions* (interações entre auditores e gerencia; interações entre auditores e usuários de demonstrações financeiras; interações entre auditores e reguladores; interações entre auditores e responsáveis pela governança; interações entre a administração e os responsáveis pela governança; interações entre a gerência e os reguladores; interações entre usuários de demonstrações financeiras e gerenciais; interações entre os responsáveis pela governança e os reguladores; interações entre os responsáveis pela governança e usuários de demonstrações financeiras; e interações entre reguladores e usuários de demonstrações financeiras).

- *Context* (práticas comerciais e direito comercial; leis e regulamentos relativos ao relatório financeiro; relação de demonstrativos financeiros que devem ser publicados; sistemas de informação; governança corporativa; fatores culturais; regulação da auditoria; ambiente de litígio; atrair talentos e; cronograma de divulgação de relatórios financeiros).

Desse modo, seguindo a proposta do FRC (2008) e Knechel et al. (2013), o modelo do IAASB (2014) também classifica as variáveis que mensuram a qualidade da auditoria em *Inputs*, *Process*, *Outputs* e *Context*. No entanto, o referido modelo acrescenta variáveis que buscam capturar a relação entre gestores, auditores e os diversos usuários da informação contábil (*Key interactions*).

2.2.2.5 Modelo Hu (2015)

Com o propósito de discutir e propor elementos de mensuração da qualidade da auditoria, Hu (2015) analisou os modelos propostos pelo Reporting Council in the United of Kingdom (FRC, 2008), por Francis (2011), por Knechel et al. (2013), pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sintetizando ao fim em um modelo próprio, o qual estabelece o uso de 12 variáveis para a condução de pesquisas sobre qualidade da auditoria, classificadas em três categorias: *Inputs*, *Outputs* e *Context*, quais sejam:

- *Input*, *Output* ou *Context* (tamanho da empresa de auditoria se enquadraria em qualquer uma dessas três categorias);
- *Input* (tempo de auditoria e especialização do auditor);
- *Output* (revisão; litígio ou a revisão regulamentar das empresas de auditoria; *accruals*; lucro de *benchmark*; conservadorismo; *going-concern report*);
- *Output* ou *Context* (acurácia na previsão dos analistas; custo de capital próprio *ex ante*);
- *Context* (honorários anormais de auditoria)

Nota-se que Hu (2015) segue as mesmas propostas apresentadas pelo FRC (2008) e por Kenechel et al. (2013), exceto as variáveis que capturam os procedimentos de auditoria (*Audit Process*), o que também implica utilização de parte das categorias propostas por Francis (2011) e pelo IAASB (2014).

2.2.3 Variáveis de mensuração da qualidade de auditoria

Conforme observado, há na literatura acadêmica, para mensuração da qualidade da auditoria, estudos que classificam os seus diversos fatores em *Inputs*, *Audit Process*, *Context* e *Outputs* (FRANCIS, 2011; KNECHEL et al., 2013; IAASB, 2014; HU, 2015). Além disso, em razão da diversidade de estudos propondo ou utilizando uma combinação de variáveis diferentes para explicar a qualidade da auditoria, pode-se destacar:

- i) As variáveis de *Input* dispostas no modelo de Hu (2015), assim como nos estudos de Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e Dantas e Medeiros (2014), são elas: a) “Tamanho da empresa de auditoria”; b) “Tempo de auditoria” e; c) “Especialização da auditoria”.

ii) Variáveis de *Context*, tais como: a) “Comitê de auditoria”, conforme observada nos estudos empíricos de Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e Dantas e Medeiros (2014), assim como compõe o modelo de mensuração da qualidade da auditoria do FRC (2008) e do IASSB (2014) e; b) “Honorários de auditoria”, também utilizada para a mensuração da qualidade da auditoria por Choi et al. (2010) e Salahi, Moradi e Paydarmanesh (2017) e presentes nos modelos de mensuração da qualidade da auditoria de Francis (2011), Knechel et al. (2013) e Hu (2015)

iii) Variáveis de *Output*, tais como: a) “Distância entre a data de emissão do relatório de auditoria e a data das demonstrações contábeis”, em que o atraso na emissão do relatório da auditoria está associado negativamente à qualidade da informação contábil, segundo os achados de Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e dispostas nos modelos de Knechel et al. 2013 e do IASSB (2014); b) “Conservadorismo”, de acordo com os modelos de Knechel et al. (2013), Hu (2015) e utilizada no estudo de Paulo, Cavalcante e Paulo (2013).

2.2.3.1 Tamanho da empresa de auditoria

Essa variável indireta é tida como a mais comum para mensurar a qualidade da auditoria (CHADEGANI, 2011). DeAngelo (1981) argumenta que o tamanho da empresa de auditoria pode ser mensurado pelo número de clientes. O autor complementa ainda que quanto maior a empresa de auditoria, menor será a relação de dependência da auditoria com um simples cliente, de forma que haverá menor probabilidade de comportamento oportunista e, conseqüentemente, uma maior percepção da qualidade da auditoria.

Nesse sentido, Almeida e Almeida (2008) explicam que são consideradas grandes empresas de auditoria, as *Big 4 (Big Four)*, ou seja, nomenclatura genérica utilizada para se referir às grandes empresas de auditorias. Os referidos autores identificaram ainda que há menos incentivos ao gerenciamento de resultados nas empresas auditadas por grandes empresas de auditoria. Tal fato pode ser um indicativo de produção de informação contábil com maior qualidade e, portanto, menor assimetria de informação.

Vale ressaltar que as *Big 4*, individualmente, também podem cometer erros e falhar em suas auditorias, no entanto, o argumento que prevalece é que as auditorias das *Big 4* são tratadas como grupo, e na média, tais empresas possuem maior qualidade do que outras empresas menores (FRANCIS, 2004).

Francis e Yu (2009) analisaram a relação entre *Big 4* e qualidade da auditoria. Os resultados do estudo são consistentes com a hipótese de que as grandes empresas de auditoria produzem auditorias de maior qualidade. Corroborando com esse resultado, Francis (2004) afirma que existem dois tipos de produtos fornecidos pela auditoria: o relatório de auditoria e as demonstrações contábeis auditadas, sendo que as evidências apontam que tais produtos tem maior qualidade quando elaborados pelas *Big 4*.

Nota-se também uma maior qualidade da auditoria de grandes empresas ao analisar os achados dos estudos de Francis, Maydew e Sparks (1999). Os referidos autores analisaram a credibilidade das demonstrações contábeis auditadas pelas seis maiores empresas de auditoria, nesse caso *Big 6*, e revelaram que tais empresas mitigam o reporte de *accruals* agressivos e potencialmente oportunistas.

Do mesmo modo, ao comparar as *Big Six* com *non-Big Six* e o valor dos *accruals* discricionários, Becker et al. (1998) encontraram evidências que corroboram o argumento de que a qualidade da auditoria está associada positivamente ao tamanho da empresa de auditoria.

Em estudo anterior sobre fatores de qualidade da auditoria e conservadorismo, Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) utilizam a variável “tamanho da empresa de auditoria” ao abordar a mensuração da qualidade da auditoria. O referido estudo corrobora com o entendimento de que o tamanho da empresa de auditoria está associado positivamente à qualidade da auditoria.

Similarmente, Fafatas (2010) comenta que as maiores empresas de auditoria, com maior experiência interna e uma grande estrutura, estão associadas a uma melhor qualidade dos trabalhos de auditoria.

Assim, considerando a possível associação entre qualidade da auditoria e o tamanho da empresa, entende-se que quanto maior for a empresa de auditoria, maior será a qualidade do serviço prestado, trazendo maior qualidade à auditoria e a consequente melhora da qualidade da informação contábil, assegurando que a função da auditoria de reduzir a assimetria de informação (HEALY; PALEPU, 2001) seja alcançada.

2.2.3.2 Tempo de auditoria

O tempo de auditoria tem sido explorado em diversos estudos relacionados à qualidade da auditoria (LYS; WATTS, 1994; MYERS; MYERS; OMER, 2003; GAVIOUS, 2007;

SIREGAR et al., 2012; PAULO; CAVALCANTE; PAULO, 2013; DANTAS; MEDEIROS, 2014).

Sobre esse tema, Siregar et al. (2012) citam que muitos dos maiores colapsos corporativos, tais como o caso da Enron e o da WorldCom têm como características a baixa qualidade da auditoria. Os autores ainda argumentam que a falta de independência também contribui para baixa qualidade da auditoria.

Diante disso, surge a discussão sobre o rodízio de auditoria como forma de mitigar a perda de independência. Segundo Dantas e Medeiros (2014), a perda de independência pode ser intensificada ao longo dos anos, devendo ser refletida na qualidade da auditoria (DANTAS; MEDEIROS, 2014).

Sob esse prisma, entende-se que independência do auditor provavelmente será reduzida ao longo da duração da relação auditor-cliente, podendo indicar que a auditoria é mais independente nos primeiros anos de trabalho (LYS; WATTS, 1994).

Gavious (2007) defende que um maior tempo de auditoria tendem a gerar interesses econômicos, relações pessoais e de lealdades, enfraquecendo a objetividade, a imparcialidade e a independência exigidas dos auditores. Siregar et al. (2012) ainda acrescentam que o auditor pode se tornar complacente e que um menor tempo de auditoria traz sempre um "olhar fresco" sobre as demonstrações contábeis, o que poderia aumentar a probabilidade de detecção de distorções e/ou práticas contábeis questionáveis.

Corroborando com esse entendimento, Crabtree, Brandon e Maher (2006) encontraram evidências de que um longo tempo de auditoria está associado a uma diminuição da percepção da qualidade da auditoria, assim como Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e Dantas e Medeiros (2014), os quais corroboram a associação de maior qualidade da auditoria ao menor tempo de auditoria.

O resultado encontrado por Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e Dantas e Medeiros (2014), no entanto, não foi corroborado por Siregar et al. (2012), os quais encontraram evidências de que curto tempo de auditoria não implica maior qualidade da auditoria.

Sob essa perspectiva, por exemplo, pouco tempo de auditoria pode aumentar o risco de falha de auditoria, tendo em vista que, nos anos iniciais, a auditoria terá maior dependência das estimativas da administração. Além disso, o tempo de auditoria mais longo, em média, pode resultar em uma maior atenção dos auditores quanto às decisões gerenciais que influenciam as demonstrações contábeis (MYERS; MYERS; OMER, 2003).

No mesmo sentido, GAO (2003) alerta para o fato de que pouco tempo de auditoria pode implicar menor conhecimento do auditor sobre as operações da empresa e sobre os sistemas de informação que geram as demonstrações contábeis, aumentando o risco do auditor não detectar distorções nas demonstrações contábeis.

Diante disso, Hu (2015) comenta que a variável tempo de auditoria é limitada, uma vez que a auditoria pode durar muito tempo, porém o auditor pode não se esforçar para a produção dos resultados de qualidade.

Nota-se que o assunto ainda é controverso, no entanto, acredita-se que em razão da perda da independência ao longo dos anos (LYS; WATTS, 1994; GAVOIOUS, 2007; DANTAS; MEDEIROS, 2014), do aumento do interesse econômico e da perda da imparcialidade (GAVOIOUS, 2007), prevalecem os argumentos a favor de que o menor tempo de auditoria aumenta a qualidade da auditoria e, portanto, espera-se que o maior tempo de auditoria esteja relacionado negativamente à qualidade da auditoria e positivamente à assimetria de informação.

2.2.3.3 Especialização da auditoria

A especialização da auditoria é uma variável intuitiva, uma vez que se relaciona ao conhecimento do auditor sobre um setor específico, indicando que quanto maior for o conhecimento do auditor, maior será a qualidade da auditoria (HU, 2015).

Assim, parece provável que o conhecimento de um especialista sobre determinado setor possua uma maior capacidade de detectar e reduzir o gerenciamento de resultado (BALSAM, KRISHNAN; YANG, 2003), o que implica maior qualidade da auditoria.

Corroborando com esse entendimento, Solomon, Shields e Whittington (2009) defendem que auditores especialistas, por terem mais conhecimento do que os auditores não-especialistas, possuem uma maior aptidão para analisar as demonstrações contábeis e detectar possíveis erros. Além disso, Balsam, Krishnan e Yang (2003) encontraram evidências que dão suporte à associação positiva entre a especialização do auditor e a qualidade da auditoria, uma vez que os resultados do estudo indicam uma relação negativa entre especialização e *accruals* discricionários, assim como uma relação positiva entre especialização e qualidade dos lucros.

Desse modo, é esperado que a especialização da auditoria em um setor específico seja associada positivamente à qualidade da auditoria (PAULO, CAVALVANTE; PAULO, 2013;

DANTAS; MEDEIROS, 2014), e a qualidade da auditoria associada à redução da assimetria de informação (HEALY; PALEPU, 2001).

2.2.3.4 Comitê de auditoria

O comitê de auditoria é um órgão responsável por supervisionar o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis, cuidar da integridade dos sistemas de controles internos, monitorar os auditores internos e externos (LEONG et al., 2015), zelando pelos interesses dos acionistas e demais interessados pela informação contábil.

Para demonstrar a importância do comitê de auditoria, vale mencionar que a Lei Sarbanes-Oxley de 2002 (SOX) instituída nos Estados Unidos exige a criação de comitês de auditoria independente para atuar como um conselho, sendo diretamente responsável pela contratação e supervisão dos serviços de auditoria independente (KOCH; WEBER; WÜSTERMANN, 2012).

Dantas e Medeiros (2014) esclarecem que com a instituição do comitê de auditoria é possível contribuir para a independência dos serviços da auditoria independente. Assim, à medida o comitê de auditoria forneça maior independência à auditoria contratada, maior será a qualidade do trabalho desenvolvido (PAULO; CAVALVANTE; PAULO, 2013).

Corroborando com esse argumento, Smith (2006) encontrou evidências de que quando o comitê de auditoria atua de forma mais independente e mais ativa, ou seja, participa com maior frequência de reuniões com auditores internos e externos, melhor é a qualidade do trabalho desenvolvido.

Ademais, Koch, Weber e Wüstemann (2012) asseveram que a auditoria contratada pela administração é mais suscetível a sofrer influências da administração do que se for contratada pelo comitê de auditoria. Adicionalmente, como resultado de seus estudos, os referidos autores demonstram a associação do comitê de auditoria à maior qualidade das demonstrações contábeis e à maior qualidade de auditoria.

Desse modo, tendo em vista a associação do comitê da auditoria a uma maior qualidade das demonstrações, entende-se que haveria uma maior qualidade da informação contábil e, portanto, implicaria menor assimetria de informação.

2.2.3.5 Distância entre a data do relatório de auditoria e a publicação das demonstrações contábeis

A distância entre a data do relatório de auditoria e a publicação das demonstrações contábeis (*delay*) (CHAMBERS; PENMAN, 1984; NG; TAI, 1994) tem por objetivo medir o atraso na emissão do relatório de auditoria, o que poderia ser um indicativo de que existem problemas nas informações contábeis, haja vista que o atraso na divulgação das demonstrações contábeis pode estar associado a uma menor qualidade de informação contábil (CAVALCANTE; PAULO; CAVALCANTE, 2013) ou que haverá emissão de relatório com opinião modificada, conforme evidenciado por Ashton, Willingham e Elliott (1987).

Ademais, Ng e Tai (1994) afirmam que o atraso na divulgação das demonstrações pode aumentar a incertezas associadas às informações esperadas das demonstrações contábeis. Assim, entende-se o usuário da informação pode ser influenciado ou ser afetado em razão da demora da divulgação da informação, tendo em vista que suas expectativas podem mudar em decorrência do atraso na divulgação, assim como a informação divulgada em atraso pode já não ser mais útil, ou seja, perder a utilidade.

Nesse contexto, Carslaw e Kaplan (1991) comentam que as decisões baseadas nas demonstrações contábeis podem ser afetadas pela tempestividade da informação, uma vez que a tempestividade da informação está relacionada à sua utilidade, quanto mais demorada for a divulgação da informação, menor poderá ser a sua utilidade (NG; TAI, 1994).

Diante disso, é importante que as demonstrações contábeis sejam divulgadas o mais rápido possível, sem erros, omissões ou vieses relevantes, de forma a auxiliar a tomada de decisão dos usuários da informação contábil.

Vale salientar que diversos estudos (CHAMBERS; PENMAN, 1984; ASHTON; WILLINGHAM; ELLIOTT, 1987; NG; TAI, 1994; CHE-AHMAD; ABIDIN, 2008; CARSLAW; KAPLAN, 2011) ao longo dos anos investigaram variáveis que pudessem estar associadas ao *delay*, tais como: total da receita, classificação da empresa por setor, se empresa tem suas ações negociadas no mercado, mês de encerramento do ano fiscal, qualidade do controle interno, complexidade operacional, financeira e de processamento eletrônico, complexidade das demonstrações contábeis a serem publicadas, tempo de prestação de serviço da empresa de auditoria, lucro líquido, lucro ou prejuízo dividido pelo total de ativos, tipo de opinião do auditor, tamanho da empresa, controle da empresa pelo proprietário ou administrador, grau de endividamento de longo prazo, dentre outras.

No entanto, diante de um cenário de convergência, torna-se importante buscar evidências se o período pré-convergência possui um menor *delay* em relação ao período pós-convergência, uma vez que se deve levar em consideração o fator adoção das IFRS, isto é, um conjunto de normas que requer maior dedicação e mais estudo (MACÊDO et al., 2010) e que, portanto, seria razoável esperar um maior *delay* após a convergência às normas internacionais.

Desse modo, se por um lado a maior complexidade das IFRS pode aumentar o *delay* na emissão das demonstrações contábeis, podendo sugerir que o atraso esteja associado à baixa qualidade da informação contábil (CAVALCANTE; PAULO; CAVALCANTE, 2013) e a conseqüente baixa qualidade da auditoria, por outro, a adoção da IFRS seria um indicativo de melhora da informação contábil (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008) e, ao assegurar o cumprimento das IFRS, a auditoria estaria assegurado a qualidade da informação e, portanto, seria uma auditoria de maior qualidade.

Diante dessa dualidade, acredita-se que é possível a busca pelo menor *delay* mesmo adotando as IFRS. Portanto, o atraso em função da complexidade da norma pode não ser um fator que supere a importância da divulgação de informações tempestivas e a sinalização ao mercado da possível ausência de problemas nas informações contábeis. Em decorrência disso, espera-se que quanto maior for o *Delay*, menor será a qualidade da auditoria.

2.2.3.6 Honorários de auditoria

Os serviços de auditoria não são homogêneos e, devido isso, não se pode afirmar que a qualidade da auditoria é a mesma entre as empresas de auditoria (FRANCIS, 1984). Além disso, o autor argumenta que a qualidade da auditoria pode estar refletida nos honorários, ou seja, quanto maior a qualidade da auditoria, maiores serão os honorários.

Desse modo, uma vez que se os serviços e a qualidade da auditoria são heterogêneos, espera-se que os honorários também sigam o mesmo padrão, sendo diferenciados de acordo como serviço e com qualidade empregada. Sob esse argumento, Salehi, Moradi e Paiydarmanesh (2017) utilizaram, dentre outras variáveis, os honorários de auditoria como medida de mensuração da qualidade da auditoria, medida que reflete a qualidade da informação contábil.

No mesmo sentido, ao analisarem a relação entre tamanho da empresa de auditoria, qualidade e honorários de auditoria, Choi et al. (2010) encontraram evidências de que os honorários estão associados positivamente ao tamanho da empresa e à qualidade da auditoria.

No entanto, vale salientar que outros diversos fatores podem influenciar os honorários de auditoria, dentre eles: a reputação da empresa de auditoria (DeANGELO, 1981), o tamanho da empresa de auditoria, o tempo de auditoria, o risco de auditoria, o grau de endividamento da empresa auditada, a complexidade organizacional da empresa auditada (FRANCIS, 1984), a independência do auditor, o nível de governança corporativa (HALLAK; SILVA; 2012) e o conservadorismo (DeFOND; LIM; ZANG, 2015). Ademais, os honorários podem causar dependência econômica da auditoria em relação à empresa e, segundo Liao, Chi e Chen (2013), essa dependência econômica pode estar associada negativamente ao conservadorismo.

Assim, a alta dependência econômica pode ser um alerta, uma vez que há uma relação positiva entre conservadorismo e qualidade da auditoria (SALEHI; MORADI; PAIYDARMANESH, 2017), assim como o conservadorismo e a qualidade da informação contábil (WATTS, 2003). Dessa forma, diante de um conservadorismo menor, motivado pela dependência econômica dos honorários, entende-se que a qualidade da auditoria e a qualidade da informação contábil também poderiam ser menores.

Adicionalmente, DeFond, Lim e Zang (2015) evidenciam que auditores de clientes mais conservadores cobram honorários menores, emitem menos pareceres com risco de continuidade e renunciam menos frequentemente, uma vez que clientes mais conservadores impõem menos risco, menos ações contra auditores e menos revisões nos relatórios.

Desse modo, nota-se a relação entre risco e conservadorismo refletido nos honorários, ou seja, ambientes mais conservadores tendem a apresentar menores riscos, sejam eles relacionados às falhas de auditoria, aos litígios ou às revisões de relatórios. Sendo assim, sob essa perspectiva, a qualidade da auditoria não estaria associada positivamente ao valor dos honorários.

Ademais, vale lembrar que Chadegani (2011) alerta para o fato de parecer ser problemático o uso da *proxy* “honorários” para mensuração da qualidade da auditoria, tendo em vista os honorários são influenciados pelo nível da qualidade da auditoria e pelo tempo de auditoria. O autor esclarece que são 2 (dois) fatores difíceis de serem uniformizados, uma vez que é improvável que um auditor mantenha um nível de qualidade de auditoria para todos os clientes em diferentes períodos de tempo.

Diante disso, nota-se que a utilização da variável honorários de auditoria como atributo de qualidade da auditoria ainda suscita discussão, a qual pode ser ainda mais

instigada ao se incluir o item adoção das IFRS, ou seja, o impacto das IFRS nos honorários de auditoria, uma vez que, se por um lado há maior necessidade de estudo e preparação da auditoria quanto às normas internacionais, o que pode possibilitar a cobrança de maiores honorários, por outro, com a adoção as normas internacionais há uma maior padronização, maior qualidade da informação contábil (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008), o que pode possibilitar a cobrança de menores honorários de auditoria.

Apesar da adoção das IFRS favorecerem um ambiente que favoreça maior qualidade da informação contábil (BARTOV; GOLDBERG; KIM, 2005; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008), permite também uma maior discricionariedade dos preparadores das demonstrações contábeis (BAPTISTA, 2009), de modo que é razoável esperar que a auditoria aplique um maior esforço para assegurar qualidade aos trabalhos realizados e, por consequência, haja acréscimo no valor dos honorários por esse esforço adicional. Portanto, espera-se que quanto maiores forem os honorários, maior será a qualidade da auditoria e menor a assimetria de informação. Além disso, que essa relação seja intensificada a partir da adoção das IFRS.

2.2.3.7 Conservadorismo

O processo de convergência alterou a caracterização do que seria uma informação útil, excluindo o conservadorismo, de modo que a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil, emitido pelo IASB e adotada no Brasil por meio do Pronunciamento Conceitual Básico (R1), considera como características qualitativas da informação contábil útil os seguintes aspectos: a relevância, a representação fidedigna, a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade. Assim, o conservadorismo não integra a estrutura conceitual sob a justificativa de que sua aplicação é inconsistente com a neutralidade da informação.

O contexto ora explanado evoca a importância da realização de estudos acerca da existência do conservadorismo na preparação das demonstrações contábeis, uma vez que sua característica precípua está associada a escolhas de métodos e estimativas contábeis que mantêm os valores contábeis dos ativos menores e dos passivos maiores, podendo afetar tanto positivamente, na função da redução do risco moral decorrente da assimetria informacional e do gerenciamento de resultado (WATTS, 2003), quanto negativamente, na qualidade dos números evidenciados e a qualidade dos lucros divulgados (PENMAN; ZHANG, 2002;

DeFOND; LIM; ZANG, 2015), haja vista que o conservadorismo em excesso, pode ocasionar divulgação de informações não fidedignas aos usuários (COSTA; LOPES; COSTA, 2006).

De acordo com Basu (1997) e Watts (2003), a origem do conservadorismo está relacionada às motivações contratuais, como uma medida eficiente empregada na organização das relações da empresa. No entanto, vale destacar que os tributos, os litígios, os processos políticos e as forças regulatórias também têm influenciado o nível de conservadorismo na contabilidade (BASU, 1997).

O princípio do conservadorismo (incondicional) determina que diante de duas ou mais técnicas contábeis aplicáveis a determinado evento, deve-se ter preferência por aquela que traga impacto menos favorável ao aumento do patrimônio, ou seja, deve-se preferir a adoção de técnicas que resultem em menores valores para os ativos e receitas e maiores valores para passivos e despesas (BELKAOUI, 2004).

Por outro lado, Basu (1997) argumenta que o conservadorismo (condicional), pode ser entendido como a tendência dos contadores de exigir um maior grau de verificação para reconhecer “boas notícias” como ganhos do que reconhecer “más notícias” como perdas.

Desse modo, a definição pela escolha de eventos que resultem menor patrimônio (conservadorismo incondicional) ou da assimetria no reconhecimento de perdas em relação aos ganhos (conservadorismo condicional) pode levar a uma redução da assimetria de informação, uma vez que o conservadorismo também pode estar associado à restrição da discricionariedade dos gestores, reduzindo assim o gerenciamento de resultados.

Sobre esse tema, LaFond e Watts (2008) explicam que o conservadorismo pode reduzir o gerenciamento de resultados, além de propiciar um ambiente com outras fontes de informação. Além disso, é possível associá-lo à qualidade das demonstrações contábeis, uma vez que sua adoção pode trazer os seguintes benefícios: mitigação do risco de auditoria, do risco do auditor, do risco de perda de reputação, da supervalorização decorrente de estimativas agressivas dos gestores, de superavaliação dos estoques e nos recebíveis (DeFOND; LIM; ZANG, 2015), além de influenciar positivamente a qualidade dos números publicados no balanço patrimonial e a qualidade dos lucros divulgados na demonstração do resultado (PENMAN; ZHANG, 2002; KIM; ZHANG, 2016), contribuindo assim para a qualidade da informação contábil.

Desse modo, nota-se que o conservadorismo pode ser considerado como um atributo, um *output* da qualidade da auditoria (HU, 2015), haja vista suas características positivas de

melhorar a qualidade da auditoria, a qual, por sua vez, está associada à qualidade e confiabilidade da informação contábil (PENMAN; ZHANG, 2002; KIM; ZHANG, 2016).

Ademais, Watts (2003) argumenta que o conservadorismo traz a vantagem de reduzir a assimetria informacional e o gerenciamento de resultado, os quais são decorrentes do comportamento oportunista do gestor, assim como a redução dos ganhos contábeis que, por sua vez, reduz os pagamentos aos gestores e acionistas, gerando menor despesa para a empresa.

Em contrapartida, Lubberink e Huijgen (2001) alertam que é provável que o conservadorismo torne os lucros divulgados menos informativos sobre o desempenho da empresa ou sobre o valor da empresa, uma vez que o conservadorismo diminui a variação de rendimentos de empresas com perspectivas de futuro favoráveis.

Dessa forma, informações contábeis menos informativas podem refletir uma maior assimetria de informação, tendo em vista que o mercado terá, por exemplo, ausência de informações qualitativamente e quantitativamente completas. Além disso, nota-se, nesse ponto, a necessidade da auditoria atuar de forma a impulsionar a qualidade à informação contábil, executando uma auditoria de qualidade, de modo que a adoção de práticas conservadoras não afete, negativamente, a qualidade da informação contábil.

Desse modo, em que pese a existência de críticas ao longo dos últimos 30 anos, o uso do conservadorismo é crescente (WATTS, 2003). Ademais, a restrição do uso do conservadorismo para alcançar a neutralidade da informação, conforme defendido pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), pode alterar o comportamento dos gestores (WATTS, 2003). Assim, de forma análoga, a mesma consequência deverá ocorrer para os países que adotam o padrão do IASB, haja vista que estrutura conceitual emitida por essa instituição está alinhada com a substituição do conservadorismo pela neutralidade da informação.

Adicionalmente, ao longo das últimas décadas, a importância do conservadorismo pode ser percebida em decorrência do quantitativo de estudos realizados. Renunciando a exaustividade para esboçar os principais estudos sobre o tema em pauta, mencionam-se estudos que têm contribuído para a disseminação de informações a respeito dos fatores que influenciam o conservadorismo, conforme Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Estudos anteriores sobre conservadorismo

Assunto	Autor (es)	Resultados
<i>Accruals</i>	(FRANCIS; KRISHNAN, 1999)	Audidores são mais conservadores diante de empresas com grandes <i>accruals</i> .
Propensão a risco dos gestores	(LUBBERINK; HUIJGEN, 2001)	Gestores mais avessos ao risco reportam resultados mais conservadores do que gestores menos avessos ao risco.
Nível de investimento	(PENMAN; ZHANG, 2002)	Se a mudança no nível de investimento for temporária, os efeitos nos ganhos e nas taxas de retorno serão temporários, levando a ganhos de menor qualidade ou menos sustentáveis.
Percepção dos auditores quanto à sub e à supervalorização das demonstrações contábeis	(McCRACKEN, 2002)	O auditor é mais conservador na emissão de relatório de demonstrações superavaliadas.
Empresas abertas e fechadas	(COELHO; LIMA, 2008).	Não identificaram conservadorismo nas empresas brasileiras no período de 1995 a 2004
Empresas emissoras de ADR e não emissoras de ADR	(SANTOS; COSTA, 2008)	Não se pode afirmar que exista maior conservadorismo nas empresas brasileiras emissoras de ADRs.
Falhas de auditoria	(FAFATAS, 2010)	Os auditores envolvidos em falhas de auditoria ocorridos no período pós-Enron e Sarbanes-Oxley são mais conservadores no ano seguinte ao evento.
Estrutura organizacional da empresa de auditoria	(FIRTH; MO; WONG, 2012)	A auditoria na forma de responsabilidade ilimitada induz um comportamento mais conservador.
Diferenças institucionais	(IATRIDIS, 2012)	Há maior conservadorismo na África do Sul, país caracterizado como <i>Common law</i> , do que no Brasil, caracterizado como <i>Code law</i> .
Elementos de qualidade da auditoria	(PAULO; CAVALCANTE; PAULO, 2013)	O conservadorismo é positivamente afetado pelo tamanho da empresa de auditoria e negativamente pelo tempo de auditoria e pela distância entre a data do parecer e a data de publicação das demonstrações contábeis.
Dependência econômica do auditor	(LIAO; CHI; CHEN, 2013)	Há uma relação negativa entre a dependência econômica e o conservadorismo contábil, em um ambiente com baixo risco de litígio.
Conservadorismo dos clientes	(DeFOND; LIM; ZANG, 2015)	Audidores de clientes mais conservadores cobram honorários menores, emitem menos pareceres com risco de continuidade e renunciam menos.
Conservadorismo na América do Sul	(COSTA; LOPES; COSTA, 2006)	Há presença do conservadorismo nas informações contábeis de empresas da Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela, no período de 1995 a 2001.
Adoção das IFRS no Brasil	(SOUSA; SOUSA; DEMONIER, 2016)	Não foi evidenciado alteração no grau de conservadorismo comparando o período pré e pós-convergência às normas internacionais.
Adoção das IFRS em empresas familiares e não familiares	(SANTANA; KLANN, 2016)	Há evidências de que a adoção das IFRS aumentou o nível de conservadorismo contábil somente nas empresas brasileiras de controle familiar.

Fonte: Elaborado pelo autor

Oportuno ressaltar que a maior parte dos estudos utiliza, como método de mensuração do conservadorismo, o modelo proposto por Basu (1997), de componentes transitórios nos lucros, e o modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005), de correlações entre fluxos de caixa e apropriações contábeis.

O conservadorismo incondicional, também denominado de conservadorismo patrimonial por Ball, Khotari e Robin (2000), pode ser entendido como a existência de uma tendência contábil de divulgar baixos valores contábeis de patrimônio líquido. Portanto, trata-se de uma resposta assimétrica à incerteza, onde a partir de valores possíveis, é escolhido o implique menor valor ao patrimônio (BALL; SHIVAKUMAR, 2005).

Assim, conforme explicam Coelho, Cia e Lima (2010), em decorrência da adoção do conservadorismo incondicional, os ativos das empresas tenderão a estar subavaliados e os passivos superavaliados, implicando menor valor de patrimônio líquido.

Portanto, o conservadorismo incondicional está associado à busca pela adoção de menores valores para ativos e receitas e maiores valores para passivos e despesas, de forma a manter o patrimônio subavaliado (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000).

Assim, diante dos conceitos ora expostos, é possível que o conservadorismo incondicional gere assimetria de informação, uma vez que de início já há uma inclinação para a escolha da alternativa contábil que implique menor patrimônio para a empresa. Por outro lado, a adoção do conservadorismo incondicional não permite a discricionariedade dos gestores, limitando-os, reduzindo possíveis gerenciamentos de resultado, o que contribui para a redução da assimetria de informação.

Ademais, um fato que revela peculiaridade do conservadorismo incondicional é a sua característica de não afetar o risco do negócio do auditor e, conseqüentemente, não influenciar ajustes de honorários, na opinião ou na propensão para a renúncia do auditor e, portanto, conforme citam DeFond, Lim e Zang (2015), é um conservadorismo que não está associado aos litígios judiciais contra os auditores e às revisões de relatórios de auditoria.

Quanto ao conservadorismo condicional, também denominado de conservadorismo de lucro segundo Ball e Shivakumar (2005), tem como característica atribuir um maior critério para registro de um evento positivo do que um evento negativo nas demonstrações contábeis (BASU, 1997).

Sob essa perspectiva, o conservadorismo condicional tem como característica a tendência de se exigir um grau mais elevado de verificação para o reconhecimento de “boas

notícias” do que “más notícias” nas demonstrações contábeis. Sendo assim, o conservadorismo condicional se constitui como uma alternativa ao modelo clássico de escolha, por ser aquela que antecipa o reconhecimento de prejuízos e não de lucros (COSTA; LOPES; COSTA, 2006) e, a princípio, por ser um conservadorismo que considera o reconhecimento mais tempestivo de perdas do que ganhos, pode estar mais alinhado às estimativas e projeções do mercado, o que seria um sinal indicativo de maior simetria de informação.

Portanto, o conservadorismo condicional é uma segunda forma de conservadorismo, com a característica de não se apoiar na alternativa que gere menor efeito no patrimônio, pois não está associado à escolha da alternativa que traga o resultado menos favorável para o patrimônio, não há discussão sobre a oportunidade do reconhecimento de perda, mas sim a tempestividade, o reconhecimento assimétrico entre o ganho e a perda, ou seja, um atraso no reconhecimento do ganho e uma antecipação da perda (BALL; SHIVAKUMAR, 2005).

Santos e Costa (2008) sugerem que, no Brasil, o período pós-convergência deveria apresentar um conservadorismo mais intenso com a adoção das IFRS, uma vez que além de reduzir a o gerenciamento de resultado e aumentar o *value relevance* da informação contábil, há evidências de que países que adotam as IFRS aumentam a tempestividade do reconhecimento das perdas (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008).

Corroborando com esse entendimento, ao analisar as implicações das normas internacionais de contabilidade no Brasil, Sousa, Sousa e Demonier (2016) encontram evidências de práticas conservadoras, assim como um aumento do grau de conservadorismo a partir do ano de 2008, isto é, no período da primeira fase da convergência às normas internacionais com a adoção das IFRS.

Quanto ao período pré-convergência, segundo Coelho e Lima (2008), não foi identificado, em empresas brasileiras, o reconhecimento de “más notícias” mais rapidamente que as “boas notícias”, demonstrando assim ausência de conservadorismo no período de 1995 a 2004. Esse resultado, por sua vez, diverge do resultado do estudo de Costa, Lopes e Costa (2006), os quais indicam presença de conservadorismos no Brasil, ao analisarem do período de 1995 a 2001.

Não obstante, os autores mencionados não corroboram a hipótese de que houve efeito da adoção das IFRS no grau de conservadorismo condicional. Portanto, considerando esse resultado, a exclusão do conservadorismo em razão da neutralidade da informação, propostos

pelo FASB e pelo IASB, não influenciou a prática dos gestores e auditores quanto à utilização do conservadorismo, ou ainda pela busca da neutralidade.

No mesmo sentido, Santana e Klann (2016) demonstram que a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais não influenciou o nível de conservadorismo nas empresas não familiares, porém os autores evidenciam uma elevação do nível de conservadorismo contábil nas empresas de controle familiar.

Outro fato que poderia motivar a adoção do conservadorismo seria a busca por uma maior qualidade da informação contábil por meio de uma maior qualidade da auditoria. Sobre esse aspecto, levando em consideração a percepção do auditor quanto às demonstrações, McCracken (2002) afirma que o auditor é mais conservador na emissão de relatório sob o prisma de função de perda assimétrica, ou seja, se para o auditor as demonstrações sub ou superavaliadas causam influências distintas. Nesse sentido, ao identificar demonstrações superavaliadas, o auditor teria um comportamento mais conservador e, essa percepção sobre a superavaliação das demonstrações, conforme exposto anteriormente, poderia ser enquadrada nos atributos pessoais do auditor relacionados à qualidade da auditoria (CHADEGANI, 2011).

No que tange à relação auditoria e conservadorismo, Fafatas (2010) menciona que os efeitos das falhas nas atividades de monitoramento das grandes empresas de auditoria levam a reduções nos *accruals* discricionários dos clientes de empresas no período posterior às falhas, com declínio mais significativo, se comparadas às empresas que não apresentaram falhas. Identifica ainda que falhas de auditoria geram perda de reputação. Diante desses resultados, nota-se a tendência do comportamento do auditor em adotar uma postura mais conservadora, proporcionando maior qualidade da auditoria, ou seja, maior qualidade da informação contábil.

Nesse sentido, entende-se que com o intuito de mitigar falhas de auditoria e evitar macular a reputação da empresa de auditoria, o auditor se utiliza do conservadorismo, ou seja, atua no sentido de limitar a constituição de itens que permitem a discricionariedade dos gestores, o que pode elevar a qualidade da auditoria, a melhoria qualitativa dos números contábeis reportados e, assim, reduzir a assimetria de informações.

Sob esse aspecto, Francis e Krishnan (1999), em estudo que utilizou do relatório de auditoria para identificação de conservadorismo, concluem que os auditores são mais conservadores quando emitem relatórios de auditoria modificados para firmas com grandes

accruals. Assim, é possível perceber a preocupação do auditor em não cometer falhas de auditoria, assim como preservar sua reputação, utilizando o conservadorismo com ferramenta para atingir esse objetivo.

Assim, percebe-se a utilização, pelo auditor, do conservadorismo e do relatório modificado como mecanismos de restrição de constituição de grandes *accruals* e, com isso, busca-se assegurar atingir o objetivo da auditoria de fornecer ao usuário uma maior qualidade da informação, reduzindo possíveis assimetrias de informação derivadas dos interesses dos gestores.

Além disso, vale destacar que a norma NBC TA 701, que trata da responsabilidade do auditor de informar os principais assuntos de auditoria (PAA) no relatório sobre as demonstrações contábeis, em auditorias realizadas a partir de 2017, pode ser mais um fator que aumente o conservadorismo e a qualidade da auditoria, reduzindo a assimetria de informação, uma vez que o PAA tem a função de tornar os assuntos mais significativos tratados pela auditoria, segundo o julgamento dos auditores, mais informativos e transparentes, contribuindo para o usuário da informação tenha um melhor entendimento das informações divulgadas.

Diante do exposto, considerando que o conservadorismo pode reduzir o gerenciamento de resultados e melhorar a qualidade da informação contábil (LaFOND; WATTS, 2008), propiciando maior qualidade às demonstrações contábeis e menores risco relacionados à auditoria (DeFOND; LIM; ZANG, 2015), espera-se uma associação positiva entre conservadorismo e qualidade da auditoria, representando uma melhor qualidade da informação contábil e uma menor assimetria de informações.

2.2.4 Qualidade da auditoria e assimetria de informação

O IASB tem por objetivo emitir normas contábeis internacionais padronizadas que forneçam informações úteis que auxiliem a tomada de decisões dos usuários da informação contábil. Nesse sentido, a função da convergência estaria direcionada para atingir maior qualidade da informação contábil, para permitir a comparabilidade das informações divulgadas (SANTOS et al., 2011) e para reduzir práticas contábeis que podem diminuir a qualidade da informação contábil (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008).

Desse modo, em razão da maior comparabilidade de informações aliada à limitação de gerenciamento de resultados, espera-se que o período posterior à convergência às normas

internacionais possua uma maior qualidade das informações contábeis em relação ao período anterior à convergência e, conseqüentemente, apresente menor assimetria de informação.

No entanto, para que seja possível alcançar o cumprimento das normas emitidas pelo IASB, assegurando que seja possível atingir o objetivo de promover a melhoria da qualidade da informação contábil, é importante que a auditoria independente desenvolva suas atividades com qualidade, uma vez que a auditoria é responsável por examinar as demonstrações a fim mitigar aspectos que diminuem a qualidade da informação.

Desse modo, a auditoria funciona como elo entre a informação contábil preparada pelos gestores e o usuário da informação (HEALY; PAPELU, 2001), buscando mitigar erros, omissões e vieses relevantes que diminuem a qualidade da auditoria (DeANGELO, 1981) e que afetam o objetivo da auditoria e das IFRS de fornecer informações de qualidade e úteis para os usuários da informação.

Portanto, ao desempenhar o seu papel com qualidade, a auditoria assegura o cumprimento dos objetivos almejados pelas IFRS, tais como melhorar a comparabilidade e a qualidade da informação contábil, assim como atinge seus próprios objetivos de fornecer informações de qualidade e úteis e os usuários da informação contábil.

Ademais, em decorrência da busca por maior qualidade, a auditoria restringe que os interesses subjetivos dos gestores que distorcem a informação contábil sejam refletidos nas demonstrações contábeis (SANTANTA et al., 2014), isto é, a auditoria de qualidade busca limitar a manipulação das informações contábeis de forma a diminuir distorções relevantes e, portanto, reduz a assimetria de informação.

Nesse sentido, entende-se que os auditores buscam assegurar maior acurácia e completude às informações contábeis, adotando técnicas que mitiguem a manipulação de informações, assegurando a qualidade das informações divulgadas (SALEHI; MORADI; PAIYDARMANESH, 2017).

Assim, uma vez reduzidos os erros, omissões e os vieses relevantes, entende-se que os usuários da informação contábil têm acesso a informações mais confiáveis e fidedignas, que seja reflexo da visão justa e verdadeira das atividades desenvolvidas pelas empresas, reduzindo, portanto, a assimetria de informação entre os usuários da informação contábil.

Portanto, espera-se que em ambos os períodos, pré e pós-convergência, quanto maior for a qualidade da auditoria, menor será assimetria de informação, uma vez que esse é um resultado esperado do trabalho da auditoria. No entanto, em função da maior liberdade de

juízo profissional possibilitada pela adoção IFRS (BAPTISTA, 2009), acredita-se que a auditoria atue com mais rigor no desenvolvimento de suas atividades, a fim de assegurar a qualidade do trabalho realizado.

Assim, espera-se que o modelo de qualidade da auditoria apresente uma relação negativa com a assimetria de informação e que seja mais explicativo na redução da assimetria de informações no período pós-convergência em relação ao período pré-convergência, em virtude da relevância do papel da auditoria na melhoria da qualidade das informações contábeis e em assegurar a correta aplicação das IFRS.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Universo e amostra da pesquisa

Com o objetivo de analisar a influência dos elementos de mensuração da qualidade da auditoria na assimetria de informação nas empresas abertas listadas na B³, foi efetuado um levantamento na base de dados Economática®, da Thomson Reuters® e no *site* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do período de 2001 a 2016, a fim de obter a relação de todas as empresas abertas, com suas respectivas informações contábeis e demais informações referentes às variáveis propostas nos modelos de regressão do presente estudo.

Vale ressaltar que o período selecionado se justifica devido a ser um período anterior à data de início do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o que também possibilita analisar aspectos relacionados à assimetria de informação e à qualidade da auditoria antes (2001 a 2007) e depois (2010 a 2016) da adoção das normas internacionais.

Cumprе destacar que a exclusão do período de 2008 a 2009 decorre do fato de ser um período caracterizado pela não obrigatoriedade da adoção às normas internacionais de contabilidade nos relatórios financeiros consolidados, isto é, um período em que havia a faculdade da aplicação tanto do padrão contábil brasileiro quanto do padrão contábil internacional (IFRS), sendo portanto, um período com características diferentes de antes de 2008 e de depois de 2009.

Desse modo, o universo da pesquisa foi composto por 444 empresas listadas na B³. Além disso, foram excluídas: 83 (oitenta e três) empresas financeiras, em razão de suas peculiaridades operacionais; 124 empresas que não possuíam ações negociadas no período analisado, não sendo possível calcular o *bid-ask spread* de tais empresas; 68 empresas que somente possuíam informações de negociação de ações em um dos períodos analisados e 80 empresas que somente possuíam informações de negociação em 1 (um) ou 2 (dois) anos em um dos períodos pré ou pós-convergência, de forma a gerar uma maior robustez nos resultados econométricos; 6 (seis) empresas que passaram por processo de fusão ou cisão, haja vista o potencial de alteração dos valores contábeis, na estrutura organizacional e no procedimentos operacionais das empresas que participam desse tipo de processo; e, por fim, uma empresa que possui ciclo operacional com encerramento anual em 30/06, resultando na amostra final de 82 empresas, conforme detalhando na tabela a seguir:

Tabela 1: População e amostra da pesquisa

Empresas	Qtde	% da População
Listadas na B3	444	100%
Financeiras	-83	18,69%
Sem negociação de ações nos períodos analisados	-124	27,93%
Com negociação de ações em somente um dos períodos analisados	-68	15,32%
Com negociação de ações em somente 1 ou 2 anos do período pré-convergência	-75	16,89%
Empresas com negociação de ações em somente 1 ou 2 anos do período pós-convergência	-5	1,13%
Que passaram por cisão ou fusão	-6	1,35%
Com data de encerramento anual em 30/06	-1	0,23%
Amostra	82	18,47%

Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, a amostra abrange 82 empresas, representado aproximadamente 18% da população. Além disso, a distribuição das empresas segundo a classificação econômica do Bovespa, conforme disponível na base de dados da Economática®, pode ser resumida da seguinte forma:

Tabela 2: Classificação Econômica Bovespa

Classificação Econômica Bovespa	Qtde	%
Utilidade pública	18	22%
Consumo cíclico	19	23,17%
Consumo não cíclico	3	3,66%
Bens industriais	21	25,61%
Saúde	1	1,22%
Tecnologia da informação	1	1,22%
Materiais básicos	14	17,07%
Telecomunicações	4	4,88%
Petróleo, gás e biocombustíveis	1	1,22%
Total	82	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, nota-se que a maior parte das empresas, aproximadamente 87% da amostra, pertence ao setor de consumo cíclico, bens industriais e de materiais básicos.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

Nessa seção, estão consignados os procedimentos desenvolvidos para a coleta de todos os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

3.2.1 *Proxy* para assimetria de informação

Um dos objetivos da presente pesquisa é demonstrar a relação entre a assimetria de informação e a qualidade da auditoria. Além disso, considerando que a assimetria de informação não é observável diretamente (GIRÃO; MACHADO, 2013, EASLEY; HVIDKJAER; O'HARA, 2002), torna-se importante utilizar uma *proxy* que melhor represente a assimetria de informação.

Desse modo, levando-se em consideração o estudo de Girão e Machado (2013), o qual analisou as produções científicas internacionais a respeito das *proxies* para a assimetria de informação e quantidade de vezes em que elas foram utilizadas, foi evidenciado que: a *accounting quality* foi utilizada 7 (sete) vezes, a previsões de analistas de investimentos foi utilizada 7 (sete) vezes, o *bid-ask spread* foi utilizado 16 (dezesesseis) vezes, a *probability of informed trading* (PIN) foi utilizada 7 (sete) vezes, o *share turnover* foi utilizado 4 vezes, modelos teóricos foram utilizados 8 (oito) vezes e “outros” foram utilizados 12 (doze) vezes.

Diante disso, a fim de utilizar uma *proxy* robusta para a assimetria de informação, esse estudo adotou como *proxy* o *bid-ask spread*, haja vista ser a *proxy* mais utilizada nos estudos que mensuram a assimetria de informação, conforme observado no estudo de Girão e Machado (2013).

Além disso, vale mencionar alguns estudos que abordam a assimetria de informação e utilizam o *bid-ask spread* como *proxy* para assimetria de informação: Welker (1995); Wittenberg-Moerman (2008); Bhat e Jauaraman (2009) e Rodrigues e Galdi (2017).

Assim, de acordo Demsetz (1968), o cálculo do *bid-ask spread* pode ser representado da seguinte forma:

$$S_{it} = P_{it}^a - P_{it}^b \quad (1)$$

Onde:

S_{it} = *bid-ask spread* da empresa i no período de tempo t .

P_{it}^a = oferta de venda (*ask*) cotado da empresa i no período de tempo t ;

P_{it}^b = oferta de compra (*bid*) cotado da empresa i no período de tempo t ;

Adicionalmente, por padronização, o cálculo do *bid-ask spread* foi dividido pelo ponto médio do valor do *Bid* e do *Ask* no período da negociação, conforme Amihud and Mendelson (1986).

Sendo assim:

$$S_t = \frac{P_{it}^a - P_{it}^b}{Pm_{it}} \quad (2)$$

Sendo:

$$Pm_{it} = \frac{P_{it}^a + P_{it}^b}{2} \quad (3)$$

Onde:

P_{it}^a = oferta de venda (*ask*) cotado da empresa i no período de tempo t ;

P_{it}^b = oferta de compra (*bid*) cotado da empresa i no período de tempo t ;

Pm_{it} = ponto médio do preço do *Bid* e *Ask* da empresa i no período de tempo t ;

S_{it} = *bid-ask spread* da empresa i no período de tempo t .

Vale destacar que diversos estudos têm utilizado o *bid-ask spread* com cálculo no *intraday* (dados intradiários) ou dados diários, conforme a característica de cada estudo. Para dados *intraday*, pode-se citar Fleming (1997), Lee, Mucklow e Ready (1993) e McNish e Wood (1992), Attig et al. (2006). Para dados diários, geralmente usado em estudos que utilizam o *bid-ask spread* para mensuração da liquidez do mercado, pode ser observado nos estudos de Chakravarty e Sarkar (1999), Fleming (2003) e Fleming e Sarkar (1999), Affleck-Graves, Callahan e Chipalkatti (2002).

No presente estudo, o *bid-ask spread* foi calculado com dados diários, pois segundo Hasbrouck (2007), essa tem sido a metodologia aplicável em base de dados de longo prazo.

Desse modo, o *spread* médio diário para o período de negociação pode ser expresso da seguinte forma:

$$S_{t,i} = \frac{\sum(P_{t,i}^a - P_{t,i}^b)}{\sum Pm_{t,i}} \quad (4)$$

Onde:

$P_{t,i}^a$ = menor oferta de venda (*ask*) no período de tempo t da empresa i ;

$P_{t,i}^b$ = maior oferta de compra (*bid*) no período de tempo t da empresa i ;

$Pm_{t,i}$ = ponto médio do preço do *Bid e Ask* da empresa i no período de tempo t ;

$S_{t,i}$ = *bid-ask spread* médio diário no período de tempo t da empresa i ;

\sum = letra grega sigma representando a operação soma.

Em relação ao período de coleta de dados, nota-se que não há um consenso na literatura sobre a definição do período mais adequado para mensuração do *bid-ask spread*. Como exemplos, podem ser citados: Roll (1984) que utiliza dois períodos, o de 21 (vinte e um) dias úteis e o de 21 (vinte e uma) semanas; Amihud and Mendelson (1986) e Welker (1995), os quais utilizam somente o último dia de negociações do exercício financeiro, Rodrigues e Galdi (2017), os quais utilizam o período anual e; Bhat e Jayaraman (2009) que, ao buscarem a comparação da assimetria de informação nas divulgações trimestres, utilizam datas desbalanceadas, sendo 7 dias para mensuração da assimetria antes da divulgação contábil e de 28 dias para o período pós divulgação contábil.

Desse modo, para o presente estudo, o *bid-ask spread* foi mensurado em dois momentos, similarmente ao que foi adotado por Bhat e Jayaraman (2009), com o intuito de identificar o possível efeito do anúncio dos resultados das empresas na assimetria de informação.

Sobre esse tema, segundo Basu (1997), empresas com gestores oportunistas que atrasam a divulgação de más notícias, na média, provocam uma maior reação do mercado após a divulgação dos resultados. Por outro lado, Skinner (1994) argumenta que os gestores também têm incentivos de divulgar rapidamente notícias ruins a fim de evitar litígios, o que provocaria a reação do mercado antes da divulgação dos resultados.

Diante disso, a primeira mensuração do *bid-ask spread* utiliza o período correspondente ao último trimestre do ano fiscal e a segunda utiliza o primeiro trimestre, a contar data de divulgação mais próxima ao dia 31/12, do ano seguinte ao ano fiscal.

A escolha do período trimestral (90 dias) para mensuração do *bid-ask spread*, diferentemente dos 7 e 28 dias utilizados por Bhat e Jayaraman (2009), se justifica em razão de que quanto maior período, maior a possibilidade influências das divulgações trimestrais na apuração do *bid-ask spread*, assim como, conforme Coperland e Galai (1983), o menor período pode tornar o *bid-ask spread* mais sensível às eventuais volatilidades do mercado.

Desse modo, ao utilizar dois momentos distintos de mensuração do *bid-ask spread*, último trimestre do ano fiscal e primeiro trimestre a partir da data da primeira divulgação das demonstrações contábeis, é possível capturar o possível efeito do anúncio dos resultados na mensuração da assimetria de informação.

Cumprindo ainda esclarecer que foram utilizadas as seguintes variáveis de controle como passíveis de influenciar o *spread*: Cobertura dos analistas (COB); Tamanho da empresa (TAM); Internacionalização (INT); *Free Float* (FLOAT) e Novo mercado (NM) (RODRIGUES; GALDI, 2017).

A variável cobertura de analistas (COB) é uma variável que identifica o número de analistas de investimento que acompanham e emitem previsões sobre a empresa. (RODRIGUES; GALDI, 2017). Essa variável é mensurada por meio do logaritmo natural da quantidade total de analistas que acompanham/emitem previsões sobre a empresa.

Importante frisar que o uso dessa variável tem por fundamento o fato de que os analistas, por meio de recomendações e previsões, revelam informações sobre procedimentos dos gestores que podem afetar os recursos das empresas, isto é, reduzem a assimetria de informação (HEALY, PALEPU, 2001). Portanto, espera-se uma associação negativa entre a assimetria de informação e cobertura de analistas.

No que se refere à variável tamanho da empresa (TAM), entende-se que quanto maior o ativo total da empresa, maior será o tamanho da empresa, de forma que é razoável sua utilização como *proxy* para tamanho da empresa (SALEHI; MORADI; PAIYDARMANESH, 2017). Ademais, o tamanho da empresa, segundo Atiase (1985) e Bamber (1987), está relacionado negativamente com a assimetria de informação, de modo que quanto maior a empresa, maior será a disponibilidade de informações e, portanto, menor a assimetria de informação.

Dessa forma, o tamanho da empresa no presente estudo foi mensurado por meio logaritmo natural do valor total dos ativos da empresa (SALEHI; MORADI;

PAIYDARMANESH, 2017), sendo o logaritmo natural utilizado como forma de evitar vieses e problemas de heterocedasticidade (ATTIG et al., 2006).

Quanto à variável INT, entende-se que as exigências de atendimento aos órgãos reguladores internacionais implica maior quantidade de informações divulgadas (RODRIGUES; GALDI, 2017), o que reduz a assimetria informacional (VERRECCHIA, 2001; BIDDLE; HILARY, 2006; WELKER, 1995; LEV, 1988; FIELD; LOWRY; SHU, 2005; RODRIGUES; GALDI, 2017).

Nesse sentido, espera-se uma relação negativa entre a INT, variável *Dummy* que assume o valor 1 (um) se a empresa possui ações negociadas no mercado americano e, caso contrário, 0 (zero), e o *Spread*.

Em relação à variável *FLOAT*, representada pelo percentual de ações disponíveis para livre negociação no mercado em relação ao total de ações da empresa, entende-se que quanto maior o percentual de ações disponíveis, maior a necessidade de divulgação contábil ao usuário da informação (RODRIGUES; GALDI, 2017), o que resultaria na redução na assimetria de informação, uma vez que o aumento da divulgação contábil pode estar associado à redução da assimetria de informação (VERRECCHIA, 2001; BIDDLE; HILARY, 2006; WELKER, 1995; LEV, 1988; FIELD; LOWRY; SHU, 2005; RODRIGUES; GALDI, 2017).

Ademais, seguindo os procedimentos adotados por Rodrigues e Galdi (2017), nas empresas com mais de uma classe de ação, foram utilizadas as informações das ações mais líquidas. Diante disso, espera-se que o percentual de ações comercializadas no mercado de capitais demonstre relação negativa com o *spread*.

Quanto à utilização da variável Novo Mercado (NM), ressalta-se que o objetivo é investigar se as informações de empresas que possuem diferenciado nível de governança corporativa, que adotam práticas que promovem a divulgação de informações mais transparentes e fidedignas, fornecendo informações de melhor qualidade, resultam na redução da assimetria de informação.

Assim, a mensuração da variável NM foi efetuada por meio de uma *Dummy*, a qual que assume o valor 1 (um) se a empresa está listada no novo mercado da B³ e, caso contrário, 0 (zero), similarmente ao que foi adotado no estudo de Rodrigues e Galdi (2017).

3.2.2 Modelo de mensuração da qualidade da auditoria

Para o presente trabalho, a fim de atingir o objetivo delineado, foram utilizadas as variáveis de *Input* propostas no modelo de Hu (2015), também utilizadas nos modelos empíricos de Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e Dantas e Medeiros (2014), são elas: são elas: “Tamanho da empresa de auditoria”, “Tempo de auditoria” e; “Especialização da auditoria”, ou seja, variáveis comuns aos três estudos e que têm sido utilizadas na literatura acadêmica que abordam o tema qualidade da auditoria.

Para as variáveis de *Context* foram utilizadas: a variável “Comitê de Auditoria”, tendo em vista a proposta de sua utilização como variável de mensuração da qualidade da auditoria no modelo FRC (2008) e do IASSB (2014), assim como foi utilizada nos estudos empíricos de Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e Dantas e Medeiros (2014) e; a variável “Honorários de Auditoria”, em razão de ser uma medida que pode refletir os custos de uma auditoria eficiente (SALEHI; MORADI; PAIYDARMANESH, 2017), estando, dessa forma, associada à qualidade da auditoria e presentes nos modelos de mensuração da qualidade da auditoria de Francis (2011), Knechel et al. (2013) e Hu (2015).

.Em relação às variáveis de *Output*, foram utilizadas: a variável “distância entre a data do relatório de auditoria e a publicação das demonstrações contábeis”, conforme dispostas nos modelos de Knechel et al. 2013 e do IASSB (2014). Segundo evidências encontradas por Paulo, Cavalcante e Paulo (2013), o atraso na emissão do relatório da auditoria está associado à baixa qualidade da informação contábil e, portanto, pode estar associada à baixa qualidade da auditoria e; por fim, a variável “Conservadorismo”, conforme previsto nos modelo de Knechel et al. (2013) e Hu (2015). Ademais, essa variável foi utilizada como atributo de qualidade da auditoria no estudo de Paulo, Cavalcante e Paulo (2013), haja vista a hipótese de que a presença do conservadorismo aumenta a qualidade da auditoria.

3.2.2.1 Tamanho da empresa de auditoria

A utilização do tamanho da empresa de auditoria encontra amparo no estudo de DeAngelo (1981), o qual argumenta a respeito da associação entre tamanho da empresa de auditoria e a qualidade da auditoria, assim como nos resultados dos estudos de Becker et al. (1998), Francis, Maydew e Sparks (1999), Francis (2004), Francis e Yu (2009), Paulo, Cavalcante e Paulo (2013), os quais encontraram evidências da relação positiva entre tamanho da empresa de auditoria e a qualidade da auditoria.

Nesse esteio, DeAngelo (1981) conclui que, quanto maior a empresa de auditoria, há menor incentivo para que o auditor se comporte de forma oportunista e, conseqüentemente, implique maior qualidade da auditoria.

Assim, como *proxy* para tamanho da empresa de auditoria, o presente estudo adotou as *Big Four* do mercado acionário brasileiro, ou seja, para cada ano foram classificadas como “grandes empresas de auditoria” as 4 empresas de auditoria que mais possuem clientes listados na *B³* (DeANGELO, 1981).

3.2.2.2 Tempo de auditoria

A variável tempo de auditoria indica o período de tempo em que a auditoria é responsável por auditar a empresa contratante. Assim quanto maior for o tempo de auditoria, maior poderá ser o conhecimento do auditor sobre a empresa (GAO, 2003; PAULO; CAVALCANTE: PAULO, 2013).

Entretanto, Lys e Watts (1994), Gravious (2007), Siregar et al. (2012) e Dantas e Medeiros (2014) argumentam que um maior tempo de auditoria implica perda de independência, o que pode afetar negativamente a qualidade da auditoria.

Siregar et al. (2012) cita ainda que um menor tempo de auditoria, decorrente do rodízio de auditores, por exemplo, possibilita um novo olhar sobre as demonstrações contábeis, gerando uma maior probabilidade de detecção de distorções nas informações contábeis. Sob esse perspectiva, autores como Crabtree, Brandon, & Maher (2006), Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e Dantas e Medeiros (2014) corroboram a associação de maior qualidade da auditoria ao menor tempo de auditoria.

Desse modo, em que pese existir posições divergentes entre alguns autores, percebe-se que se trata de uma variável importante para a literatura. Em decorrência disso, essa variável foi mensurada conforme os estudos de Dantas e Medeiros (2014) e Paulo, Cavalcante e Paulo (2013), ou seja, foi considerado tempo consecutivo em que a auditoria foi realizada pela mesma empresa de auditoria.

Além disso, para a presente pesquisa, o tempo consecutivo foi mensurado em meses, onde espera-se que um menor tempo de auditoria esteja relacionado a uma maior qualidade da auditoria e, por conseguinte, resulte em uma maior qualidade da informação contábil e menor assimetria de informação.

Por fim, cumpre mencionar que a base de dados utilizada para coleta do tempo de auditoria (*site* CVM) não contém as datas de início e término de todos os serviços de auditoria, principalmente no que tange ao período pré-convergência, em que essa informação é praticamente inexistente. Quanto ao período pós-convergência, ainda foi possível identificar algumas falhas quanto a essa informação (datas preenchidas de forma padronizada, como por exemplo, data de início 01/01 e a data fim 31/12 de cada período), de modo que tais datas não refletem a exatidão do período de realização das auditorias.

Dessa forma, para solucionar os problemas mencionados, para os anos em que a informação de início ou término do serviço de auditoria era inexistente, foi considerado como o início em 01/01 e a data final em 31/12 de cada período.

3.2.2.3 Especialização da auditoria

A variável especialização da auditoria pode estar associada à qualidade da auditoria, haja vista que se os auditores têm conhecimento suficiente de um setor específico, a qualidade da sua auditoria poderá ser maior (HU, 2015).

No mesmo sentido, Balsam, Krishnan e Yang (2003), Solomon, Shields e Whittington (2009) argumentam que a especialização possibilita que os auditores produzam trabalhos de melhor qualidade.

Na literatura, a utilização da variável especialização da auditoria foi observada nos estudos de Balsam, Krishnan e Yang (2003), Behn, Choi e Kang (2008), Sun e Liu (2011), Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e Dantas e Medeiros (2014).

Sendo assim, para a mensuração da expertise da auditoria independente foi utilizada uma *proxy*, mensurada por meio da proporção entre a soma da raiz quadrada dos ativos totais dos clientes de um auditor em uma indústria específica e a soma total da raiz quadrada dos ativos totais de todos os clientes do auditor, conforme utilizado por Behn, Choi e Kang (2008) e por Sun e Liu (2011).

3.2.2.4 Comitê de auditoria

A utilização da variável comitê de auditoria se baseia no fato de se esperar que a instituição do comitê de auditoria possibilite uma maior independência da auditoria e,

portanto, uma melhor qualidade da auditoria (DANTAS; MEDEIROS, 2014; PAULO; CAVALCANTE; PAULO, 2013; SALEHI; MORADI; PAIYDARMANESH, 2017).

Ademais, estudos como o de Smith (2006), Koch, Weber e Wüstemann (2012) e Dantas e Medeiros (2014) utilizaram a variável comitê de auditoria e concluíram que o comitê está associado positivamente à qualidade da auditoria.

Desse modo, seguindo os modelos utilizados por Smith (2006), Koch, Weber e Wüstemann (2012), Dantas e Medeiros (2014) e Paulo, Cavalcante e Paulo (2013), a variável comitê de auditoria foi representada por uma *dummy*, a qual assume o valor 1 (um), caso a empresa auditada possua comitê de auditoria e, caso contrário, 0 (zero).

3.2.2.5 Distância entre a data do relatório de auditoria e a publicação das demonstrações contábeis

O atraso na divulgação de informações contábeis pode afetar a decisão dos usuários da informação contábil (NG; TAI, 1994), de modo que quanto maior o atraso da emissão do relatório de auditoria, por indicativo de problemas nas informações contábeis (CAVALCANTE; PAULO; CAVALCANTE, 2013) ou na possibilidade de emissão de opinião modificada (ASHTON; WILLINGHAM; ELLIOT, 1987), maiores serão as incertezas associadas às informações esperadas (NG; TAI, 1994).

Assim, se houver atraso na divulgação da informação contábil, entende-se que há indicativos de problemas nas informações contábeis, assim como fatores que provoquem mudança na opinião da auditoria, de forma que o maior *delay* estaria associado à baixa qualidade da informação contábil (CAVALCANTE; PAULO; CAVALCANTE, 2013), assim como a baixa qualidade da informação associada à baixa qualidade da auditoria (CHADEGANI, 2011).

Desse modo, espera-se que quanto maior o atraso da emissão do relatório de auditoria, por indicativo de problemas nas informações contábeis ou pela possibilidade de emissão de opinião modificada, menor será a qualidade da auditoria.

Além disso, quanto à mensuração do *delay*, a literatura acadêmica apresenta diversos estudos (CHAMBERS; PENMAN, 1984; ASHTON; WILLINGHAM; ELLIOT, 1987; NG; TAI, 1994; CHE-AHMAD; ABIDIN, 2008; CARSLAW; KAPLAN, 2011) que ao longo dos anos buscaram investigar variáveis que pudessem estar associadas ao *delay*, mensurando a

variável dependente (*delay*) como sendo o número de dias entre o final do exercício do ano-base e a data do relatório da auditoria.

Portanto, seguindo os passos de estudos de Ashton, Willingham e Elliot (1987), Ng e Tai (1994); Che-Ahmad e Abidin (2008) e Carslaw e Kaplan (2011), os quais tratam sobre o *delay* na emissão do relatório de auditoria, no presente estudo, o *delay* foi calculado pela soma do número de dias entre o final do exercício do ano de referência (31/12) e a data de divulgação do relatório de auditoria, dada pela data da divulgação das demonstrações contábeis.

3.2.2.6 Honorários de auditoria

A utilização dos honorários de auditoria como medida de mensuração da qualidade da auditoria se justifica por ser um atributo que pode diferenciar a qualidade do serviço contratado, ou seja, é possível que maiores honorários estejam associados à maior qualidade do serviço contratado (FRANCIS, 1984), refletindo da qualidade da informação contábil (SALEHI, MORADI; PAIYDAMANESH, 2017) e, conseqüentemente, na redução da assimetria de informação.

Ademais, vale salientar que Salehi, Moradi e Paiydarmanesh (2017) corroboram com o fato de que os honorários de auditoria são aplicáveis como *proxy* para qualidade da auditoria, uma vez que maiores valores de honorários podem estar associados a um maior emprego de um maior número de auditores no desenvolvimento dos trabalhos, de modo a produzir uma melhor qualidade na auditoria.

Além disso, a partir da adoção das IFRS é possível que essa relação tenha sido intensificada, haja vista que a adoção das normas internacionais exige que o auditor aprimore seus conhecimentos em relação a cada IFRS emitida, de modo que tal fato pode ser refletido na definição de maiores honorários.

Entretanto, vale mencionar que nas bases de dados pesquisadas não havia dados quanto aos valores de honorários referente ao período pré-convergência às normas internacionais de contabilidade e, portanto, não foi possível comparar se a adoção das IFRS impactou na definição dos honorários de auditoria.

Por fim, espera-se que os honorários de auditoria estejam associados positivamente à qualidade dos trabalhos realizados, mensurados pelo valor total dos gastos com auditoria

independente, conforme utilizado no estudo Salehi, Moradi e Paiydarmanesh (2017). Adicionalmente, para esse estudo, o valor total dos honorários foi normalizado, ou seja, o valor dos honorários foi dividido pelo valor total dos ativos.

3.2.2.7 Modelo de Basu (1997) – Conservadorismo Condicional

No modelo desenvolvido por Basu (1997), a antecipação assimétrica de perdas econômicas está associada à existência prévia de sinais de desempenho negativo da empresa, o que sinaliza o reconhecimento antecipado de perdas (COELHO; LIMA, 2008). Portanto, o modelo utiliza o sinal da variação do lucro apresentada na demonstração do período imediatamente anterior.

Assim, se houver variação negativa no lucro no período 0, espera-se que no período seguinte, em decorrência da perda já ter sido reconhecida no período anterior, ocorra a reversão na variação do lucro, indicando ter sido uma possível antecipação de perda. Por outro lado, se houver variação positiva no lucro, espera-se a manutenção da variação no período seguinte, indicando persistência, uma vez que não há o reconhecimento imediato de “boas notícias” (COELHO; CIA; LIMA, 2008).

Desse modo, o Modelo de Basu (1997), conhecido como modelo de componentes transitórios do lucro, pode ser expresso da seguinte forma:

$$\frac{\Delta X_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 D + \beta_0 \frac{\Delta X_{it-1}}{P_{it-2}} + \beta_1 D * \frac{\Delta X_{it-1}}{P_{it-2}} + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

Onde:

ΔX_{it} : é a variação do lucro da empresa i em relação ao momento t ;

ΔX_{it-1} : é a variação do lucro da empresa i em relação ao momento $t-1$;

P_{it-1} : é o preço da ação para a empresa i em relação ao momento $t-1$;

P_{it-2} : é o preço da ação para a empresa i em relação ao momento $t-2$;

D : é a variável *Dummy* que assume o valor 1 (um) para retornos negativos e 0 (zero) para os demais retornos;

ε_{it} : é o termo de erro.

Conforme pode-se observar, Basu (1997) optou por deflacionar as variáveis contábeis pelo preço da ação do final dos anos anteriores P_{it-1} ou P_{it-2} , com o objetivo de controlar a heterocedasticidade e o efeito escala.

Cunha, Dantas e Medeiros (2016) afirmam que o conservadorismo condicional nos resultados contábeis está relacionado à identificação de valores estatisticamente nulos ou positivos para β_0 , valores negativos para o coeficiente β_1 e que a soma dos coeficientes de β_0 e β_1 seja menor que zero.

No mesmo sentido, Ball e Shivakumar (2005) esperam $\beta_0 = 0$ para o reconhecimento ao longo do tempo das “boas notícias”, aumentando os fluxos de caixa, de modo que os ganhos econômicos sejam reconhecidos como componentes persistentes e, portanto, tendem a não ser revertidos. Por outro lado, o reconhecimento imediato de ganhos econômicos implica sua transitoriedade e, portanto, tendem a reverter, o que implicaria $\beta_0 < 0$.

Adicionalmente, os referidos autores citam que o reconhecimento imediato das perdas econômicas indica o reconhecimento como diminuição dos ganhos transitórios, o qual será revertido, implicando β_0 e $\beta_1 < 0$. Além disso, a hipótese de que as perdas econômicas são reconhecidas de forma mais rápida do que ganhos resulta em um $\beta_1 < 0$.

Assim, inicialmente, para a presente pesquisa, a variável conservadorismo foi constituída por meio da soma dos coeficientes β_0 e β_1 , estimados com dados dos últimos 5 anos de cada período e de cada empresa.

No entanto, o resultado da referida soma não gerou resultados suficientes para que a variável conservadorismo pudesse ser utilizadas nos modelos propostos, uma vez que a soma dos coeficientes β_0 e β_1 geraram diversos resultados que não satisfaziam a condição do conservadorismo condicional, ou seja, foram encontrados valores em que a soma dos valores β_0 e β_1 eram maiores que zero.

Em decorrência disso, alternativamente foi utilizado como *proxy* para o conservadorismo somente a hipótese de que as perdas econômicas são reconhecidas de forma mais rápida do que ganhos, o que de acordo com Ball e Shivakumar (2005) são os valores de $\beta_1 < 0$.

Desse modo, as equações delineadas para a presente pesquisa considerou a mensuração da assimetria de informação em função da qualidade da auditoria, sendo representadas de seguinte forma:

$$\begin{aligned}
\text{Spread.Pre.Pre}_{it} &= \alpha_0 + \alpha_1 \text{BIG}_{it} + \alpha_2 \text{TA}_{it} + \alpha_3 \text{ESP}_{it} + \alpha_4 \text{CA}_{it} + \alpha_5 \text{Delay}_{it} + \alpha_7 \text{CON}_{it} \\
&+ \alpha_8 \text{COB}_{it} + \alpha_9 \text{TAM}_{it} + \alpha_{10} \text{INT}_{it} + \alpha_{11} \text{FLOAT}_{it} + \alpha_{12} \text{NM}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (6)
\end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
\text{Spread.Pre.Pos}_{it} &= \alpha_0 + \alpha_1 \text{BIG}_{it} + \alpha_2 \text{TA}_{it} + \alpha_3 \text{ESP}_{it} + \alpha_4 \text{CA}_{it} + \alpha_5 \text{Delay}_{it} + \alpha_7 \text{CON}_{it} \\
&+ \alpha_8 \text{COB}_{it} + \alpha_9 \text{TAM}_{it} + \alpha_{10} \text{INT}_{it} + \alpha_{11} \text{FLOAT}_{it} + \alpha_{12} \text{NM}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (7)
\end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
\text{Spread.Pos.Pre}_{it} &= \alpha_0 + \alpha_1 \text{BIG}_{it} + \alpha_2 \text{TA}_{it} + \alpha_3 \text{ESP}_{it} + \alpha_4 \text{CA}_{it} + \alpha_5 \text{Delay}_{it} + \alpha_6 \text{HON}_{it} \\
&+ \alpha_7 \text{CON}_{it} + \alpha_8 \text{COB}_{it} + \alpha_9 \text{TAM}_{it} + \alpha_{10} \text{INT}_{it} + \alpha_{11} \text{FLOAT}_{it} + \alpha_{12} \text{NM}_{it} \\
&+ \varepsilon_{it} \quad (8)
\end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
\text{Spread.Pos.Pos}_{it} &= \alpha_0 + \alpha_1 \text{BIG}_{it} + \alpha_2 \text{TA}_{it} + \alpha_3 \text{ESP}_{it} + \alpha_4 \text{CA}_{it} + \alpha_5 \text{Delay}_{it} + \alpha_6 \text{HON}_{it} \\
&+ \alpha_7 \text{CON}_{it} + \alpha_8 \text{COB}_{it} + \alpha_9 \text{TAM}_{it} + \alpha_{10} \text{INT}_{it} + \alpha_{11} \text{FLOAT}_{it} + \alpha_{12} \text{NM}_{it} \\
&+ \varepsilon_{it} \quad (9)
\end{aligned}$$

Onde:

Spread.Pre.Pre_{it} = Representa a assimetria de informação mensurada pelo *bid-ask spread* no período pré-convergência, com base no último trimestre do ano fiscal, período que representa a assimetria de informação antes da divulgação das demonstrações contábeis, para a empresa *i* no momento *t*.

Spread.Pre.Pos_{it} = Representa a assimetria de informação mensurada pelo *bid-ask spread* no período pré-convergência, com base no primeiro trimestre a contar da data em que a primeira empresa da amostra selecionada divulgou as demonstrações anuais, período que considera o efeito do anúncio dos resultados na assimetria de informação, para a empresa *i* no momento *t*.

Spread.Pos.Pre_{it} = Representa a assimetria de informação mensurada pelo *bid-ask spread* no período pós-convergência, com base no último trimestre do ano fiscal, período que representa a assimetria de informação antes da divulgação das demonstrações contábeis, para a empresa *i* no momento *t*.

Spread.Pos.Pos_{it} = Representa a assimetria de informação mensurada pelo *bid-ask spread* no período pós-convergência, com base no primeiro trimestre a contar da data em que a primeira empresa da amostra selecionada divulgou as demonstrações anuais,

período que considera o efeito do anúncio dos resultados na assimetria de informação, para a empresa i no momento t .

$BIG4_{it}$ = Representa o tamanho da empresa de auditoria, mensurada por variável tipo *dummy*, onde será atribuído o valor 1 (um), para empresa i no momento t , se a empresa de auditoria for uma *Big Four* e, caso contrário, 0.

TA_{it} = Representa o tempo, em meses consecutivos, de prestação de serviço de auditoria para a para empresa i no momento t .

ESP_{it} = Representa a especialização da empresa de auditoria da empresa i no momento t , mensurada pela proporção entre a soma da raiz quadrada dos ativos totais dos clientes de um auditor em uma indústria específica e a soma total da raiz quadrada dos ativos totais de todos os clientes do auditor.

CA_{it} = Representa uma variável tipo *dummy* para presença do comitê de auditoria, assumindo o valor 1 (um), para empresa i no momento t , se a empresa possuir comitê de auditoria e, caso contrário, 0 (zero).

$Delay_{it}$ = Representa o atraso na divulgação do relatório de auditoria da empresa i no momento t , mensurado pela soma do número de dias entre o final do exercício do ano de referência (31/12) e a data de emissão do relatório de auditoria.

HON_{it} = Representa os honorários de auditoria, mensurado pelo valor total dos gastos com auditoria independente dividido pelos ativos totais da empresa i no momento t .

CON_{it} = Representa o conservadorismo condicional mensurado pela β_1 do modelo de Basu (1997), aplicado à empresa i no momento t .

COB_{it} = Representa a cobertura de analistas da empresa, sendo mensurada pelo logaritmo natural da quantidade de analistas que emitem recomendações do ativo da empresa.

TAM_{it} = Representa o tamanho da empresa, mensurado pelo logaritmo natural do valor total dos ativos da empresa i no momento t .

INT_{it} = Representa a internacionalização da empresa i no momento t , mensurada por meio de variável tipo *dummy*, assumindo valor 1 (um) se a empresa possuir ações negociadas no mercado norte americano, caso contrário, 0 (zero).

$FLOAT_{it}$ = Representa o percentual de ações destinadas à livre negociação da empresa i no momento t .

NM_{it} = Representa o nível de governança diferenciado, mensurado por meio de variável tipo *dummy*, assumindo valor 1 (um) se a empresa pertencer ao Novo Mercado, caso contrário, 0 (zero).

ε_{it} : é o termo de erro.

Quadro 4: Resumo das variáveis utilizadas nos modelos de regressão da pesquisa

Código	Descrição da Variável	Fonte	Equação	Relação esperada com o spread
<i>Spread-Pre.Pre</i>	Representa a assimetria de informação mensurada pelo <i>bid-ask spread</i> no período pré-convergência, com base no último trimestre do ano fiscal, período que representa a assimetria de informação antes da divulgação das demonstrações contábeis, para a empresa i no momento t .	Thomson Reuters	$S_{t,i} = \frac{\sum(P_{t,i}^a - P_{t,i}^b)}{\sum Pm_{t,i}}$	X
<i>Spread-Pre.Pós</i>	Representa a assimetria de informação mensurada pelo <i>bid-ask spread</i> pré-convergência, com base no primeiro trimestre a contar da data em que a primeira empresa da amostra selecionada divulgou as demonstrações anuais, período que considera o efeito do anúncio dos resultados na assimetria de informação, para a empresa i no momento t .	Thomson Reuters	$S_{t,i} = \frac{\sum(P_{t,i}^a - P_{t,i}^b)}{\sum Pm_{t,i}}$	X
<i>Spread-Pos.Pre</i>	Representa a assimetria de informação mensurada pelo <i>bid-ask spread</i> pós-convergência, com base no último trimestre do ano fiscal, período que representa a assimetria de informação antes da divulgação das demonstrações contábeis, para a empresa i no momento t .	Thomson Reuters	$S_{t,i} = \frac{\sum(P_{t,i}^a - P_{t,i}^b)}{\sum Pm_{t,i}}$	X
<i>Spread-Pos.Pre</i>	Representa a assimetria de informação mensurada pelo <i>bid-ask spread</i> pós-convergência, com base no primeiro trimestre a contar da data em que a primeira empresa da amostra selecionada divulgou as demonstrações anuais, período que considera o efeito do anúncio dos resultados na assimetria de informação, para a empresa i no	Thomson Reuters	$S_{t,i} = \frac{\sum(P_{t,i}^a - P_{t,i}^b)}{\sum Pm_{t,i}}$	X

	momento t .			
<i>BIG4</i>	Representa o tamanho da empresa de auditoria, mensurada por variável tipo <i>dummy</i> , onde será atribuído o valor 1 (um), para empresa i no momento t , se a empresa de auditoria for uma <i>Big Four</i> e, caso contrário, 0.	CVM	<i>Dummy</i>	(-)
TA	Representa o tempo, em meses consecutivos, de prestação de serviço de auditoria para a empresa i no momento t .	CVM	$\sum \text{Meses}$	(+)
ESP	Representa a especialização da empresa de auditoria da empresa i no momento t , mensurada pela proporção entre a soma da raiz quadrada dos ativos totais dos clientes de um auditor em uma indústria específica e a soma total da raiz quadrada dos ativos totais de todos os clientes do auditor.	Thomson Reuters	$ESP = \frac{\sum \sqrt{ACE}}{\sum \sqrt{ACT}}$	(-)
CA	Representa uma variável tipo <i>dummy</i> para presença do comitê de auditoria, assumindo o valor 1 (um), para empresa i no momento t , se a empresa possuir comitê de auditoria e, caso contrário, 0 (zero).	CVM	<i>Dummy</i>	(-)
<i>Delay</i>	Representa o atraso na divulgação do relatório de auditoria da empresa i no momento t , mensurado pela soma do número de dias entre o final do exercício do ano de referência (31/12) e a data de emissão do relatório de auditoria, definida como a data da divulgação das demonstrações contábeis.	CVM	$Delay = DRA - DFE$	(+)
HON	Representa os honorários de auditoria, mensurado pelo valor total dos gastos com auditoria independente dividido pelos ativos totais da empresa i no momento t .	CVM	$HON = \frac{\sum \text{Gastos}}{\sum \text{Ativos}}$	(-)
CON	Representa o conservadorismo condicional mensurado pelo β_1 do modelo de Basu (1997), em que quanto menor for o β_1 , maior o nível de conservadorismo, aplicado à empresa i no momento t .	Econômica	$CON = \beta_1$	(+)
COB	Representa a cobertura de analistas da empresa, sendo mensurada pelo logaritmo natural da quantidade de analistas que emitem recomendações do ativo da empresa	Thomson Reuters	$COB = \ln QA$	(-)

	da empresa i no momento t .			
TAM	Representa o tamanho da empresa, mensurado pelo logaritmo natural do valor total dos ativos da empresa i no momento t .	Thomson Reuters	$TAM = \ln \sum Ativos$	(-)
INT	Representa a internacionalização da empresa i no momento t , mensurada por meio de variável tipo <i>dummy</i> , assumindo valor 1 (um) se a empresa negociar ações no mercado norte americano, caso contrário, 0 (zero).	CVM	<i>Dummy</i>	(-)
FLOAT	Representa o percentual de ações destinadas à livre negociação da empresa i no momento t .	Thomson Reuters	$Float = \frac{ADLN}{\sum Ações}$	(-)
NM	Representa o nível de governança diferenciado, mensurado por meio de variável tipo <i>dummy</i> , assumindo valor 1 (um) se a empresa pertencer ao Novo Mercado, caso contrário, 0 (zero).	CVM	<i>Dummy</i>	(-)

Por fim, para uniformização das informações, todos os dados contábeis foram atualizados para uma mesma data base, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

3.3 Limitações do estudo

Como limitações do estudo, pode ser destacada a ausência de informações quanto aos honorários de auditoria no período pré-convergência, assim com a ausência de informações para o ano de 2001 da variável NM, uma vez que a listagem no segmento no Novo Mercado do Bovespa foi iniciada somente no ano de 2002.

Outra limitação que poder ser mencionada, refere-se aos modelos de mensuração do *bid-ask spread* e do conservadorismo, os quais dependem da escolha do pesquisador, o que pode levar a diferentes resultados, conforme o modelo escolhido.

Cumprindo ainda informar que o estudo faz comparação de resultados obtidos de modelos econométricos e de períodos distintos, isto é, no período pré-convergência a estimação foi realizada com efeitos aleatórios, enquanto que no período pós-convergência a

estimação foi realizada com efeitos fixos, considerando os resultados dos testes de Hausman. Ressalta-se também que são períodos econômicos diferentes, que por sua vez, apresentam flutuações próprias de cada período.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o intuito de responder ao problema de pesquisa, e assim atender aos objetivos apresentados nesse estudo, esta seção destina-se a apurar e analisar os resultados obtidos nos testes empíricos.

Nesse sentido, a análise dos dados coletados está dividida em duas partes. A primeira parte direcionada para a análise da estatística descritiva das variáveis utilizadas nos modelos de regressão propostos e, a segunda parte, contempla os testes de robustez, a especificação do modelo econométrico e a análise das estimações realizadas.

4.1 Análise da estatística descritiva

A estatística descritiva, como análise inicial, é utilizada com objetivo de descrever e sumarizar o conjunto de dados coletados. Assim, no presente estudo foi utilizada 1 (uma) variável dependente (*Bid-Ask Spread*) em 4 (quatro) momentos distintos: Pre.Pre, Pre.Pos, Pos.Pre e Pos.Pos.

Além disso, foram utilizadas 12 (doze) variáveis independentes: BIG4, TA, ESP, CA, DELAY, HON e CON, como variáveis de qualidade da auditoria e; COB, TAM, INT, FLOAT e NM, como variáveis de controle, conforme pode-se observar no quadro a seguir:

Tabela 3: Estatística descritiva das variáveis no período pré-convergência

Tipo	Variável	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão	Observações
Variáveis Dependentes: Assimetria de Informação	SPREAD Pre.Pre	0,10	0,02	1,98	0,00	0,21	517
	SPREAD Pre.Pos	0,10	0,03	2,00	0,00	0,20	508
Variáveis Independentes: Qualidade da Auditoria	BIG4 (Dummy)	0,75	1,00	1,00	0,00	0,43	556
	TA	27,14	24,27	97,27	2,20	16,45	556
	ESP	0,52	0,50	1,00	0,03	0,33	566
	CA (Dummy)	0,08	0,00	1,00	0,00	0,27	556
	DELAY	88,10	82,00	464,00	20,00	49,86	554
	HON	-	-	-	-	-	-
	CON	-0,91	-0,33	0,00	-22,00	2,37	172
Variáveis Independentes: Controle	COB	1,56	1,79	3,14	0,00	0,95	290
	TAM	14,86	14,76	19,78	10,21	1,90	555
	INT (Dummy)	0,20	0,00	1,00	0,00	0,40	558
	FLOAT (Dummy)	81,61	100,00	100,00	0,00	32,92	509
	NM	0,09	0,00	1,00	0,00	0,29	478

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: SPREAD Pre.Pre representa a variável assimetria de informação mensurada pelo *bid-ask spread* no período pré-convergência, com base no último trimestre do ano fiscal. SPREAD Pre.Pos representa a variável assimetria de informação mensurada pelo *bid-ask spread* pré-convergência, com base no primeiro trimestre a contar da data em que a primeira empresa da amostra selecionada divulgou as demonstrações contábeis anuais. BIG4 representa o tamanho da empresa de auditoria, TA representa o tempo de auditoria, ESP representa a especialização da auditoria, CA representa o comitê de auditoria, DELAY representa o atraso na divulgação do relatório de auditoria, HON representa os honorários de auditoria, CON representa o conservadorismo condicional, COB representa a cobertura de analistas, TAM representa o tamanho da empresa, INT representa a internacionalização da empresa, FLOAT representa o percentual de ações disponíveis para negociação e NM representa o Novo Mercado.

Nota-se que as variáveis que mensuram o *Spread* no período pré-convergência, tanto no modelo Pre.Pre quanto no Pre.Pos, possuem valores similares, o que pode sugerir não haver diferença significativa do efeito divulgação das demonstrações contábeis na redução da assimetria de informação, ou seja: nesse caso, quando da divulgação das demonstrações contábeis, o mercado já teria precificado as informações divulgadas no valor das ações e, conseqüentemente, o simples fato de divulgar não afetaria o *Spread*.

No tocante à ESP, o valor máximo apurado foi 1, indicando que pelo menos uma empresa é auditada por uma empresa de auditoria 100% especializada, isto é, os clientes(s) da empresa de auditoria pertence(m) a um único setor econômico do Bovespa, o que pode resultar, para essas empresas, uma maior qualidade da auditoria, haja vista que espera-se que quanto maior a especialização do auditor, maior a qualidade da auditoria.

Adicionalmente, foi verificado o percentual de observações que apresentam nível de especialização da auditoria de 100%, isto é, empresas de auditoria prestando serviços a somente um setor econômico do Bovespa. Para o período pré-convergência, constatou-se que a empresa de auditoria é 100% especializada em 15,85% das observações, o que pode indicar uma maior qualidade da auditoria, uma maior qualidade das informações contábeis divulgadas e uma menor assimetria de informações para essas empresas.

Para a variável HON, não existem dados para a análise no período pré-convergência, uma vez que as bases de dados utilizadas na pesquisa não possuem informações referentes aos honorários de auditoria.

Em relação à variável CON, apesar do modelo de conservadorismo ter sido baseado somente na hipótese de que as perdas econômicas são reconhecidas de forma mais rápida do que ganhos, com o intuito de atingir um maior número de observações que atendessem as condições de conservadorismo condicional, conforme detalhado na seção metodológica do presente trabalho, ainda assim houve um o número baixo de observações (172) no período pré-convergência, o que gerou problemas de matriz singular na estimação do modelo Pre.Pre. Em razão desse fato, foi necessário excluí-la do referido modelo.

Quanto às variáveis DELAY e FLOAT, destacam-se os valores de desvio padrão elevados (49,86 e 32,92, respectivamente), o que pode estar relacionado ao fato de que o período pré-convergência possui uma pior qualidade dos dados, seja pela indisponibilidade de informações ou pela criação de determinadas empresas durante o período de 2001 a 2007.

Cumpra esclarecer que o percentual de 100% indicado no ano de 2001 para a variável NM se dá em razão do início da listagem no Novo Mercado ter ocorrido a partir de 2002.

No que concerne ao período pós-convergência, nota-se que as variáveis que mensuram o *Bid-Ask Spread* também possuem resultados similares ao se comparar o período de mensuração pré-divulgação como período que abrange a divulgação contábil, similantemente ao que ocorreu no período pré-convergência, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 4: Estatística descritiva das variáveis no período pós-convergência

Tipo	Variável	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão	Observações
Variáveis Dependentes: Assimetria de Informação	SPREAD Pre.Pre	0,04	0,01	0,97	0,00	0,08	564
	SPREAD Pre.Pos	0,05	0,01	1,71	0,00	0,12	564
Variáveis Independentes: Qualidade da Auditoria	BIG4 (Dummy)	0,78	1,00	1,00	0,00	0,42	568
	TA	34,98	32,67	170,40	0,57	23,51	567
	ESP	0,48	0,42	1,00	0,03	0,29	572
	CA (Dummy)	0,30	0,00	1,00	0,00	0,46	574
	DELAY	74,44	79,00	301,00	28,00	22,89	573
	HON	0,27	0,18	2,93	0,00	0,33	523
	CON	-0,68	-0,36	0,00	-12,11	1,21	433
Variáveis Independentes: Controle	COB	2,04	2,40	3,09	0,00	0,93	312
	TAM	15,28	15,38	20,64	10,25	1,91	570
	INT (Dummy)	0,24	0,00	1,00	0,00	0,43	574
	FLOAT (Dummy)	62,81	69,00	100,00	0,00	30,01	551
	NM	0,22	0,00	1,00	0,00	0,42	574

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: SPREAD Pos.Pre representa a variável assimetria de informação mensurada pelo *bid-ask spread* no período pós-convergência, com base no último trimestre do ano fiscal. SPREAD Pos.Pos representa a variável

assimetria de informação mensurada pelo *bid-ask spread* pós-convergência, com base no primeiro trimestre a contar da data em que a primeira empresa da amostra selecionada divulgou as demonstrações contábeis anuais. BIG4 representa o tamanho da empresa de auditoria, TA representa o tempo de auditoria, ESP representa a especialização da auditoria, CA representa o comitê de auditoria, DELAY representa o atraso na divulgação do relatório de auditoria, HON representa os honorários de auditoria, CON representa o conservadorismo condicional, COB representa a cobertura de analistas, TAM representa o tamanho da empresa, INT representa a internacionalização da empresa, FLOAT representa o percentual de ações disponíveis para negociação e NM representa o Novo Mercado.

Adicionalmente, a variável ESP, do mesmo modo como foi destacado no pré-convergência, indica que pelo menos uma empresa é auditada por uma empresa de auditoria 100% especializada em único setor econômico do Bovespa, o que pode sugerir uma maior qualidade da auditoria realizada.

Desse modo, também foi verificado o percentual de observações que apresentam nível de especialização da auditoria de 100%, ou seja, empresas de auditoria que somente prestam serviços a empresas de um mesmo setor econômico do Bovespa. Para o período pós-convergência, constatou-se que a empresa de auditoria é 100% especializada em 12,20% das observações.

Ao comparar esse resultado (12,20%) com o do período pré-convergência (15,85%), nota-se uma variação de 3,66% de observações do período pré para o período pós-convergência de auditorias 100% especializadas, demonstrando uma consistência entre os períodos.

No que se refere à variável CON, ao se comparar a quantidade de observações em relação ao período pré-convergência, nota-se que houve um relevante aumento (172 para 433 observações), o que permitiu a utilização dessa variável nos dois modelos pós-convergência. Portanto, para o período pós-convergência, a mensuração do conservadorismo condicional, baseado na hipótese de que as perdas econômicas são reconhecidas de forma mais rápida do os ganhos, conforme mencionado na seção metodológica, possibilitou a utilização de um maior número de observações, sendo possível utilizá-las em ambos os modelos pós-convergência.

Para as variáveis DELAY e FLOAT, assim como no período pré-convergência, são as variáveis que apresentam maiores valores de desvio padrão (22,89 e 30,01, respectivamente), porém com valores de desvio padrão menores em relação ao período pré-convergência, o que

demonstra uma similaridade dos dados dos dois períodos e uma menor dispersão no período pós-convergência.

4.2 Regressão das estimações com dados em painel

Objetivando investigar a relação entre as variáveis independentes, de Qualidade da Auditoria e de Controle, em relação à variável *SPREAD*, foi utilizada a análise da regressão linear múltipla com dados em painel.

Desse modo, essa seção abrange os testes de robustez e de especificação do modelo econométrico utilizado, assim como a análise das estimações realizadas.

4.2.1 Testes de robustez e especificação do modelo

Com o intuito de fornecer robustez aos resultados econométricos e utilizar o modelo mais adequado aos dados coletados, foram realizados: testes de Raiz Unitária, a Matriz de Correlação, teste *Variance Inflation Factor* (VIF), teste de normalidade dos resíduos (Jarque-Bera), Teste Q e teste de Hausman.

Para que a estimação da regressão pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) seja válida, é necessário que os termos de erro sejam constantes ao longo do tempo, isto é, estacionário (SALVATORE; REALGE, 2002).

Dessa forma, para investigar se o termo de erro é estacionário, deve-se realizar o teste de Raiz Unitária. A hipótese nula desse teste é de que há presença de raiz unitária e, portanto, a série é não-estacionária, enquanto a hipótese alternativa é de que não há raiz unitária e, conseqüentemente, a série é estacionária.

Sendo assim, foram realizados testes de Raiz unitária tanto nas variáveis com dados que abrangem o período pré-convergência quanto nas variáveis que abrangem o período pós-convergência, ambos pelos métodos de Levin, Lin e Chu, Im, Pesaran e Shin, ADF - Fisher e PP - Fisher.

Para o período pré-convergência, não foi possível rejeitar a hipótese nula de que a série é não estacionária (p -valores $> 0,05$) para as variáveis ESP e TAM, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5: Teste de Raiz Unitária para ESP e TAM no período pré-convergência

Método	ESP (prob)	TAM (prob)
Levin, Lin e Chu	0,0000	0,0000
Im, Pesaran e Shin	0,1633	0,9065
ADF - Fisher	0,1491	0,5157
PP - Fisher	0,0018	0,0010

Fonte: Dados da pesquisa

Para as demais variáveis do período pré-convergência foi possível rejeitar a hipótese nula de que as séries são não estacionárias (p -valores $<0,05$). Portanto, as séries são estacionárias, ou seja, não possuem raízes unitárias, assim como para a primeira diferença das variáveis ESP e TAM, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 6: Teste de Raiz Unitária no período pré-convergência

Método	TA (prob)	ESP (prob) *1df	DELAY (prob)	CON (prob)	COB (prob)	TAM (prob) *1df	FLOAT (prob)
Levin, Lin e Chu	0,0008	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Im, Pesaran e Shin	0,0421	0,0000	0,0000	0,0000	0,0010	0,0000	0,0000
ADF - Fisher	0,0354	0,0000	0,0000	0,0013	0,0221	0,0000	0,0220
PP - Fisher	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0056

* Variáveis em primeira diferença

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao período pós-convergência, não foi possível rejeitar a hipótese nula de que a série é não estacionária (p -valores $>0,05$) para as variáveis TA, HON, TAM e FLOAT, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 7: Teste de Raiz Unitária para TA, HON, TAM e FLOAT no período pós-convergência

Método	TA (prob)	HON (prob)	TAM (prob)	FLOAT (prob)
Levin, Lin e Chu	0,3014	0,0006	0,0000	0,0000
Im, Pesaran e Shin	0,1292	0,4006	0,9732	0,0503
ADF - Fisher	0,1833	0,4266	0,7896	0,0000
PP - Fisher	0,0064	0,0006	0,1850	0,0000

Fonte: Dados da pesquisa

No tocante às demais variáveis do período pós-convergência foi possível rejeitar a hipótese nula de que as séries são não estacionárias (p -valores $<0,05$), sugerindo que as séries

não possuem raízes unitárias. Além disso, para as variáveis TA, HON, TAM e FLOAT, ao realizar os testes de Raiz Unitária em primeira diferença, também foi possível rejeitar a hipótese nula e, portanto, as séries não possuem raízes unitárias em primeira diferença, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 8: Teste de Raiz Unitária no período pós-convergência

Método	TA (prob) * 1df	ESP (prob)	DELAY (prob)	HON (prob) 1df	CON (prob)	COB (prob)	TAM (prob) *1df	FLOAT (prob) *1df
Levin, Lin e Chu	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Im, Pesaran e Shin	0,0000	0,0012	0,0000	0,0000	0,0000	0,0055	0,0004	0,0000
ADF - Fisher	0,0000	0,0006	0,0000	0,0000	0,0000	0,0063	0,0000	0,0000
PP - Fisher	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

* Variáveis em primeira diferença

Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito à matriz de correlação, a sua utilização tem como objetivo investigar as relações entre as variáveis, a fim de verificar possíveis existências de alta correlação.

Nesse sentido, segundo Salvatore e Reagle (2002), a existência de duas os mais variáveis são altamente correlacionadas podem gerar problemas de multicolinearidade, dificultando o processo de isolar os efeitos individuais das variáveis independentes na variável dependente.

Assim, foi efetuada a matriz de correlação tanto para o período pré como pós-convergência, sendo identificado que a maior correlação para o período pré-convergência é de 0,54, entre as variáveis INT e COB. Para o período pós-convergência, a maior correlação é entre as variáveis SPREAD_Pos.Pos e COB, cujo valor encontrado é de 0,51 (Vide Apêndice A e B).

Para Gujarati (2006), as variáveis são altamente correlacionadas somente se o coeficiente de correlação for superior a 0,8. Portanto, haja vista que as maiores correlações terem sido de 0,54 para o período pré-convergência e 0,51 para o período pós-convergência nas matrizes ora apresentadas, não há indicativo de que exista alta correlação entre as variáveis.

Além disso, a fim de corroborar com os resultados apresentados na matriz de correlação, foi efetuado o teste VIF para investigar a presença de multicolinearidade. Nesse

teste, espera-se que o resultado apresente valores individuais para as variáveis inferiores a 10 (dez), uma vez que valores superiores a esse número indicam a presença de multicolinearidade (WOOLDRIGGE, 2012).

Assim, tanto para o período pré-convergência quanto para o período pós-convergência, foi constatado que para cada uma das variáveis não existe valor superior a 3 (três), conforme tabela a seguir e, portanto, as variáveis dos modelos de regressão podem ser testadas em conjunto.

Tabela 9: Teste de multicolinearidade do período pré e pós-convergência

Variáveis	Estatística de colinearidade			
	Pré-convergência		Pós-convergência	
	Tolerância	VIF	Tolerância	VIF
BIG4	0,57	1,75	0,47	2,15
TA	0,94	1,07	0,95	1,06
ESP	0,61	1,64	0,53	1,89
CA	0,77	1,30	0,71	1,40
DELAY	0,96	1,04	0,85	1,18
HON	-	-	0,78	1,29
COM	0,98	1,02	0,97	1,03
COB	0,56	1,80	0,45	2,23
TAM	0,64	1,56	0,43	2,33
INT	0,63	1,60	0,57	1,76
FLOAT	0,85	1,18	0,86	1,17
NM	0,85	1,18	0,76	1,32

Fonte: Dados da pesquisa

Ademais, foi efetuado o teste Jarque-Bera, um dos testes mais aplicados para testar a normalidade dos resíduos (BROOKS, 2014), haja vista que a suposição básica de modelos de regressão linear é que os termos de erros aleatórios possuem uma distribuição normal (SALVATORE; REALGE, 2002).

De acordo com Brooks (2014), a hipótese nula do teste de Jarque-Bera é de que os resíduos possuem uma distribuição normal. Sendo assim, como os resíduos possuem p-valores > 0,05 (vide Apêndice C e D), não é possível rejeitar a hipótese nula do teste, portanto, os resíduos possuem distribuição normal.

Complementarmente, para que as regressões sejam válidas e gerem resultados robustos, é necessário que não haja autocorrelação. Salvatore e Reagle (2001) definem a autocorrelação como sendo a associação positiva entre o termo de erro de um período com o termo de erro do período anterior. Portanto, é importante que não exista a autocorrelação entre os resíduos, isto é, o erro de uma observação não pode ser impactado pelo erro de outra observação.

Para investigar a presença de autocorrelação foi realizado o teste Q de *Box e Pierce*, cuja hipótese nula é de que não há autocorrelação dos resíduos.

Nesse sentido, foram realizados testes Q e obtidos os seguintes resultados:

Tabela 10: Teste de Q do período pré e pós-convergência

Modelo	AC	PAC	Q-Stat	Prob
Pre.Pre	0,1420	0,1420	0,1937	0,6600
	-0,1030	-0,1250	0,3199	0,8520
	-0,2580	-0,2330	1,3887	0,7080
	-0,3510	-0,3210	4,3459	0,3610
	0,0700	0,1050	4,5806	0,4690
Pre.Pos*	-			
Pos.Pre	0,3280	0,3280	1,0314	0,3100
	-0,7500	-0,2050	1,0993	0,5770
	-0,3500	-0,2960	3,0623	0,3820
	-0,4100	-0,2600	7,1026	0,1310
	0,0080	0,1980	7,1057	0,2130
Pos.Pos	0,2780	0,2780	0,7441	0,3880
	0,0150	-0,6800	0,7468	0,6880
	-0,1530	-0,1510	1,1211	0,7720
	-0,4760	-0,4340	6,5576	0,1610
	-0,1650	0,0780	7,8598	0,1640

*O modelo Pre.Pos foi estimado com matriz SUR

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, tendo em vista que os p-valores do teste Q de todos os modelos são maiores que 0,05, não é possível rejeitar a hipótese nula de que não há autocorrelação. Além disso, todos os resultados encontrados para autocorrelação (AC) e autocorrelação parcial (AP) são aproximadamente zero, o que corrobora com a não existência de autocorrelação nos modelos.

Vale esclarecer que, para que o modelo Pre.Pos apresentasse resultado com significância no teste F, foi necessário estimá-lo pela Matriz SUR- *Seemingly Unrelated Regressions*. Assim, como a utilização da Matriz SUR gera parâmetros robustos mesmo na

presença da autocorrelação e heterocedasticidade (MEDRADO et al., 2016), não há necessidade de efetuar o teste Q para esse modelo.

A heterocedasticidade, outro aspecto ligado ao termo de erro, é identificada quando a variância do termo de erro não é constante ao longo do tempo, podendo gerar a estimação ineficiente dos coeficientes, bem como estimavas tendenciosas dos erros padrão (SALVATORE; REALGE, 2002).

Desse modo, a fim de evitar a estimação de parâmetros com vieses, as regressões foram estimadas utilizando a Matriz White, exceto o Pre.Pos, o qual foi estimado pela Matriz SUR. Adicionalmente, os modelos pós-convergência foram estimados utilizando-se os mínimos quadrados generalizados (MQG) (*Generalized Least Squares*), uma vez que esses ajustes permitem gerar resultados robustos mesmo se houver presença de heterocedasticidade (BROOKS, 2014).

Diante disso, considerando todos os resultados dos testes de robustez realizados, entende-se que os estimadores dos modelos propostos são consistentes e não enviesados, sendo possível investigar qual a especificação (Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios) é a mais adequada para a estimação dos resultados.

Nesse sentido, foram realizados testes de Hausman para identificar qual a especificação mais adequada entre os modelos com Efeitos Fixos x Efeitos Aleatórios, apurando-se os resultados descritos na tabela a seguir:

Tabela 11: Teste de Hausman para especificação do modelo entre Efeitos Fixos x Efeitos Aleatórios

Modelos	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.	Resultado do Teste
Pre.Pre	12,93	10	0,2279	Efeitos Aleatórios
Pre.Pos	17,38	10	0,0664	Efeitos Aleatórios
Pos.Pre	32,60	11	0,0060	Efeitos Fixos
Pos.Pos	134,61	11	0,0453	Efeitos Fixos

Fonte: Dados da pesquisa

Para Brooks (2014), a hipótese nula ($p\text{-valor} > 0,05$) do teste de Hausman é de que não é possível rejeitar que o modelo mais adequado é o de Efeitos Aleatórios, enquanto a hipótese alternativa ($p\text{-valor} < 0,05$) é possível rejeitar a hipótese de que o modelo mais adequado é o de Efeitos Fixos.

Dessa forma, as regressões com dados em painel relacionadas ao período pré-convergência devem ser estimadas com efeitos aleatórios, uma vez que o p-valor do teste de Hausman é maior que 0,05. Para as demais regressões, período pós-convergência, as estimações devem ser realizadas com efeitos fixos, pois os p-valores obtidos nos testes de Hausman são menores do que 0,05.

Cumpra esclarecer que a estimação em painel com efeitos fixos pode ser aplicada de três formas: a) permitindo que o intercepto varie entre os indivíduos, mas não no tempo, enquanto os coeficientes angulares se mantêm fixos entre indivíduos e no tempo (*entity-fixed effect*); b) permitindo que o intercepto varie no tempo, mas se mantêm constante entre os indivíduos em cada período (*time-fixed effect*) ou c) permite tanto o *entity-fixed effect* quanto o *time-fixed effect* no mesmo modelo (BROOKS, 2014).

Para as regressões que se enquadram na estimação em painel com efeitos fixos, a melhor estimação ajustada foi aquela que permitiu que o intercepto variasse no tempo, mas se mantêm constante entre os indivíduos em cada período (*time-fixed effect*).

Por fim, a estimação em painel com efeitos aleatórios também pode ser realizada de forma a permitir variação do intercepto no tempo ou entre indivíduos (BROOKS, 2014). Para as regressões que se enquadraram na estimação em painel com efeitos aleatórios, o melhor ajuste foi aquele que permitiu a variação do intercepto entre os indivíduos.

4.2.2 Resultados e análise das estimações com dados em painel

Após a realização dos testes de robustez e definição das especificações que melhor se aplique aos dados coletados, conforme resumo apresentado no quadro a seguir, foram realizadas as estimações dos quatro modelos de regressões propostos.

Quadro 5: Resultados dos testes de robustez e da especificação dos modelos de regressão

Modelos	1ª diferença para variáveis que apresentaram Raiz Unitária	Foi identificada Multicolinearidade	Foi identificada Autocorrelação	Especificação quanto aos efeitos	Correção pela Matriz White ou Sur	Ponderação dos períodos (GLS)
Pre.Pre	Sim	Não	Não	Aleatórios	White	Não
Pre.Pos	Sim	Não	Não	Aleatórios	Sur	Não
Pos.Pre	Sim	Não	Não	Fixos	White	Sim
Pos.Pos	Sim	Não	Não	Fixos	White	Sim

Fonte: Dados da pesquisa

Desse modo, as estimações das 4 (quatro) regressões foram realizadas (vide Apêndices E a H), sendo seus resultados resumidos na tabela a seguir:

Tabela 12: Resultados das estimações no período pré e pós-convergência

Variáveis	Estatística t (prob)			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
C	3,8321 (0,0002)	1,6543 (0,1012)	8,2807 (0,0000)	6,8503 (0,0000)
BIG4	0,2420 (0,8090)	1,0584 (0,2924)	-2,5227 (0,0125)**	-1,7402 (0,0835)*
TA	-2,0939 (0,0373)**	-1,7037 (0,0915)*	1,2735 (0,2044)	0,6225 (0,5344)
ESP	0,469641 (0,6390)	2,0381 (0,0442)**	-3,0788 (0,0024)***	-2,7834 (0,0059)***
CA	-0,6710 (0,5029)	-0,1999 (0,842)	-1,5134 (0,1319)	-1,1359 (0,2575)
DELAY	-1,6586 (0,0985)*	0,3810 (0,7040)	0,8287 (0,4083)	-0,5063 (0,6132)
HON	--	--	-0,5656 (0,5723)	1,2349 (0,2184)
CON	--	-0,7001 (0,4855)	-0,4161 (0,6778)	0,7330 (0,4645)
COB	-2,9577 (0,0034)***	-2,1474 (0,0342)**	-6,8120 (0,0000)***	-5,9868 (0,0000)***
TAM	0,3269 (0,7440)	0,3515 (0,7259)	-1,6045 (0,1103)	0,1327 (0,8946)
INT	-1,9165 (0,0565)*	-1,6260 (0,1071)	-2,7465 (0,0066)***	-1,1502 (0,2515)
FLOAT	-0,5317 (0,5955)	0,9783 (0,3303)	-0,7800 (0,4364)	1,6425 (0,1022)
NM	-3,7495 (0,0002)***	0,1520 (0,8795)	1,4786 (0,1409)	0,0124 (0,9902)
Efeitos	Aleatórios	Aleatórios	Fixos	Fixos
Nº. de Obs	246	112	204	204
R ²	0,1359	0,1973	0,4307	0,4577
R ² Ajustado	0,0991	0,1090	0,3787	0,4081
Estatística F	3,6959	2,2341	8,2799	9,2351
Prob. F	0,0001	0,0181	0,0000	0,0000

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: os Modelos 1, 2, 3 e 4 referem-se às estimações dos modelos Pre.Pre, Pre.Pos, Pos.Pre e Pos.Pos, respectivamente. ***, ** e * denotam a significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. O modelo Pre.Pre foi estimado sem a variável CON, uma vez que sua inclusão gerou problemas de matriz singular. No período pré-convergência, não existem informações de honorários de auditoria nas bases de dados pesquisadas.

Inicialmente, nota-se que o p-valor da estatística F é menor do que 0,05, o que indica que as variáveis em conjunto são significantes para explicar a variável dependente SPREAD em todos os modelos.

Além disso, os resultados das regressões demonstram que o R² Ajustado explica aproximadamente 10% das variações ocorridas na variável SPREAD nos modelos pré-convergência e aproximadamente 40% nos modelos que estimam o período pós-convergência, indicando que os atributos da qualidade da auditoria têm maior poder explicativo em relação à variável assimetria de informação no período pós-convergência.

Aparentemente, o fator emissão do relatório de auditoria não causou diferenças nos resultados, uma vez que os resultados pré e pós-divulgação apresentam coeficientes com sinais no mesmo sentido, principalmente quando possuem significância estatística.

Quanto à variável BIG4, nota-se que os coeficientes possuem significância somente no período pós-convergência, os quais apresentam relação negativa em relação ao *Spread*. Desse modo, esses resultados sugerem, conforme hipótese esperada, que quanto maior a empresa de auditoria, maior será a qualidade da auditoria e, conseqüentemente, menor será a assimetria de informação.

Os resultados em análise corroboram a associação significativa entre qualidade da auditoria e as *Big Four*, argumentada por DeAngelo (1981), Becker et al. (1998), Healy e Palepu (2001), Francis (2004), Fafatas (2010), Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e Hu (2015), assim como com os achados de Francis, Maydew e Sparks (1999), Francis (2004) e Francis e Yu (2009), os quais encontraram evidências de que o tamanho da empresa de auditoria está associado positivamente à qualidade da auditoria.

Portanto, a associação positiva entre qualidade da auditoria e as *Big Four* evidenciada reforçam os argumentos de que grandes empresas de auditoria propiciam um ambiente de maior qualidade da informação contábil (FRANCIS, 2004; ALMEIDA; ALMEIDA, 2008), e portanto, uma maior credibilidade das demonstrações contábeis (FRANCIS; MAYDEW; SPARKS, 1999).

Diante disso, entende-se que o tamanho da empresa de auditoria está relacionado à qualidade do serviço prestado, o que melhora a qualidade da informação contábil, reduzindo a assimetria de informação (HEALY; PALEPU, 2001) no período pós-convergência.

Em relação à variável TA, verifica-se que a relação positiva esperada foi identificada somente no período pós-convergência, porém sem significância estatística. Além disso, foi

evidenciada significância dos coeficientes no período pré-convergência, os quais demonstraram uma relação negativa com a assimetria de informação, isto é, relação contrária a esperada..

Sendo assim, o período em que o resultado apresentou significância estatística (pré-convergência) sugere que quanto maior for o tempo de auditoria, maior será a qualidade da auditoria e, por conseguinte, menor será assimetria de informação, o que corrobora com as evidências de que o menor tempo de auditoria não implica maior qualidade da auditoria, conforme achados de Siregar et al. (2012).

Vale ressaltar que, inicialmente, esperava-se que o menor tempo de auditoria estivesse associado à maior qualidade da informação contábil, corroborando com os argumentos de Lys e Watts (1994), Crabtree, Brandon e Maher (2006), Gavius (2007), Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) e Dantas e Medeiros (2014), no sentido de que o menor tempo de auditoria implicaria maior independência do auditor, isto é, associado à mitigação da perda da independência (LYS; WATTS, 1994; DANTAS; MEDEIROS, 2014), que um maior tempo de auditoria poderia gerar interesses econômicos, relações pessoais e de lealdades, podendo reduzir a objetividade, a imparcialidade e a independência dos auditores (GAVIOUS, 2007) ou que com o passar do tempo o auditor poderia se tornar complacente (SIREGAR et al., 2012), resultando em uma menor qualidade da auditoria e maior assimetria de informação.

Todavia, o resultado encontrado foi contrário ao esperado, de modo que pode-se argumentar que o maior tempo de auditoria pode estar associado a uma maior conhecimento do auditor sobre as empresas, aumentando as possibilidades de detecções de distorções relevantes nas demonstrações contábeis (GAO, 2003), assim como pode fornecer aos auditores condições de melhor avaliarem as decisões gerenciais que podem influenciar as demonstrações contábeis (MYERS; MYERS; OMER, 2003).

No que se refere à variável ESP, nota-se que os coeficientes são significativos nos modelos pós-convergência, apresentando relação com a variável SPREAD negativa. Esses resultados corroboram com as expectativas quanto à especialização da auditoria em aumentar a qualidade da auditoria e reduzir a assimetria de informação.

No entanto, de modo contrário, no período pré-convergência foram encontradas relações positivas entre a ESP e o SPREAD, sendo que somente o modelo Pre.Pos apresentou significância.

Sendo assim, os resultados evidenciados em dois dos três modelos que possuem significância se alinham aos argumentos de Balsam, Krishnan e Yang (2003), Solomon, Shields e Whittington (2009), Paulo, Cavalcante e Paulo (2013), Dantas e Medeiros (2014) e Hu (2015), no sentido de que uma maior especialização pode aumentar o conhecimento do auditor (HU, 2015), possibilitando uma melhor análise das demonstrações contábeis e favorecendo à detecção de erros (SOLOMON; SHIELDS; WHITTINGTON, 2009), portanto, melhorando a qualidade da auditoria.

Além disso, o resultado em análise corrobora com as evidências encontradas por Balsam, Krishnan e Yang (2003), relacionadas ao fato de que a especialização do auditor está associada à sua capacidade de melhorar a qualidade da informação contábil, isto é, aumentar a qualidade da auditoria.

Com relação à variável CA, os resultados apurados em todas as estimações possuem sinal negativo, conforme esperado, o que sugeriria uma maior qualidade da auditoria e menor assimetria de informação para as empresas que possuem comitê de auditoria. Entretanto, nenhum dos resultados encontrados possui significância estatística.

Desse modo, em que pese não existir significância dos coeficientes, há consistência nos resultados, representado por coeficientes que indicam uma mesma direção, o que pode sugerir uma contribuição do CA no denominado contexto ou ambiente de auditoria, corroborando os argumentos de que o comitê de auditoria propicia um ambiente de maior independência para a auditoria (PAULO; CAVALVANTE; PAULO, 2013, DANTAS; MEDEIROS, 2014), com menor interferência da administração (KOCH, WEBER; WÜSTEMANN, 2012), de forma a melhorar a qualidade do trabalho realizado (PAULO; CAVALVANTE; PAULO, 2013) e, por conseguinte, melhorar a informação divulgada e reduzir a assimetria de informação.

De igual forma, em função da consistência dos resultados da variável CA, é possível corroborar com o argumento de que pode haver um aumento da qualidade da auditoria em razão da maior e mais ativa atuação do comitê de auditoria, conforme evidenciado no estudo de Smith (2006). Assim, o nível de atuação do comitê de auditoria pode ser uma melhor forma de investigar a presença do comitê de auditoria na redução da assimetria de informação.

Para o DELAY, a relação positiva esperada foi encontrada em 2 (dois) dos 4 (quatro) modelos, porém somente no modelo Pre.Pre houve significância estatística e com sinal

contrário ao esperado. Assim, o resultado do modelo Pre.Pre sugere que quanto maior for o atraso na divulgação das informações contábeis, menor será a assimetria de informação.

A hipótese esperada se fundamentava nas alegações de que o atraso na divulgação das demonstrações contábeis poderia estar associada a uma menor qualidade de informação contábil (CAVALCANTE; PAULO; CAVALCANTE, 2013), que o atraso poderia aumentar a incertezas associadas às informações esperadas das demonstrações contábeis (NG; TAI, 1994) ou ainda que o relatório de auditoria poderia ser emitido com opinião modificada, conforme evidenciado por Ashton, Willingham e Elliott (1987). Além disso, a tempestividade da informação poderia afetar as decisões baseadas nas demonstrações contábeis (CARSLAW; KAPLAN, 1991), de modo que as demonstrações contábeis seriam publicadas de forma mais tempestiva para assegurar sua utilidade (NG; TAI, 1994).

Portanto, esperava-se que o resultado refletisse a ideia de que para atender as necessidades do usuário da informação contábil, a divulgação das demonstrações contábeis seria mais tempestiva, sendo esse um atributo da qualidade da auditoria, isto é, ao emitir o relatório de auditoria de forma célere, seria assegurada a utilidade da informação ao usuário, auxiliando-o na tomada decisão.

Contudo, a relação esperada foi contrária para o coeficiente que apresentou significância, ou seja, o resultado demonstra que um maior atraso da divulgação do relatório de auditoria e das demonstrações contábeis está associado à uma maior qualidade da informação contábil e a uma menor assimetria de informações.

Desse modo, um argumento que pode estar relacionado a esse resultado é que o atraso na divulgação pode estar associado ao fato de que a auditoria poderia estar exigindo correções, assegurando que as demonstrações contábeis não apresentam erros, omissões ou vieses relevantes, o que pode, por outro lado, exigir um tempo maior da administração para corrigir as sinalizações apontadas pela auditoria.

Quanto à variável HON, não se pode fazer análises estatísticas em relação ao período pré-convergência, uma vez que não foi possível coletar informações sobre os honorários nesse período, assim como para o período pós-convergência, haja vista que as relações encontradas entre os dois modelos foram distintas e com coeficientes sem significância estatística.

Dessa forma, diferentemente de Choi et al. (2010), os quais encontraram evidências da relação honorários de auditoria e qualidade da auditoria e dos argumentos de Francis (1984),

os resultados encontrados nessa pesquisa não permitem associar o maior honorário à maior qualidade da auditoria.

Relativamente à variável CON, verifica-se que a relação apurada no período pré-convergência foi negativa, enquanto no período pós-convergência foi negativa e positiva, todas sem significância estatística.

Desse modo, não é possível sugerir que quanto maior o conservadorismo observado nas demonstrações contábeis auditadas, representado por menores valores da variável CON, melhor seria a qualidade das informações contábeis divulgadas (PENMAN; ZHANG, 2002; DeFOND; LIM; ZANG, 2015), isto é, maior qualidade das demonstrações contábeis decorrentes de uma maior qualidade da auditoria, reduzindo a assimetria de informação (WATTS, 2003).

No que se refere à variável COB, é possível observar um comportamento consistente em todos os modelos, apresentando p-valores significativos e associação negativa em relação à variável assimetria de informação.

Assim, os resultados sugerem que quanto maior o número de analistas de investimento que acompanham e emitem previsões sobre a empresa, menor será assimetria de informação. Esse resultado reforça os argumentos de Healy e Palepu (2001), no sentido de que os analistas revelam informações que reduzem a assimetria de informação, assim como corrobora com os achados de Chang et al. (2008), Aslan et al. (2011) e Rodrigues e Galdi (2017).

Em relação à variável TAM, não foram encontrados resultados que demonstrem consistência quanto à relação negativa esperada com a variável assimetria de informação. Os quatro modelos estimados não apresentaram coeficientes com significância estatística e, além disso, somente o modelo Pos.Pre apresentou relação negativa.

Assim, de acordo com os resultados apurados, não é possível corroborar com a hipótese de que as maiores empresas divulgam com maior qualidade, diminuindo a assimetria de informação entre os diversos usuários da informação contábil.

Ademais, esse resultado não corrobora com a associação negativa entre a assimetria de informação e o tamanho da empresa encontrado nos estudos de Aslan et al. (2011) e de Rodrigues e Galdi (2017). Vale ressaltar que dois fatores podem explicar essa divergência nos de resultados: a) ambos estudos utilizaram como *proxy* para tamanho da empresa o logaritmo natural de valor de mercado, enquanto nesse trabalho foi utilizado o logaritmo natural dos ativos totais das empresas e b) o período de análise do estudo de Aslan et al. (2011)

corresponde ao período de 1983 a 1999 e o de Rodrigues e Galdi (2017) corresponde aos anos de 2013 e 2014, enquanto o período dessa pesquisa abrange o período de 2001 a 2007 e de 2010 a 2016.

No que diz respeito à variável INT, os resultados também demonstram coerência em razão das relações negativas identificadas em todos os modelos. Vale destacar, no entanto, que a significância estatística somente foi observada nos modelos Pre.Pre e Pos.Pre, o que reforça a ideia da Hipótese de Mercado Eficiente semiforte proposta por Fama 1970, em que o preço dos ativos incorporam as informações públicas disponíveis antes da divulgação contábil.

Além disso, entende-se a participação no mercado internacional, por exigir uma maior divulgação de informações em decorrência das exigências dos órgãos reguladores internacionais, cria um cenário com menor assimetria de informação entre a empresa e os investidores.

No que concerne à variável FLOAT, 2 (dois) coeficientes apresentaram relação negativa (Pre.Pre e Pos.Pre), conforme esperado. Contudo, nenhum dos modelos estimados apresentou coeficientes com significância estatística.

Esses resultados não permitem corroborar com os resultados encontrados por Chang et al (2008), os quais evidenciaram que um maior percentual de disponibilidade de ações destinadas à livre negociação gera uma menor assimetria de informação.

Com relação à variável NM, por representar empresas listadas no Novo Mercado da BOVESPA, em que é exigido um maior nível de governança corporativa, transparência e disponibilidade das informações contábeis, esperava-se uma associação negativa com a assimetria de informação, a qual foi corroborada no único coeficiente com significância estatística apurado, no modelo Pre.Pre.

Desse modo, o resultado apresentado no modelo Pre.Pre, em que empresas que estão listadas no novo mercado do Bovespa estão associadas à uma menor assimetria de informação, corrobora com os resultados apurados nos estudo de Rodrigues e Galdi (2017). No entanto, vale lembrar que o período de análise no referido estudo é de 2013 e 2014, ao passo que as estimações dessa pesquisa que abrangem os anos de 2013 e 2014 são os modelos pós-convergência, incorporando o período de 2010 a 2016, os quais não apresentaram coeficientes significantes.

Sob o ponto de vista comparativo entre o período pré e pós-convergência, esperava-se encontrar evidências que corroborassem o entendimento de que a adoção das IFRS seria um indicativo de maior qualidade da informação contábil, maior qualidade da auditoria e menor assimetria de informação .

A maior qualidade da informação contábil seria produto dos objetivos das IFRS, isto é, reduzir o gerenciamento de resultados e suprir as necessidades dos usuários com informações sadequadas para a tomada de decisão (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008), enquanto que a maior qualidade da auditoria decorreria de sua função de exigir o cumprimento das IFRS e assegurar informações contábeis sem distorções e/ou vieses relevantes, o que também resultaria em demonstrações contábeis com maior qualidade.

Nesse contexto, a hipótese construída foi fundamentada no fato de que o período pós-convergência evidenciaria uma maior qualidade da auditoria, representada por um maior poder explicativo nos modelos estimados no período pós-convergência do que nos modelos do período pré-convergência.

Nesse sentido, considerando as estimações na forma contemporânea (modelos Pre.Pre e Pos.Pre), os resultados apurados demonstram uma diferença relevante no poder explicativo dados aos modelos. O modelo Pre.Pre apresentou um R^2 Ajustado de 9,91%, enquanto que no modelo Pos.Pre foi apurado o percentual de 37,87%. Esse resultado sugere que há uma percepção de maior relevância da qualidade da auditoria para o mercado no período pós-convergência do que o período pré-convergência.

Nota-se também que 2 (duas) variáveis de qualidade de auditoria (TA e DELAY) foram significantes no período pré-convergência, assim como no período pós-convergência, onde foi apurado que 2 (duas) variáveis (BIG4 e ESP) também foram significantes. No entanto, percebe-se a alteração dos tipos de variáveis que mensuram a qualidade da auditoria e que apresentaram significância nos resultados entre os períodos.

A mudança em referência pode ser um indicativo de que, antes das IFRS e em razão dos inúmeros casos de fraudes contábeis, a precificação de ativos era mais sensível em relação aos auditores: a) possuírem mais conhecimento das operações das empresas, em razão do maior tempo de auditoria, possibilitando mitigar distorções relevantes nas demonstrações contábeis (GAO, 2003) e; b) possivelmente atrasarem a emissão do relatório de auditoria em decorrência da necessidade dos administradores cumprirem exigências da auditoria

independente, de forma a assegurar o reporte de informações com maior qualidade, sendo, portanto, refletido nos elementos de mensuração da qualidade da auditoria TA e DELAY.

Além disso, com a adoção das IFRS, um conjunto de normas de aplicabilidade mais complexa, que exige mais conhecimento (MACÊDO et al., 2010), os resultados apontam uma maior sensibilidade às características das empresas classificadas como *Big Four* e com maior especialização, sendo um possível reflexo do volume de conhecimento e dos aspectos técnicos das competências do auditor obtidos na aplicação da referida norma..

Assim, é possível argumentar que as práticas contábeis já estivessem incorporadas pelas empresas no período pré-convergência, de tal modo que os atributos de mensuração de qualidade da auditoria relacionados ao conhecimento do auditor, como ser Big Four ou a especialização, não serem os mais relevantes.

Vale mencionar que as variáveis BIG4 e ESP têm como características capturar as competências do auditor ou da empresa de auditoria, tais como o conhecimento e a experiência. A esse respeito, Fafatas (2010) comenta que as Big Four têm maior conhecimento sobre as atividades de auditoria e, Balsam, Krishnan e Yang (2003) alertam que os conhecimentos específicos em determinado setor aumenta a capacidade de detecção de erros, vieses ou distorções relevantes.

Outra questão que pode explicar essa mudança na relevância dos atributos de qualidade da auditoria é o fato de que as IFRS possibilitam um cenário em que haja maior qualidade da informação contábil (BARTOV; GOLDBERG; KIM, 2005; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008), permitindo uma maior discricionariedade dos gestores (BAPTISTA, 2009), sendo razoável esperar que as maiores (BIG4) e mais especializadas (ESP) empresas auditoria estejam mais preparadas tecnicamente para assegurar a qualidade da informação divulgada.

Sobre esse tema, Albu e Albu (2011) comentam que para correta aplicação IFRS, são necessários mecanismos de supervisão, controle e gerenciamento de sistemas que forneçam estrutura para uma boa divulgação contábil, auditores independentes e *experts* em IFRS, sendo as BIG4 os principais agentes desse processo.

Desse modo, os resultados sugerem que no período pós-convergência são mais relevantes as características intrínsecas do perfil da auditoria do que fatores externos, como por exemplo, a presença do comitê de auditoria, o tempo e os honorários de auditoria. De outro modo, as variáveis de mensuração da qualidade da auditoria BIG4 e ESP são elementos

que indicam maior qualidade da auditoria e, portanto, relevantes na redução da assimetria de informação no período em que as normas são baseadas em princípios e não em regras..

Com relação à comparação entre a qualidade da auditoria nos períodos pré e pós-convergência com *lag* (modelos Pre.Pos e Pos.Pos), percebe-se resultados semelhantes aos modelos contemporâneos, com resultados apurados demonstrando uma diferença relevante no poder explicativo entre os modelos. O modelo Pre.Pos apresentou um R² Ajustado de 10,90%, enquanto que no modelo Pos.Pos foi apurado um R² Ajustado de 40,82%, também sugerindo que há uma percepção de maior relevância da qualidade da auditoria para redução da assimetria de informação no período pós-convergência em relação ao período pré-convergência.

No modelo Pre.pos 2 (duas) variáveis de qualidade da auditoria foram significantes (TA e ESP), enquanto 2 (duas) variáveis foram significante também no modelo Pos.Pos (BIG e ESP). A diferença observada em relação ao modelo contemporâneo, é que as variáveis TA e DELAY foram significantes no modelo Pre.Pre e, no modelo Pre.Pos, foram significantes as variáveis TA e ESP. Cabe lembrar que a variável ESP no modelo Pre.Pos e a variável DELAY no modelo Pre.Pre apresentaram sinal contrário ao esperado, conforme exposto anteriormente.

Quanto aos modelos Pos.Pre e Pos.Pos, as variáveis com significância estatística foram a mesmas (BIG4 e ESP) e com coeficientes apontando para a mesma direção. Portanto, as análises realizadas nos modelos contemporâneos, quando pertinentes, são aplicáveis ao modelo em *lag*.

Em relação às variáveis de controle, os 4 (quatro) modelos apresentaram resultados similares, demonstrando consistência nos resultados, exceto a presença de significância estatística no coeficiente da variável NM somente no modelo Pré.Pre.

A variável COB foi a variável que apresentou maior consistência, uma vez que em todos os modelos os coeficientes foram negativos e significativos, sugerindo que o maior número de analistas que acompanham e recomendam as empresas indica uma menor assimetria de informação, o que corrobora com a hipótese da pesquisa.

Para a variável INT, todos os coeficientes apontaram para uma mesma direção, isto é, uma relação negativa com a assimetria de informação. No entanto, somente os coeficientes dos modelos contemporâneos foram significantes. Assim, os resultados mostram evidências de que a participação da empresa no mercado acionário internacional diminui a assimetria de

informação entre os usuários da informação contábil, possivelmente devido à obrigatoriedade de maior divulgação de informações, em função do cumprimento de normas de órgãos reguladores externos, conforme destacado por Rodrigues e Galdi (2017).

Por fim, a variável NM foi significativa somente no modelo contemporâneo do período pré-convergência, indicando que empresas listadas no novo mercado, no período pré-convergência, estão associadas à menor assimetria de informação.

Vale mencionar que, apesar da falta de significância da variável NM no período pós-convergência não ter sido a hipótese esperada, são válidos os argumentos citados anteriormente, no sentido de que a volatilidade na precificação dos ativos é impactada de forma mais relevante pelas variáveis que representam mais objetivamente o conhecimento e experiência da auditoria, como por exemplo, as grandes empresas e a especialização da auditoria, em relação às variáveis mais subjetivas, as quais mensuram determinado contexto, como a presença do comitê de auditoria e a listagem no Novo Mercado.

Demonstra-se a seguir um quadro comparativo entre os sinais esperados e observados de todos os modelos:

Quadro 6: Resultados esperados e observados entre as variáveis dependentes SPREAD e as variáveis independentes

Variáveis Independentes	Sinal esperado	Sinal observado			
		Pre.Pre	Pre.Pos	Pos.Pre	Pos.Pos
BIG4	(-)	(+)	(+)	(-)**	(-)*
TA	(+)	(-)**	(-)*	(+)	(+)
ESP	(-)	(+)	(+)**	(-)***	(-)***
CA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
DELAY	(+)	(-)*	(+)	(+)	(-)
HON	(-)	x	x	(-)	(+)
CON	(+)	x	(-)	(-)	(+)
COB	(-)	(-)***	(-)***	(-)***	(-)***
TAM	(-)	(+)	(+)	(-)	(+)
INT	(-)	(-)*	(-)	(-)***	(-)
FLOAT	(-)	(-)	(+)	(-)	(+)
NM	(-)	(-)***	(+)	(+)	(+)

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. O modelo Pre.Pre foi estimado sem a variável CON, uma vez que sua inclusão gerou problemas de matriz singular. No período pré-convergência, não existem informações de honorários de auditoria nas bases de dados pesquisadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da existência da contabilidade pode ser associada à produção de informações oportunas e relevantes aos usuários da informação contábil. Diante disso, a auditoria tem a missão de assegurar que a divulgação de tais informações não contenham distorções relevantes que prejudiquem a tomada de decisão dos usuários.

Portanto, espera-se que qualidade da auditoria pode impactar diretamente a qualidade da informação divulgada, no sentido de que quanto maior o esforço destinado à produção de uma maior qualidade dos serviços de auditoria realizados, maior será a qualidade da informação divulgada e, conseqüentemente, menor será a assimetria de informação.

Nesse contexto, com o objetivo de analisar a associação entre a assimetria de informação e a qualidade da auditoria nas empresas abertas listadas na B³, nos períodos pré e pós-convergência às normas internacionais, este estudo investigou o comportamento de algumas variáveis utilizadas em modelos de mensuração da qualidade da auditoria do *Financial Reporting Council in the United of Kingdom (FRC, 2008)*, de Francis (2011), de Knechel et al. (2013), da *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB, 2014)* e de Hu (2015), assim como em variáveis passíveis de afetar a qualidade da auditoria mencionadas por Paulo, Cavalcante e Paulo (2013), Dantas e Medeiros (2014) e Salehi, Moradi e Paiydarmanesh (2017), em relação ao *Bid-Ask Spread*, variável de mensuração da assimetria de informação.

Além disso, foram analisados os resultados em relação às variáveis de controle passíveis de afetar a assimetria de informação, conforme definido no modelo empírico de Rodrigues e Galdi (2017).

De modo geral, todos os resultados com significância estatística apurados (BIG4, TA, ESP, DELAY, COB, INT e NM) foram consistentes, exceto o coeficiente da variável ESP no modelo Pre.Pos em relação ao modelos pós-convergência, o que sugere que aspectos da qualidade da auditoria melhoram a qualidade da informação contábil e reduzem a assimetria de informação.

Os resultados estimados são consistentes com os argumentos de que o tamanho e a maior especialização da empresa de auditoria são aspectos que podem aumentar a qualidade da auditoria e reduzir assimetria de informação, assim como o maior atraso da divulgação do parecer da auditoria e o maior tempo de auditoria.

Vale destacar que houve uma alteração das variáveis de qualidade da auditoria que apresentaram significância estatística entre o período pré-convergência (TA, ESP e DELAY) e o período pós-convergência (BIG4 e ESP), o que pode estar relacionado ao interesse do mercado em dar maior ênfase aos aspectos relacionados ao conhecimento e à experiência dos auditores/auditoria para lidar com obrigatoriedade de adoção da IFRS e mitigar riscos de novos casos de fraudes contábeis.

Em relação às variáveis de controle, o maior número de analistas que acompanha e recomenda a empresa, o tamanho da empresa, o fato da empresa estar submetida às regras de um órgão normatizador internacional e um maior grau de governança corporativa também são indicativos que podem favorecer um ambiente de menor assimetria de informação.

Para as variáveis de qualidade de auditoria que representam o comitê de auditoria, os honorários de auditoria e o conservadorismo (CA, HON e CON), assim como as variáveis de controle que representam o tamanho da empresa auditada e o percentual de ações disponível para negociação (TAM e FLOAT), em que pese os resultados, na maior parte dos casos, demonstrarem sinais de concordância com o esperado, não foi possível obter coeficientes com significância estatística.

Ao analisar os resultados com enfoque comparativo do período pré e pós-convergência e, considerando os coeficientes que apresentaram significância estatística, nota-se que em ambos os períodos os resultados são consistentes, uma vez que não existem coeficientes significativos com sinais divergentes para uma mesma variável, exceto a variável ESP no modelo Pre.Pos.

A variável COB foi a única que apresentou coeficiente com significância em todos os modelos. Além disso, os referidos coeficientes apontaram para a mesma direção, ou seja, sugerindo que, independentemente do período, quanto maior a quantidade de analistas que recomendam a empresa, menor a assimetria de informação.

De forma complementar, somente no período pré-convergência foram evidenciados que o maior tempo de auditoria, o atraso na emissão do relatório de auditoria e listagem no novo mercado do BOVESPA sugerem o uma maior qualidade da auditoria, implicando redução da assimetria de informação.

Ademais, somente no período pós-convergência, os achados reforçam que o tamanho e a especialização da empresa de auditoria constituem-se como elementos que promovem a

qualidade da divulgação da informação contábil e a qualidade da auditoria, resultando na menor assimetria de informação.

Além disso, em decorrência dos resultados obtidos da estatística descritiva, é possível encontrar evidências de que a emissão do relatório de auditoria não impactou os resultados de forma relevante, uma vez que os *spreads* apurados foram similares, tanto em relação à pré quanto à pós-divulgação.

Sem pormenorizar, as variáveis TA, DELAY e NM foram significativas somente no período pré-convergência, enquanto as variáveis BIG4 e INT foram significativas somente no período pós-convergência. Em ambos os períodos, as variáveis ESP, COB e INT evidenciaram resultados com significância estatística e de acordo com sinal esperado, exceto a variável ESP no modelo Pre.Pos.

Com relação à comparação entre a qualidade da auditoria nos períodos pré e pós-convergência, apurou-se uma maior poder explicativo dos modelos que estimam o período pós-convergência em relação ao período pré-convergência (R^2 Ajustado), sugerindo que os elementos de mensuração da qualidade da auditoria no período pós-convergência são mais relevantes para a redução da assimetria de informação em relação ao período pré-convergência.

Diante desses resultados, este trabalho avança na discussão acerca da temática, haja vista sua contribuição na literatura da área ao evidenciar que: a) existe uma relação significativa e negativa entre elementos de mensuração de qualidade da auditoria (BIG4, TA e DELAY) e a assimetria de informação; b) existe uma relação significativa e negativa da cobertura de analistas, internacionalização das empresas e listagem no novo mercado do BOVESPA, em relação à assimetria de informação e; c) existe maior relevância da qualidade da auditoria na redução da assimetria de informação no período pós-convergência em relação ao período pré-convergência.

Desse modo, em relação ao objetivo geral desse estudo - *analisar a associação entre a assimetria de informação e a qualidade da auditoria nas empresas abertas listadas na B³, no período pré e pós-convergência* – entende-se que a sua finalidade foi atendida, assim como os objetivos específicos de definir o comportamento dos elementos que mensuram a qualidade da auditoria e compará-los entre o período pré e pós-convergência, de investigar se a assimetria de informação é impactada pela emissão do relatório de auditoria e de testar fatores que podem estar associados à assimetria de informação.

Como limitações do estudo, pode-se elencar: a ausência de informações quanto aos honorários de auditoria no período pré-convergência; a falta de informações para o ano de 2001 da variável NM; as escolhas dos modelos de mensuração do *bid-ask spread* e do conservadorismo, os quais dependem da escolha do pesquisador e; a comparação de resultados obtidos de modelos econométricos e de períodos distintos.

Com relação às sugestões para trabalhos futuros, pode-se: a) indicar a ampliação dos testes quanto ao período de abrangência do *bid-ask spread*, de forma a contemplar os outros dois trimestres, com o intuito de testar se em outros períodos a divulgação contábil traz um maior impacto na redução da assimetria de informação; b) a utilização de outros modelos de mensuração de assimetria de informação, da qualidade da auditoria e no nível de conservadorismo.

REFERÊNCIAS

- AFFLECK-GRAVES, J.; CALLAHAN, C. M.; CHIPALKATTI, N. *Earnings Predictability, Information Asymmetry, and Market Liquidity. Journal of Accounting Research*. v. 40, n. 3, jun/2002.
- AKERLOF, G. A. *The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.
- ALBU, C. N.; ALBU, N. *The Power and the glory of BIG4: a research note on independence and competence in the context of IFRS implementation. Accounting and Management Information Systems*, v. 10, n. 1, p. 43-54, 2011.
- ALEXANDER, D.; JERMAKOWICZ, E. *A True and Fair View of the Principles/Rules Debate. ABACUS*, v. 42, n. 2, p.132-164, 2006.
- ALMEIDA, J. E. F. de; ALMEIDA, J. C. G. de. *Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo*, v. 20, n. 50, p. 62-74, mai-ago/2009.
- AMIHUD, Y.; MENDELSON, H. *Asset pricing and the bid-ask spread. Journal of Financial Economics*, v. 17, p. 223-249, 1986;
- ANTUNES, M. T. P; et al. *A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. Revista de Economia & Relações Internacionais*, v. 10, n. 20, jan/2012.
- ASHBAUGH, H. *Non-US Firms' Accounting Standard Choices. Journal of Accounting and Public Policy*, v. 20, p. 129-153, 2001.
- ASHTON, R. H.; WILLINGHAM, J. J.; ELLIOTT, R. K. *An Empirical Analysis of Audit Delay. Journal of Accounting Research*, v. 25, n. 2, p. 275-292, 1987.
- ASLAN, H.; EASLEY, D.; HVIDKJAER, S.; O'HARA, M. *The characteristics of informed trading: implications for asset pricing. Journal of Empirical Finance*, n. 18, p. 782-801, 2011.
- ATIASE, R. K. *Predisclosure Information, Firm Capitalization, and Security Price Behavior Around Earnings Announcements. Journal of Accounting Research*, v. 23, n. 1, 1985.
- ATTIG, N. et al. *Effects of large shareholding on information asymmetry and stock liquidity. Journal of Banking & Finance*, v. 30. p. 2875–2892. 2006.
- BAGEHOT, W. *The only game in town. Financial Analysts Journal*, mar-abr/1971.

BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. *The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings*. *Journal of Accounting and Economics*, v. 29, p. 1-51, 2000.

_____.; SHIVAKUMAR, L. *Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness*. *Journal of Accounting and Economics*, n. 39, p. 83-128, 2005.

BALSAM, S.; KRISHNAN, J.; YANG, J. S. *Auditor Industry Specialization and Earnings Quality*. *A Journal of Practice & Theory*, set/2003. SSRN. Recuperado em 15 de junho de 2017 em <https://papers.ssrn.com>.

BAMBER, L. S. *Unexpected Earnings, Firm Size, and Trading Volume around Quarterly Earnings Announcements*. *The Accounting Review*, v. 62, n. 3, p. 510-532, 1987.

BAPTISTA, E. M. B. *Ganhos em transparência versus novos instrumentos de manipulação: o paradoxo das modificações trazidas pela lei nº 11.638*. *Revista de Administração de Empresas*, v. 49, n. 2, p. 234-239, 2009.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. *International Accounting Standards and Accounting Quality*. *Journal of Accounting Research*, v. 46, n. 3, jun/2008.

BARTOV, E.; GOLDBERG, S. R.; KIM, M. *Comparative Value Relevance Among German, U.S., and International Accounting Standards: A German Stock Market Perspective*. *Journal of Accounting and Economics*, v. 20, n. 2, p. 95-119, 2005.

BASU, S. *The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings*. *Journal of Accounting and Economics*, n. 24, p. 3-37, 1997.

BEATTY, A.; HARRIS, D. G. *The Effects of Taxes, Agency Costs and Information Asymmetry on Earnings Management: A Comparison of Public and Private Firms*. *Review of Accounting Studies*, v. 3, p. 299-326, 1998.

BEAVER, W. H. *The information content of annual earnings announcements*. *Journal of Accounting Research*. v. 6, p. 67-92, 1968.

BEHN, B. K.; CHOI, J.; KANG, T. *Audit Quality and Properties of Analyst Earnings Forecasts*. *The Accounting Review*, v. 83, n. 2, p. 327-349, 2008.

BELKAOUI, A. R. *Accounting Theory*. University of Illinois at Chicago. Ed. Thompson. Firth Edition. Illinois, USA, 2004.

BENNETT, B.; BRADBURY, M.; PRANGNELL, H. *Rules, Principles and Judgments in Accounting Standards*. ABACUS, v. 42, n. 2, 2006.

BIDDLE, G. C.; HILARY, G. *Accounting Quality and Firm-Level Capital Investment. The Accounting Review*, v. 81, n. 5, p. 963-982, p. 189-204, 2006.

BHAT, G.; JAYARAMAN, S. *Information Asymmetry around Bank Earnings Announcements during the Financial Crisis. Financial Accounting and Reporting Section 2010. SSRN*. Recuperado em 1 de junho de 2017 em <https://papers.ssrn.com>.

BHATTACHARYA, U.; SPIEGEL, M. *Insiders, outsiders, and market breakdowns. The Review of Financial Studies*, v. 4, n. 2, p. 255-282, 1991.

BRASIL. CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10.01.2017.

_____. Lei 11.638 de 28.12.2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: maio/2017.

_____. NBC TA 01 – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10.07.2017.

_____. NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10.07.2017.

_____. NBC TA 260 (R2) – Comunicação com os Responsáveis pela Governança. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10.07.2017.

_____. NBC TA 570 – Continuidade Operacional. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10.07.2017.

_____. NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10.07.2017.

_____. NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10.07.2017.

_____. NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10.07.2017.

_____. NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10.07.2017.

_____. PRONUNCIAMENTO CONCEITUAL BÁSICO (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10.01.2017.

BROOKS, C. *Intoductory economics for finance. 3rd Edition, Cambridge University Press*, 2014.

BROWN-LIBURD, H. L.; COHEN, J.; TROMPETER, G. *Effects of earnings forecasts and heightened professional skepticism on the outcomes of client-auditor negotiation. Journal of Business Ethics*, v. 116, n. 2, p. 311–325, 2013. SSRN. Recuperado em 1 de junho de 2017, de <http://papers.ssrn.com>.

CARSLAW, C. A. P. N.; KAPLAN, S. E. *An Examination Further Evidence of Audit Delay: from New Zealand. Accounting and Business Research*, v. 22, n. 85, p. 21-32, 1991.

CHADEGANI, A. A. *Review of studies on audit quality. International Conference on Humanities, Society and Culture, IACSIT Press, Singapura*, v. 20, 2011.

CHAKRAVARTY, S.; SARKAR, A. *Liquidity in U.S. Fixed Income Markets: A Comparison of the Bid-Ask Spread in Corporate, Government and Municipal Bond Markets. Federal Reserve Bank of New York Research Paper Series*, n. 73, 1999. SSRN. Recuperado em 10 de julho de 2017 de <https://papers.ssrn.com>.

CHAMBERS, A. E.; PENMAN, S. H. *Timeliness of Reporting and the Stock Price Reaction to Earnings Announcements. Journal of Accounting Research*, v. 22, n. 1, 1984.

CHAMBERS, R. J.; WOLNIZER, P. W. *A true and fair view of position and results: the historical background. Journal, Accounting, Business & Financial History*, v. 1, n. 2, 1991.

CHANG, M.; D'ANNA G.; WATSON, I.; WEE, M; *Does disclosure quality via investor relations affect information asymmetry? Australian Journal of Management*, n. 33, v. 2, p. 375-390, 2008.

CHE-AHMAD, A.; ABIDIN, S. *Audit Delay of Listed Companies: A Case of Malaysia. International Business Research*, v. 1, n. 4, out/2008.

CHOI, J. et al. *Audit Office Size, Audit Quality and Audit Pricing. Auditing: A Journal of Practice and Theory*. v. 29, n. 1, p. 73-97, mar/2010. SSRN. Recuperado em 10 de julho de 2017 em: <https://papers.ssrn.com>.

CLAUDIA-CÃTÃLINA, C. *True and fair view: incentive or inhibitor for creative accounting? Economic Sciences Series*. v. 17, n. 1. 2017.

COELHO, A. C. D.; CIA, J. N. de S.; LIMA, I. S. Conservadorismo condicional na divulgação de lucros em companhias abertas brasileiras: diferenças entre emissoras e não emissoras de ADR e entre sistemas contábeis. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, v. 11, n. 1, São Paulo, jan-fev/2010.

COELHO, A. C. D.; LIMA, I. S. Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 22-41, abr-jun/2008.

COELHO, C. M. P.; NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, J. M. Análise da Qualidade da Informação Contábil Frente a Implementação dos IFRS: Uma Pesquisa Baseada nos Periódicos Internacionais (1999 a 2010). *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul-dez/ 2011.

COPERLAND, T. E.; GALAI, D. *Information effects on the bid-ask spread. The journal of finance*, v. 27, n. 5, dez/1983.

COSENZA, J. P. Contabilidade criativa: as duas faces de uma mesma moeda. *Pensar Contábil*. v. 6. n. 20, p. 4-13. mai-jul/2003.

COSTA, F. M. da; LOPES, A. B.; COSTA, A. C. de O. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças, USP*, São Paulo, n. 41, p. 7-20, maio/2006.

CRABTREE, A. D. BRANDON, D. M.; MAHER, J. J. *The impact of auditor tenure on initial bond ratings. Advances in Accounting*, v. 22, p. 97–121, 2006.

CUNHA, E. S.; DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. M. Dois modelos contemporâneos de divulgação financeira na indústria bancária brasileira: qual é mais conservador? *Advances in Scientific and Applied Accounting*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 301-317, set-dez/2016.

DANTAS, J. A. et al. Normatização da contabilidade: princípios versus regras. *In: NIYAMA, J. K. (Org). Teoria Avançada da Contabilidade*. São Paulo: Ed. Atlas, 2014.

_____. et al. Normatização da contabilidade: princípios versus regras. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP*, v. 4, n. 9, p. 9-29, mai-ago/ 2010.

_____. MEDEIROS, O. R. Determinantes de Qualidade da Auditoria Independente em Bancos. *Revista Contabilidade & Finanças, USP*, São Paulo, v. 26, nº 67, p. 43-56, jan-abr/2015.

DARROUGH, M. RANGAN, S. *Do Insiders Manipulate Earnings When They Sell Their Shares in an Initial Public Offering?* *Journal of Accounting Research*, v. 43, n. 1, p. 1-33, mar/2005.

DeANGELO, L. E. *Auditor Size and Audit Quality*. *Journal of Accounting and Economics*, v.3, 183-199, 1981.

DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. *Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences*. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, p. 344-401, 2010.

_____.; SKINEER, D. J. *Earning management: reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators*. *Accounting Horizons*. V. 14, n. 2. Jun/2000.

_____.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. *Causes and Consequences of Earnings Manipulation: An Analysis of Firms Subject to Enforcement Actions by the SEC*. *Contemporary Accounting Research*. v.13, n. 1, p. 1-36, 1996.

DeFOND, M. L.; LIM, C. Y.; ZANG, Y. *Client Conservatism and Auditor-Client Contracting*. *Marshall Research Paper Series Working Paper ACC 01.16*. USC Marshall School of Business. *Forthcoming in The Accounting Review*. 2015. SSRN. Recuperado em 23 de dezembro de 2016 em <https://papers.ssrn.com>.

DEMSETZ, H. *The cost of transacting*. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 82, n. 1, p. 33-53, fev/1968.

DIAMOND, D. W.; VERRECCHIA, R. E. *Disclosure, liquidity, and the cost of capital*. *The journal of finance*, v. 46, n. 4, set/1991.

EASLEY, D.; NHVIDKJAER, S. O'HARA, M. *Is Information Risk a Determinant of Asset Returns?* *The Journal of Finance*, v. 57, n. 5, p. 2185-2221, out/2002.

EWERT, R.; WAGENHOFER, A. *Economic Effects of Tightening Accounting Standards to Restrict Earnings Management*. *The Accounting Review*, v. 80, n. 4, p. 1101-1124, 2005.

FAFATAS, S. A. *Auditor conservatism following audit failures*. *Managerial Auditing Journal*, v. 25, nº 7, p. 639-658, 2010.

FAMA, E. F. *Efficient capital markets: a review of theory and empirical work*. *Journal of Finance*, v. 25, n. 2, p. 383-417. 1970.

FIELD, L.; LOWRY, M.; SHU, S. *Does disclosure deter or trigger litigation. Journal of Accounting and Economics*, v. 39, n. 3, p. 487-507, set/2005. SSRN. Recuperado em 10 de julho de 2017, de <https://papers.ssrn.com>.

FINANCIAL REPORTING COUNCIL (FRC). *The audit quality framework*. London, 2008. Disponível em: <<http://www.frc.org.uk>>. Acesso em: 10.01.2017.

FIRTH, M.; MO, P. L. L.; WONG, R. M. K. *Auditors' Organizational Form, Legal Liability, and Reporting Conservatism: Evidence from China. Contemporary Accounting Research*, v. 29, n. 1, p. 57-93, 2012.

FLEMING, M. J. *Measuring Treasury Market Liquidity. FRBNY Economic Policy Review*, v. 9, n. 3, set/2003. SSRN. Recuperado em 10 de julho de 2017 em <https://papers.ssrn.com>.

_____. *The round-the-clock market for U.S. treasury securities. FRBNY Economic Policy Review*. v. 3, n. 2, jul/1997.

_____.; SARKAR, A. *Liquidity in the U.S. Treasury Spot and Futures markets, Federal Reserve Bank of New York*, 1999.

FRANCIS, J. R. *A framework for understanding and researching audit quality. Auditing: A journal of Practice & Theory*, v. 30, nº 2, p. 125-152, 2011.

_____. *The effect of audit firm size on audit prices. A Study of the Australian Market. The Journal of Accounting and Economics*, v. 6, p. 133-151, 1984.

_____. *What do we know about audit quality? The British Accounting Review*, v. 36, p. 345-368, 2004.

_____.; KRISHNAN, J. *Accounting Accruals and Auditor Reporting Conservatism. Contemporary Accounting Research*, v. 16, n. 1, p. 135-165, 1999.

_____.;MAYDEW, E. L.; SPARKS, H. C. *The Role of Big 6 Auditors in the Credible Reporting of Accruals. Auditing: A Journal of Practice & Theory*, v. 18, n. 2, 1999.

_____.;YU, M. D. *Big 4 Office Size and Audit Quality. The Accounting Review*, v. 84, n. 5, p. 1521-1552, 2009.

FU, R.; KRAFT, A.; ZHANG, H. *Financial reporting frequency, information asymmetry, and the cost of equity. Journal of Accounting and Economics*, v. 54, p. 132–149, 2012.

FUJI, A. H.; SLOMSKI, V. Subjetivismo responsável: necessidade ou ousadia no estudo da contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo*, n. 33, p. 33-44, set-dez/2003.

GAVIOUS, I. *Alternative perspectives to deal with auditors' agency problem. Critical Perspectives on Accounting*, v.18, p. 451-467, 2007.

GENERAL ACCOUNTING OFFICE (GAO). *Public Accounting Firms. Required Study on the Potential Effects of Mandatory Audit Firm Rotation. United States General Accounting Office, GAO-04-216*, nov/ 2003.

GIRÃO, L. F. A. P.; MACHADO, M. R. A produção científica sobre assimetria informacional em periódicos internacionais de contabilidade. *Revista de Contabilidade e Controladoria. Universidade Federal do Paraná, Curitiba*, v. 5, n. 1, p. 99-119, jan-abr/2013.

GUJARATI, D. *Econometria Básica. 4ª Edição. Rio de Janeiro. Elsevier*, 2006;

HALLAK, R. T. P.; SILVA, A. L. C. da. Determinantes das Despesas com Serviços de Auditoria e Consultoria Prestados pelo Auditor Independente no Brasil. *R. Cont. Fin., USP, São Paulo*, v. 23, n. 60, p. 223-231, set-dez/2012.

HASBROUCK, J. *Empirical Market Microstructure: the institutions, economics, and econometrics of securities trading. Oxford University Press, Inc.*, 2007.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. *Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 405–440. 2001.

HU, D. *Audit Quality and measurement: Towards a comprehensive understanding. Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, v. 19, nº 1, 2015.

IATRIDIS, G. E. *Audit quality in common-law and code-law emerging markets: Evidence on earnings conservatism, agency costs and cost of equity. Emerging Markets Review*. v. 13, p. 101-117, 2012.

INTERNATIONAL AUDITING AND ASSURANCE STANDARDS BOARD (IAASB). *A Framework for Audit Quality. Key elements that create an environment for Audit Quality. International Federation of Accountants (IFAC)*, fev/ 2014.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. Journal of Financial Economics*, v. 3, p. 305-360, 1976.

KAIZER et al. O Impacto da Regulamentação Contábil sobre o Conservadorismo nas Empresas do Setor Elétrico do Brasil. *REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 3, n° 1, art. 1, p. 1-24, jan-abr/2009.

KIM, J.; ZHANG, L. *Accounting Conservatism and Stock Price Crash Risk: Firm-level Evidence. Contemporary Accounting Research*, v. 33, n. 1, p. 412-441, 2016.

KNECHEL et al. *Audit Quality: Insights from the Academic Literature. Auditing: A Journal of Practice & Theory*, v. 32, 2013.

KOCH, C.; WEBER, M.; WÜSTEMANN, J. *Can Auditors be Independent? Experimental Evidence on the Effects of Client Type. European Accounting Review*, v. 21, n. 4, p. 797–823, dez/2012.

LaFOND, R.; WATTS, R. L. *The Information Role of Conservatism. The Accounting Review*, v. 83, n. 2, p. 447-478, mar/2008

LEE, C. M. C.; MUCKLOW, B.; READY, M. J. *Spreads, Depths, and the Impact of Earnings Information: An Intraday Analysis. The Review of Financial Studies*, v. 6, n. 2, p. 345-374, 1993.

LEIBLER, M. *True and fair – an imaginary view. Australian accounting review*, v. 13, n. 3, 2003.

LEONG, K. S. et al. *Audit Committees and Financial Reporting. School of Accountancy Research Paper Series*, v. 3, n. 2, 2015.

LEUZ, C., VERRECCHIA, R. E. *The economic consequences of increased disclosure. Journal of Accounting Research*, v. 38, p. 91-124, 2000.

LEV, B. *Toward a theory of equitable and efficient accounting policy. The accounting review*. v. 63, n. 1, jan/1988.

LIAO, Y.; CHI, W.; CHEN, Y. *Auditor Economic Dependence and Accounting Conservatism: Evidence from a Low Litigation Risk Setting. International Journal of Auditing*, v. 17, p. 117-137, 2013.

LUBBERINK, M.; HUIJGEN, C. *A Wealth-Based Explanation for Earnings Conservatism. European Finance Review*, v. 5, p. 323-349, 2001.

LYS, T.; WATTS, R. L. *Lawsuits against Auditors. Journal os Accounting Research*, v. 32, 1994.

MACÊDO, J. M. A. et al. Convergência contábil na área pública: uma análise das percepções dos auditores de TCES, contadores e gestores públicos. *Revista de Contabilidade e Organizações*, USP, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 8, p. 69-91, jan-abr/2010.

McCRACKEN, S. *An Extension of Anile and Nallebuff's Conservatism and Auditor-Client Negotiations: Implementation of Auditor's Asymmetric Loss Function*. *Asian Review of Accounting*, v. 10, n. 1, p. 121-146, 2002.

McINISH, T. H.; WOOD, R. A. *An Analysis of Intraday Patterns in Bid/Ask Spreads for NYSE Stocks*. *The Journal of Finance*, v. 47, n. 2, p. 753-764, jun/1992.

MARTINS, S. O.; PAULO, E. Assimetria de informação na negociação de ações, características econômico-financeiras e governança corporativa no mercado acionário brasileiro. *R. Cont. Fin.*, USP, São Paulo, v. 25, n. 64, p. 33-45, jan-abr/2014.

MEDRADO, F.; CELLA, G.; PEREIRA, J. V.; DANTAS, J. A. Relação entre o nível de intangibilidade dos ativos e o valor de mercado das empresas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, vol. 10, n. 28, p. 32-44, 2016.

MOREIRA, R. de L.; COLAUTO, R. D.; AMARAL, H. F. Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, v. 21, n. 54, p. 64-84, set-dez/2010.

MOTA, R. H. G. et al. Normas baseadas em princípios e em regras: uma análise comparativa das normas do IASB e FASB. *Revista Ambiente Contábil*, ISSN 2176-9036, UFRN, Natal/RN, v. 8. n. 2, p. 19-39, jul-dez/2016.

MULLER, K. A.; RIEDL, E. J.; SELLHORN, T. *Mandatory Fair Value Accounting and Information Asymmetry: Evidence from the European Real Estate Industry*. *Management Science*, v. 57, n. 6, p. 1138-1153, 2011

MYERS, J. N.; MYERS, L. A.; SKINEER, D. J. *Earnings Momentum and Earnings Management*. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, v. 22, n. 2, p. 249-284, abr/2007.

_____.; MYERS, L. A.; OMER, T. C. *Exploring the Term of the Auditor-Client Relationship and the Quality of Earnings: A Case for Mandatory Auditor Rotation? The Accounting Review*, v. 78, n. 3, p. 779-799, 2003.

NELSON, M. W. *A model and literature review of professional skepticism in auditing*. *Auditing: A journal of practice & theory*, v. 28, n. 2, p. 1-34, 2009.

_____. *Behavioral Evidence on the Effects of Principles - and Rules-Based Standards*. *Accounting Horizons*, v. 17, n. 1, mar/2003.

NG, P. P. H.; TAI, B. Y. K. *An Empirical Examination Of The Determinants Of Audit Delay In Hong Kong*. *The British Accounting Review*, v. 26(1), p.43-59, mar/1994.

NOBES, C. W. *Rules-Based Standards and the Lack of Principles in Accounting*. *Accounting Horizons*, v. 19, n. 1, p. 25-34, mar/2005.

OLIVEIRA, K. P. S. de; PAULO, E.; MARTINS, O. S. As relações entre a assimetria de informação e a governança corporativa no mercado de capitais brasileiro. *ReCont*, vol. 4, n. 3, p. 56-70, set-dez/2013.

PAULO, E.; CARVARLHO, L. N. G. de.; GIRÃO, L. F. de A. P. Algumas questões sobre a normatização contábil baseada em princípios, regras e objetivos. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, ISSN 2318-1001, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 24-39, mai./ago. 2014.

_____.; CAVALCANTE, P. R. N.; MELO, I. I. S. L. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. *Brazilian Business Review*, v. 9, n. 1, p. 1-26, jan-mar/2012.

PAULO, I. I. S. L de M.; CAVALCANTE, P. R. N.; PAULO, E. Relação entre qualidade da auditoria e conservadorismo contábil nas empresas brasileiras. *REPEC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 7, n. 3, p. 305-327. jul/set. 2013.

PENMAN, S. H.; ZHANG, X. *Accounting Conservatism, the Quality of Earnings, and Stock Returns*. *The Accounting Review*, v. 77, n. 2, p. 237-264, 2002.

REIS, E. M. dos; LAMOUNIER, W. M.; BRESSAN, V. G. F. *Avoiding Reporting Losses: An Empirical Study of Earnings Management via Operating Decisions*. *R. Cont. Fin., USP*, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 247-260, set-dez/2015.

ROGRIGUES, S. DA S.; GALDI, F. C. Relações com investidores e assimetria informacional *Revista Contabilidade & Finanças*. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil, v. 28. n. 74, p. 297-312, mai-ago/2017.

ROLL, R. *A simple implicit measure of the effective bid-ask spread in an efficient market*. *The journal of finance*, v. XXXIX, n. 4, set/1984.

SALEHI, M.; MORADI, M.; PAIYDARMANESH, N. *The Effect of Corporate Governance and Audit Quality on Disclosure Quality: Evidence from Tehran Stock Exchange. Periodica Polytechnica Social and Management Sciences*, v. 25, p. 32-48, 2017.

SALTER, S. B.; ROBERTS, C. B.; KANTOR, J. 1996. *The IASC comparability project: A cross-national comparison of financial reporting practices and IASC proposed rules. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 5, n. 1, p. 89-111, 1996.

SALVATORE, D.; REAGLE, D. *Statistics and econometrics. Second Edition. Schaum's Outline Series*. 2002.

SANTANA, A. G.; KLANN, R. C. Conservadorismo Contábil e a adoção das IFRS: Evidências brasileiras familiares e não familiares. *Enfoque: Reflexão Contábil*, UEM, Paraná, v. 35, n. 1, p. 35-53, jan-abr/2016.

_____. et al. Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas *big four* e não *big four*. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, v. 19, n. 3, p. 70-87, set-dez/ 2014.

SANTOS, A. C. dos et al. Auditoria independente: um estudo dos pareceres emitidos sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras listadas na Bovespa e na NYSE. *Revista Universo Contábil*, FURB, Blumenau, v. 5, n.4, p. 44-62, out-dez/ 2009.

SANTOS, L. P. G. dos et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Finanças*, USP, São Paulo, v. 22, nº 56, p. 174-188, maio-ago/2011.

SANTOS, L. S. R. dos; COSTA, F. M. Conservadorismo contábil e *Timeliness*: Evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRS negociadas na bolsa de Nova Iorque. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, v. 19, n. 48, p. 27-36, set-dez/2008.

SCHIPPER, K. *Principles-Based Accounting Standards. Accounting Horizon*, v. 17, n. 1, p. 61-72, mar/2003.

SILBER, W. L. *What happened to liquidity when world war I shut the NYSE? Journal of Financial Economics*, v. 78, p. 685-701, 2005.

SIREGAR, S. V. et al. *Audit Tenure, Auditor Rotation, and Audit Quality: The Case of Indonesia. Asian Journal of Business and Accounting*, v 5(1), p. 55-74, 2012.

SKINNER, D. J. Why firms voluntarily disclose bad News. *Journal of Accounting Research*, v. 32, n. 1, p. 38-60, 1994.

SLOWSKI, V. G. A metodologia da pesquisa científica em contabilidade: limites e possibilidades. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, v. 11, n. 33, p. 330-332, São Paulo, Brasil, out-dez/2009.

SMITH, L. M. *Audit committee effectiveness: did the blue ribbon committee recommendations make a difference? Int. J. Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, v. 3, n. 2, 2006.

SOLOMON, I.; SHIELDS, M. D.; WHITTINGTON, O. R. *What Do Industry-Specialist Auditors Know? Journal of Accounting Research*, v. 37, n. 1, p. 191-208, 1999.

SOUSA, E. F. de; SOUSA, A. F. de; DEMONIER, G. B. Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no Conservadorismo Contábil. *REPeC*, Brasília, v. 10, n. 2, art. 1, p. 136-147, abr-jun/2016.

SUN, J.; LIU, G. *Industry specialist auditors, outsider directors, and financial analysts. Journal of accounting and public policy*, v.30, n. 4, p. 367-382, 2011.

VERRECCHIA, R. E. *Essays on disclosure. Journal of accounting and economics*, v. 32, p. 97-180, 2001.

WATTS, R. L. *Conservatism in Accounting Part I: Explanations and Implications. Accounting Horizons*, v. 17, nº 3, p. 207-221, 2003.

_____.; ZIMMERMAN, J. L. *Positive Accounting Theory. Prentice-Hall Inc.*, 1986.

WEFFORT, E. F. J. *True and fair view: um entrave ou um impulse para a contabilidade. Caderno de Estudos, FIPECAFI, São Paulo*, v. 10, n. 17, p. 35-46, jan-abr/1998.

WELKER, M. *Disclosure policy, information asymmetry and liquidity in equity Markets. Contemporary accounting research*, v. 11, n. 2. p. 801-827. 1995.

WITTENBERG-MOERMAN, R. *The role of information asymmetry and financial reporting quality in debt trading: Evidence from the secondary loan market. Journal of Accounting and Economics*, v. 46. p. 240-260. 2008.

WOOLDRIDGE, J. M.; *Introductory Econometrics. A modern Approach. 5th Edition. South-Western*. 2012.

APÊNDICE A – Matriz de correlação do período pré-convergência

Variáveis	SPREAD		BIG4	TA	ESP	CA	DELAY	HON	CON	COB	TAM	INT	FLOAT	NM
	Pre Pre	Pre Pos												
SPREAD Pre.Pre	1	X												
SPREAD Pre.Pos	X	1												
BIG4	0,01	0,01	1											
TA	-0,11	-0,16	0,11	1										
ESP	0,00	0,13	-0,29	0,00	1									
CA	-0,17	-0,19	0,19	0,03	-0,01	1								
DELAY	0,17	0,23	-0,06	-0,15	-0,01	-0,01	1							
HON	-	-	-	-	-	-	-	1						
CON	-0,11	-0,09	-0,08	0,06	0,04	-0,02	0,01	-	1					
COB	-0,49	-0,48	0,20	0,18	-0,13	0,32	-0,22	-	0,17	1				
TAM	-0,05	-0,04	-0,08	0,07	0,08	-0,05	-0,13	-	0,05	0,10	1			
INT	-0,27	-0,30	0,10	-0,06	0,01	0,52	-0,10	-	0,07	0,54	-0,01	1		
FLOAT	0,09	0,09	0,05	0,07	0,08	-0,14	0,04	-	0,14	-0,02	0,20	-0,09	1	
NM	-0,10	-0,11	0,12	-0,11	-0,12	0,13	0,15	-	0,04	0,15	-0,18	0,21	0,00	1

APÊNDICE B – Matriz de correlação do período pós-convergência

Variáveis	SPREAD		BIG4	TA	ESP	CA	DELAY	HON	CON	COB	TAM	INT	FLOAT	NM
	Pos Pre	Pos Pos												
SPREAD Pos.Pre	1	X												
SPREAD Pos.Pos	X	1												
BIG4	0,04	0,01	1											
TA	0,07	0,10	0,06	1										
ESP	-0,25	-0,29	-0,35	-0,06	1									
CA	-0,22	-0,20	-0,12	-0,04	0,16	1								
DELAY	0,07	0,00	0,11	0,00	0,10	-0,10	1							
HON	-0,02	0,06	0,06	0,33	-0,03	-0,03	0,05	1						
CON	0,01	0,00	-0,06	-0,02	-0,03	-0,03	0,04	0,01	1					
COB	-0,43	-0,51	-0,03	0,00	0,11	0,32	-0,11	-0,07	-0,02	1				
TAM	-0,13	-0,10	0,09	0,00	-0,11	0,02	-0,12	-0,17	0,00	0,09	1			
INT	-0,33	-0,36	-0,16	0,02	0,49	0,25	0,07	0,03	-0,06	0,39	0,06	1		
FLOAT	-0,03	0,15	-0,16	-0,02	0,07	0,00	0,11	0,04	-0,21	0,02	-0,10	0,08	1	
NM	0,04	0,10	-0,04	-0,01	-0,26	0,19	-0,14	0,01	0,05	-0,02	0,02	-0,07	0,00	1

APÊNDICE C – Teste de Normalidade Jarque-Bera no período pré-convergência

Resíduos	Pré-convergência			
	Pre.Pre		Pre.Pos	
	JB	Prob.	JB	Prob.
RESID1				
RESID2				
RESID3	1,31	0,52		
RESID4				
RESID5	0,56	0,75		
RESID6	0,33	0,85	0,33	0,85
RESID7	0,33	0,85	0,45	0,80
RESID8	0,70	0,71		
RESID9	0,40	0,82		
RESID10				
RESID11				
RESID12	0,75	0,69	0,76	0,68
RESID13				
RESID14	0,55	0,76	0,22	0,90
RESID15	0,60	0,74	0,48	0,79
RESID16	0,34	0,84		
RESID17	0,87	0,65	0,71	0,70
RESID18	1,16	0,56	0,41	0,82
RESID19	0,47	0,79		
RESID20				
RESID21	0,52	0,77		
RESID22				
RESID23	0,43	0,81	0,49	0,78
RESID24				
RESID25	0,43	0,81	0,33	0,85
RESID26	0,31	0,85	0,46	0,79
RESID27	0,35	0,84	0,33	0,85
RESID28				
RESID29	0,47	0,79		
RESID30	0,50	0,78		
RESID31	0,46	0,79	0,33	0,85
RESID32	0,42	0,81	0,33	0,85
RESID33	0,66	0,72	0,33	0,85
RESID34	0,60	0,74		
RESID35				
RESID36	0,31	0,85		
RESID37	0,64	0,73	0,50	0,78
RESID38	0,33	0,85		
RESID39	0,40	0,82		
RESID40				
RESID41				

Resíduos	Pré-convergência			
	Pre.Pre		Pre.Pos	
	JB	Prob.	JB	Prob.
RESID42				
RESID43				
RESID44				
RESID45	0,33	0,85	0,33	0,85
RESID46				
RESID47	0,51	0,78		
RESID48	1,31	0,52	0,33	0,85
RESID49	0,28	0,87		
RESID50	1,86	0,39	0,49	0,78
RESID51	0,70	0,71	0,34	0,84
RESID52	0,33	0,85		
RESID53				
RESID54	0,48	0,79		
RESID55	0,36	0,84	1,13	0,57
RESID56	0,55	0,76		
RESID57	0,52	0,77	0,51	0,77
RESID58				
RESID59	0,70	0,70	0,33	0,85
RESID60				
RESID61				
RESID62	0,52	0,77		
RESID63	0,90	0,64	0,53	0,77
RESID64	0,60	0,74	0,52	0,77
RESID65				
RESID66	0,66	0,72		
RESID67				
RESID68	1,62	0,44	0,79	0,67
RESID69				
RESID70				
RESID71	0,35	0,84	0,40	0,82
RESID72				
RESID73	0,83	0,66	0,36	0,84
RESID74	0,43	0,81	0,32	0,85
RESID75	0,58	0,75		
RESID76				
RESID77	0,68	0,71	0,95	0,62
RESID78	0,83	0,66	0,60	0,74
RESID79	0,39	0,82	0,63	0,73
RESID80				
RESID81				
RESID82				

APÊNDICE D – Teste de Normalidade Jarque-Bera no período pós-convergência

Resíduos	Pós-convergência			
	Pos.Pre		Pos.Pos	
	JB	Prob.	JB	Prob.
RESID1				
RESID2				
RESID3	0,27	0,88	0,36	0,83
RESID4				
RESID5				
RESID6				
RESID7	0,26	0,88	1,65	0,44
RESID8	0,18	0,91	0,47	0,79
RESID9	0,67	0,72	0,66	0,72
RESID10				
RESID11				
RESID12	0,53	0,77	0,44	0,80
RESID13	0,46	0,79	0,36	0,83
RESID14	0,43	0,80	0,38	0,82
RESID15	0,32	0,85	0,38	0,83
RESID16				
RESID17	0,49	0,78	0,52	0,77
RESID18				
RESID19	0,46	0,79	0,43	0,81
RESID20				
RESID21	0,67	0,72	1,57	0,46
RESID22				
RESID23	0,16	0,92	0,75	0,69
RESID24				
RESID25				
RESID26	0,47	0,79	0,40	0,82
RESID27	0,20	0,90	0,44	0,80
RESID28				
RESID29	0,30	0,86	0,31	0,86
RESID30	0,52	0,77	0,46	0,79
RESID31				
RESID32	0,63	0,73	0,80	0,67
RESID33	0,80	0,67	0,78	0,68
RESID34	0,94	0,63	0,26	0,88
RESID35				
RESID36	0,74	0,69	0,24	0,89
RESID37	1,10	0,58	0,37	0,83
RESID38	0,51	0,78	0,53	0,77
RESID39	0,36	0,84	1,64	0,44
RESID40				
RESID41				

Resíduos	Pós-convergência			
	Pos.Pre		Pos.Pos	
	JB	Prob.	JB	Prob.
RESID42				
RESID43				
RESID44				
RESID45	0,70	0,70	0,47	0,79
RESID46				
RESID47	0,78	0,68	0,27	0,87
RESID48	0,33	0,85	0,33	0,85
RESID49	0,77	0,68	1,52	0,47
RESID50				
RESID51	0,38	0,83	0,59	0,74
RESID52				
RESID53				
RESID54	0,36	0,83	0,53	0,77
RESID55	1,12	0,57	0,20	0,90
RESID56	0,36	0,84	0,48	0,79
RESID57	0,43	0,80	0,40	0,82
RESID58				
RESID59	0,31	0,86	1,43	0,49
RESID60				
RESID61				
RESID62	0,33	0,85	0,58	0,75
RESID63	1,29	0,52	0,69	0,71
RESID64				
RESID65				
RESID66	0,26	0,88	0,97	0,62
RESID67				
RESID68	0,69	0,71	0,57	0,75
RESID69				
RESID70				
RESID71				
RESID72				
RESID73	0,43	0,81	0,65	0,72
RESID74	0,21	0,90	0,45	0,80
RESID75	0,57	0,75	0,53	0,77
RESID76	0,47	0,79	0,62	0,73
RESID77				
RESID78	0,67	0,72	0,10	0,95
RESID79	0,47	0,79	0,62	0,73
RESID80				
RESID81				
RESID82				

APÊNDICE E – Resultados da estimação do Modelo Pre.Pre apurada por meio da regressão múltipla com dados em painel, com efeitos aleatórios e corrigida pela Matriz White

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística -t	Prob.
C	0,0740	0,0193	3,8321	0,0002
BIG4	0,0019	0,0079	0,2420	0,8090
TA	-0,0001	0,0000	-2,0939	0,0373 **
D(ESP)	0,0097	0,0206	0,4696	0,6390
CA	-0,0020	0,0029	-0,6710	0,5029
DELAY	-0,0000	0,0000	-1,6586	0,0985*
COB	-0,0204	0,0069	-2,9577	0,0034***
D(TAM)	0,0056	0,0171	0,3269	0,7440
INT	-0,0063	0,0033	-1,9165	0,0565*
FLOAT	-0,0001	0,0001	-0,5317	0,5955
NM	-0,0140	0,0037	-3,7495	0,0002***
Efeitos Aleatórios (seccionais)				
3—C 0,0058	27—C 0,0065	52—C 0,0086		
4—C 0,0117	29—C -0,0203	54—C 0,0066		
5—C -0,0137	30—C -0,0300	55—C -0,0036		
6—C -0,0193	31—C -0,0301	56—C 0,0945		
7—C -0,0174	32—C 0,0003	57—C -0,0109		
8—C -0,0149	33—C -0,0151	59—C -0,0165		
9—C 0,0019	34—C -0,0080	62—C -0,0036		
12—C 0,0074	35—C 0,0215	63—C 0,0097		
13—C -0,0138	36—C 0,0008	64—C -0,0305		
14—C -0,0019	37—C 0,0242	66—C -0,0007		
15—C -0,0144	38—C -0,0220	68—C 0,0015		
16—C -0,0094	39—C 0,0644	71—C 0,0181		
17—C 0,0045	40—C -0,0191	73—C -0,0013		
18—C -0,0121	43—C 0,0251	74—C -0,0079		
19—C 0,0082	45—C -0,0026	75—C -0,0034		
21—C -0,0015	47—C 0,0034	77—C -0,0202		
23—C -0,0236	48—C -0,0040	78—C 0,0022		
24—C 0,0044	49—C 0,0062	79—C -0,0015		
25—C -0,0098	50—C 0,0183	81—C 0,0659		
26—C -0,0034	51—C -0,0146			
Período Ajustado	2002 – 2007			
Nº. de Observações	246			
R ²	0,1359			
R ² Ajustado	0,0991			
Estatística F	3,6959			
Prob. F	0,0001			

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

APÊNDICE F – Resultados da estimação do Modelo Pre.Pos apurada por meio da regressão múltipla com dados em painel, com efeitos aleatórios e corrigida pela Matriz Sur

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística -t	Prob.
C	0,0237	0,0143	1,6543	0,1012
BIG4	0,0060	0,0057	1,0584	0,2924
TA	-0,0002	0,0001	-1,7037	0,0915*
D(ESP)	0,0101	0,0050	2,0381	0,0442**
CA	-0,0006	0,0028	-0,1999	0,8420
DELAY	0,0000	0,0001	0,3810	0,7040
CON	-0,0003	0,0005	-0,7001	0,4855
COB	-0,0077	0,0036	-2,1474	0,0342**
D(TAM)	0,0029	0,0083	0,3515	0,7259
INT	-0,0077	0,0047	-1,6260	0,1071
FLOAT	0,0001	0,0001	0,9783	0,3303
NM	0,0009	0,0056	0,1520	0,8795
Efeitos Aleatórios (seccionais)				
3—C 0,0001	27—C 0,0065	52—C 0,0086		
6—C -0,009	29—C -0,0203	54—C 0,0066		
8—C -0,007	30—C -0,0300	55—C -0,0036		
12—C 0,0012	31—C -0,0301	56—C 0,0945		
14—C 0,0019	32—C 0,0003	57—C -0,0109		
15—C -0,007	33—C -0,0151	59—C -0,0165		
17—C -0,001	34—C -0,0080	62—C -0,0036		
18—C -0,002	35—C 0,0215	63—C 0,0097		
23—C -0,011	36—C 0,0008	64—C -0,0305		
25—C 0,0031	37—C 0,0242	66—C -0,0007		
26—C -0,005	38—C -0,0220	68—C 0,0015		
27—C 0,0051	39—C 0,0644	71—C 0,0181		
29—C -0,005	40—C -0,0191	73—C -0,0013		
30—C -0,005	43—C 0,0251	74—C -0,0079		
31—C -0,013	45—C -0,0026	75—C -0,0034		
32—C 0,0011	47—C 0,0034	77—C -0,0202		
33—C -0,006	48—C -0,0040	78—C 0,0022		
37—C 0,0298	49—C 0,0062	79—C -0,0015		
40—C -0,007	50—C 0,0183	81—C 0,0659		
45—C -0,005	51—C -0,0146			
Período Ajustado	2002 – 2007			
Nº. de Observações	112			
R ²	0,1973			
R ² Ajustado	0,1090			
Estatística F	2,2341			
Prob. F	0,0181			

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

APÊNDICE G – Resultados da estimação do Modelo Pos.Pre apurada por meio da regressão com dados em painel, ponderada pelo período, com efeitos fixos e corrigida pela Matriz White

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística -t	Prob.
C	0,0135	0,0016	8,2807	0,0000
BIG4	-0,0022	0,0009	-2,5227	0,0125**
D(TA)	0,0000	0,0000	1,2735	0,2044
ESP	-0,0040	0,0013	-3,0788	0,0024***
CA	-0,0006	0,0004	-1,5134	0,1319
DELAY	0,0000	0,0000	0,8287	0,4083
D(HON)	-0,0014	0,0025	-0,5656	0,5723
CON	-0,0001	0,0001	-0,4161	0,6778
COB	-0,0020	0,0003	-6,8120	0,0000***
D(TAM)	-0,0029	0,0018	-1,6045	0,1103
INT	-0,0012	0,0004	-2,7465	0,0066***
D(FLOAT)	-0,0000	0,0000	-0,7800	0,4364
NM	0,0006	0,0004	1,4786	0,1409
Efeitos Fixos (período)				
2011--C	-0,0001			
2012--C	-0,0004			
2013--C	-0,0019			
2014--C	0,0000			
2015--C	0,0032			
2016--C	-0,0009			
Período Ajustado	2011 – 2016			
Nº. de Observações	204			
R ²	0,4307			
R ² ajustado	0,3787			
Estatística F	8,2799			
Prob. F	0,0000			

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

APÊNDICE H – Resultados da estimação do Modelo Pos.Pos apurada por meio da regressão múltipla com dados em painel, ponderada pelo período, com efeitos fixos e corrigida pela Matriz White

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística -t	Prob.
C	0,0150	0,0022	6,8503	0,0000
BIG4	-0,0015	0,0009	-1,7402	0,0835*
D(TA)	0,0000	0,0000	0,6225	0,5344
ESP	-0,0046	0,0017	-2,7835	0,0059***
CA	-0,0007	0,0006	-1,1359	0,2575
DELAY	-0,0000	0,0000	-0,5063	0,6132
D(HON)	0,0040	0,0032	1,2349	0,2184
CON	0,0001	0,0001	0,7330	0,4645
COB	-0,0024	0,0004	-5,9868	0,0000***
D(TAM)	0,0002	0,0013	0,1327	0,8946
INT	-0,0007	0,0006	-1,1502	0,2515
D(FLOAT)	0,0000	0,0000	1,6425	0,1022
NM	0,0000	0,0007	0,0124	0,9902
Efeitos Fixos (período)				
2011--C	-0,0001			
2012--C	-0,0012			
2013--C	-0,0010			
2014--C	-0,0011			
2015--C	0,0028			
2016--C	0,0011			
Período Ajustado	2011 - 2016			
Nº. de Observações	204			
R ²	0,4577			
R ² Ajustado	0,4082			
Estatística F	9,2351			
Prob. F	0,0000			

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente.